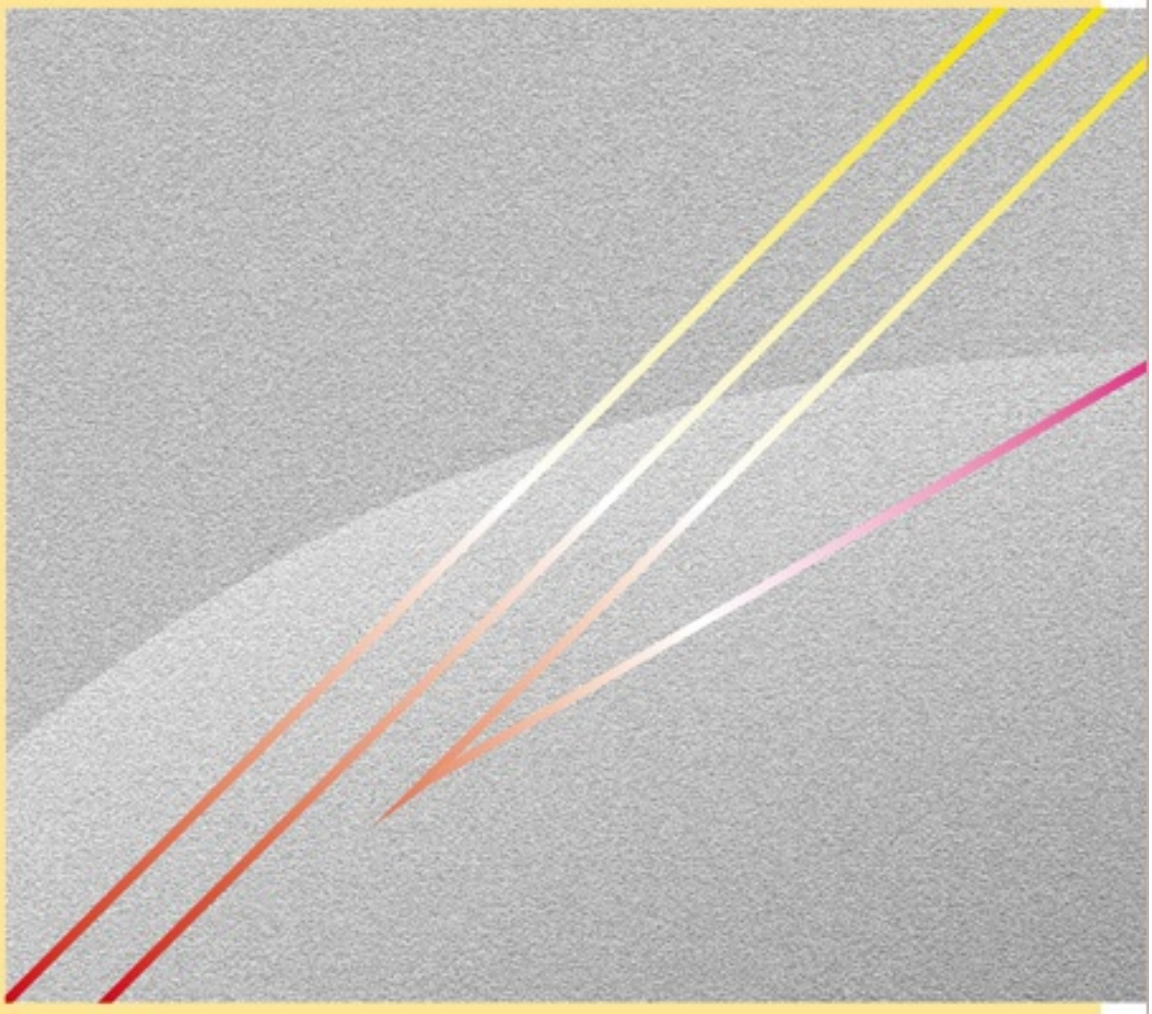
INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS

NELSON C. MARCELLINO
(ORG.)



PAPIRUS

INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS

Nelson Carvalho Marcellino (org.)

>>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

CIÊNCIA, COISA BOA...
Rubem Alves

AS CIÊNCIAS SOCIAIS E O PROCESSO HISTÓRICO
Arnaldo Lemos Filho

SOCIOLOGIA E SOCIEDADE
Dalva Maria Bertoni Bedone

A ANTROPOLOGIA SOCIAL
Carlos Rodrigues Brandão

POLÍTICA E COTIDIANO: AS MIL E UMA FACES DO PODER
Adalberto Paranhos

ECONOMIA POLÍTICA
Alcides Ribeiro Soares

O DIREITO E AS NORMAS SOCIAIS
Carlos Alfredo Ramos Checchia

PSICOLOGIA SOCIAL E COMPORTAMENTO SOCIAL
Marise Aparecida de Lima

A HISTÓRIA COMO CIÊNCIA HUMANA
Coraly Gará Caetano

A GEOGRAFIA HUMANA E O ESPAÇO SOCIAL
Waldyr Verinaud Mayer

METODOLOGIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS
Dulce Maria Pompeo de Camargo Leme

DEPARTAMENTALIZAÇÃO E UNIDADE DAS CIÊNCIAS SOCIAIS
Nelson Carvalho Marcellino

O BRASIL E A SOCIEDADE DE CLASSES
Doraci Alves Lopes

SUBDESENVOLVIMENTO E CULTURA
José Luis Sanfelice

A AUTOMAÇÃO E AS CIÊNCIAS HUMANAS
Regis de Morais

SOBRE OS AUTORES

OUTROS LIVROS DOS AUTORES

REDES SOCIAIS

CRÉDITOS

APRESENTAÇÃO

Na minha prática como educador, venho sentindo a necessidade de contar com o auxílio de obras que sejam dirigidas aos estudantes, respeitando suas características próprias, entendendo-os dentro do contexto social no qual estão inseridos. Essa necessidade assume intensidade ainda maior no caso de disciplinas introdutórias às Ciências Sociais, principalmente sendo ministradas em cursos não específicos de "Ciências Sociais", que contam com uma clientela sem familiaridade com essa área de conhecimentos. Na verdade, não dispomos de livros introdutórios mais abrangentes, enfocando as diferentes Ciências Sociais, voltados para a realidade brasileira, o que dificulta sobremaneira o estudo de disciplinas como "Introdução às Ciências Sociais", "Fundamentos de Ciências Sociais" etc.

Foi procurando suprir essa necessidade que pensei num livro que pudesse servir como *base para o encaminhamento de discussões, em sala de aula, e referencial para a busca de posteriores aprofundamentos em bibliografias específicas*. Assim surgiu este conjunto de textos, cujo conteúdo procura enfocar as principais Ciências Sociais,[1] seus temas centrais de análise, questões gerais sobre o contexto histórico e a metodologia, além de alguns problemas específicos que dizem respeito à realidade brasileira. A preocupação básica do livro, considerando seu *caráter predominantemente iniciador*, é com as Ciências Sociais no seu fazer-se, na sua unidade e na discussão de seus limites e suas possibilidades. Paralelamente, são analisados conceitos fundamentais como Sociedade, Cultura, Poder, Classes Sociais etc., em suas relações com as Ciências que os investigam e com a realidade concreta.

Pela própria natureza das Ciências Sociais, este trabalho não poderia ficar sob a responsabilidade de um único autor. Dessa forma, o conteúdo foi dividido em 15 tópicos, cada um deles entregue a profissionais de reconhecida competência em sua área de atuação. Não foi obedecido, na escolha dos autores, qualquer critério que privilegiasse abordagens específicas, pois entendi que dessa forma estaria falseando a realidade das Ciências Sociais. O resultado final, como o leitor poderá constatar, é rico e heterogêneo, retratando a diversidade de enfoques que se verifica atualmente no debate acadêmico. Como o livro se destina a ser *ponto de partida* para discussões e aprofundamentos em sala de aula, caberá aos alunos, auxiliados pelos professores, *distinguir e criticar as diferentes concepções* detectadas nas abordagens implícitas em cada capítulo.

Além da reconhecida competência, outro ponto em comum entre os participantes do livro

é que todos são educadores que vivenciam, no seu dia a dia, a realidade das salas de aula. Essa é uma característica importante na determinação da linguagem utilizada. Como poderá ser observado na leitura, os autores, de modo geral, se dirigem ao público-alvo de maneira simples e clara, procurando esclarecer os conceitos, sempre que possível, à medida que surgem no decorrer dos textos.

Foi recomendado aos autores, sempre que o tema comportasse e visando a uma unidade do trabalho, que procurassem efetuar suas colocações de uma *perspectiva histórica, a partir do seu posicionamento próprio* e que, mesmo focalizando as questões do ponto de vista geral, a ênfase fosse dada *à realidade brasileira*.

Para facilitar as discussões em sala de aula, e tendo em vista o conjunto do trabalho, os artigos tiveram que ser escritos em poucas laudas, o que sem dúvida foi um desafio para os autores, com espaços tão reduzidos para abordagens abrangentes e que comportam, cada uma delas, livros inteiros.

Levando em conta a necessidade de continuidade e aprofundamento das discussões que os textos, aqui reunidos, pretendem apenas iniciar, os autores indicam, ao final de cada capítulo, uma pequena bibliografia básica, com exceção do primeiro e do último capítulos, cujos autores têm livros específicos sobre os assuntos abordados, indicados na sua apresentação.

Ao apresentar o resultado do trabalho final, gostaria de dirigir um apelo aos colegas professores e aos alunos para que colaborassem com críticas e sugestões, baseadas nas suas experiências pessoais no trato com os textos.

Nelson Carvalho Marcellino

CIÊNCIA, COISA BOA...

Rubem Alves

Fernando Pessoa dizia que “pensar é estar doente dos olhos”. No que eu concordo. E até amplio um pouco: “pensar é estar doente do corpo”. O pensamento marca o lugar da enfermidade. Ah! Você duvida. O meu palpite é que, neste preciso momento, você não deva estar tendo pensamentos sobre os seus dentes, a menos que um deles esteja doendo. Quando os dentes estão bons, não pensamos neles. Como se eles não existissem. O mesmo com os olhos. Você só tomará consciência deles se estiver com problemas oculares, miopia ou outras atrapalhações. Quando os olhos estão bem a gente não pensa neles: eles se tornam transparentes, invisíveis, desconhecidos, e através de sua absoluta transparência e invisibilidade o mundo aparece. O corpo inteiro é assim. Quando está bom, sem pedras no sapato, sem cálculos renais ou hemorroidas, sem taquicardias ou enxaquecas, ele fica também transparente, e a gente se coloca inteiramente, não nele, mas na coisa de fora: o caqui, a árvore, o poema, o corpo do outro, a música. Quando o corpo está bem, ele não conhece. Claro que tem pensamentos; mas são pensamentos de outro tipo, de puro gozo, expressivos de uma harmonia que não deve ser perturbada por nenhuma atividade epistemológica.

Mas basta aparecer a dor para que tudo se altere. A dor indica que um problema apareceu. A vida não vai bem. É aquela perturbação estomacal, mal-estar terrível, vontade de vomitar, e vem logo a pergunta: “Que foi que comi? Será que bebi demais? Ou teria sido a linguiça frita? Pode ser, também, que tudo tenha sido provocado por aquela contrariedade que tive...”. Essas perguntas que fazemos, diante de um problema, são aquilo que, na linguagem científica, recebe o nome de hipóteses. Hipótese é o conjunto de peças imaginárias de um quebra-cabeça, que acrescentamos àquela que já temos em mãos com o propósito de compreendê-la. Compreender, evidentemente, para evitar que o incômodo se repita. Pensar para não sofrer. Deve haver, no universo, milhões e milhões de situações que nunca passaram pela nossa cabeça: nunca tomamos consciência delas, nunca as conhecemos. É que elas nunca nos incomodaram, não perturbaram o corpo, não lhe produziram dor. Só conhecemos aquilo que incomoda. Não, não estou dizendo toda a verdade. Não é só da dor. Do prazer também. Você vai almoçar numa casa e lá lhe oferecem um prato divino, que dá ao seu corpo sensações novas de gosto e olfato. Vem

logo a ideia: “Que bom seria se, de vez em quando, eu pudesse renovar este prazer. E, infelizmente, não posso pedir para continuar a ser convidado”. Usamos então a fórmula clássica: “Que delícia: quero a receita...”. Traduzindo para os nossos propósitos: “Quero possuir um conhecimento que me possibilite repetir um prazer já tido”. O conhecimento tem sempre o caráter de receita culinária. Uma receita tem a função do permitir a repetição de uma experiência de prazer. Mas quem pede a repetição não é o intelecto. É o corpo. Na verdade, o intelecto puro odeia a repetição. Está sempre atrás de novidades. Uma vez de posse de um determinado conhecimento, ele não o fica repassando e repassando. “Já sei”, ele diz, e prossegue para coisas diferentes. Com o corpo acontece o contrário. Ele não recusa um copo de vinho, dizendo que daquele já bebeu, nem se recusa a ouvir uma música, dizendo que já a ouviu antes, nem rejeita fazer amor, sob a alegação de já ter feito uma vez. Uma vez só não chega. O corpo trabalha em cima da lógica do prazer. E, do ponto de vista do prazer, o que é bom tem de ser repetido, indefinidamente.

O desejo de conhecer é um servo do desejo de prazer. Conhecer por conhecer é um contrassenso. Talvez que o caso mais gritante e mais patológico do que estamos dizendo (todas as coisas normais têm a sua patologia) se encontre nesta coisa que se chama exames vestibulares: a moçada, pela alegria esperada de entrar na universidade, se submete às maiores violências, armazena conhecimento inútil e não digerível, tortura o corpo, nega-lhe os prazeres mais elementares. Por quê? Tudo tem a ver com a lógica da dor e do prazer. Há a dor incrível de não passar, de ser deixado para trás, de ver-se ao espelho como incapaz (no espelho dos olhos dos outros); e há a fantasiada alegria da condição de universitário, gente adulta, num mundo de adultos. Claro, coisa de imaginação... E o corpo se disciplina para fugir da dor e para ganhar o prazer. E logo depois, passado o evento, o corpo, triunfante, trata de se desvencilhar de todo conhecimento inútil que armazenara, esquece quase tudo, sobram uns fragmentos – porque agora a dor já foi ultrapassada e o prazer foi alcançado.

A gente pensa para que o corpo tenha prazer.

Alguns dirão: “Absurdo. É verdade que, em certas situações, conhecimento tem essa função prática. Mas, em outras, não existe nada disso. Na ciência, a gente conhece por conhecer, sem que a experiência de conhecimento ofereça qualquer tipo de prazer”. Duvido. Cientista que fica horas, dias, meses, anos em seu laboratório não fica lá por dever. Pode até ser que haja pessoas assim: trabalhar por dever. Só que elas nunca produzirão nada novo. O senso de dever pode ensinar as pessoas a repetirem coisas: excelentes técnicos de laboratório, bons funcionários, discípulos de Kant (um homem que desprezava o prazer e achava que certo mesmo só as coisas feitas por dever). Com o que concordaria o venerável Santo Agostinho, que propôs a curiosa teoria, ainda defendida por certas lideranças religiosas, de que o jeito certo de fazer o sexo é “sem prazer, por dever”, burocratas fiéis aos relógios de ponto. Cozinheiro por

dever só faz comida sem gosto. Cientista também. Não consegue ver nada novo, bicho sem asas, tartaruga fiel, rastejante. Ideias criativas requerem voos da imaginação, aquilo que, em linguagem psicanalítica, tem nome de "investimento libidinal", coisa que a linguagem irreverente diz de maneira mais direta e metafórica: "tesão" – quando o corpo fica in/tenso de desejo, tenso por dentro, querendo muito. E é só por isso que o cientista fica lá, anos a fio – como verdadeiro apaixonado. Tudo por um único momento de êxtase: aquele em que, após um enorme sacrifício, ele diz: "Consegui! Eureka!". E ele sai como doido, possuído pelos deuses, pela alegria de uma descoberta. E então me dirão: "Mas este não é um prazer do corpo. Não é como comer caqui ou fazer amor...". Como não? Será que não percebem que o pensamento é um dos órgãos de prazer do corpo, justamente como tudo o mais? Jogar xadrez: coisa do pensamento, que dá prazer. Lutar com um problema de matemática: coisa do pensamento, que dá prazer. E a decifração dos enigmas da natureza, dos seres humanos. Cada enigma é um mar desconhecido que convida: atravessar o oceano Atlântico num barco a vela, sozinho. E quando a gente é capaz de fazer a coisa, vem a euforia, o sentimento de poder: fui capaz; isso tem a ver com um desejo fundo que mora em cada um: ser objeto do olhar admirado do outro, ser o primeiro... E é isso que explica o curioso (e eticamente condenável) costume que têm os cientistas de esconder os resultados das suas pesquisas, trancá-los a sete chaves. Ora, se o objetivo dos cientistas fosse o progresso da ciência, tratariam de tornar públicas as conclusões preliminares de suas investigações, para que os resultados fossem atingidos mais depressa. Ao contrário. Mais importante para eles é a possibilidade de serem os primeiros, seus nomes aparecendo nas bibliografias e nas citações, evidências de admiração e potência intelectual. E assim é: mesmo quando estamos envolvidos nas tarefas mais absurdamente intelectuais, o que está em jogo é esse corpo que deseja ser admirado, respeitado, mencionado, invejado. Narcisismo: sem ele não sairíamos do lugar. Claro que a ciência pode trazer muitas coisas boas para o mundo (e também más), mas o que está em jogo, no dia a dia da ciência, é esse cálculo de benefícios sociais, mas o simples prazer que pessoas derivam desse jogo/brincadeira intelectual.

Um dos mais lindos documentos da história da ciência foi produzido por Kepler, depois de conseguir formular as suas três leis sobre o movimento dos planetas:

> Aquilo, que 22 anos atrás profetizei,
> tão logo descobri os cinco sólidos entre as órbitas celestes;
> aquilo em que firmemente cri, muito antes de haver visto a *Harmonia* de Ptolomeu,
>
> aquilo que, no título deste quinto livro, prometi aos meus amigos,
> mesmo antes de estar certo de minhas descobertas;
> aquilo que, há 16 anos, pedi que fosse procurado;
> aquilo, por cuja causa devotei às contemplações astronômicas
> a melhor parte de minha vida, juntando-me a Tyho Brahe;
> finalmente eu trouxe à luz,
> e conheci a sua verdade além de todas as minhas expectativas...

Assim, desde há 18 meses, a madrugada,
desde há três meses, a luz do dia e,
na verdade,
há bem poucos dias o próprio Sol da mais
maravilhosa contemplação brilhou.
Nada me detém.
Entrego-me a uma verdadeira orgia sagrada.
Os dados foram lançados. O livro foi escrito.
Não me importa que seja lido agora ou apenas pela posteridade.
Ele pode esperar 100 anos pelo seu leitor, se o próprio Deus esperou
seis mil anos para que um homem contemplasse a Sua obra.

Seria preciso parar e analisar cada frase.

Tudo está saturado de emoção: espe rança, crença, amor, promessas, disciplina, sacrifício, uma vida inteir a em jogo. Para quê? Kepler não podia imaginar nada de prático como decorrência de suas investigações. O que estava em jogo era apenas o prazer da visão, ver aquilo que ninguém jamais havia visto. E toda a espera se realizava numa experiência indescritível de prazer.

Coisa estranha, esta fascinação pelo desconhecido.

Curiosidade. É tão forte que estamo s dispostos até a perder o paraíso, pelo gozo efêmero de ver aquilo que ainda não foi visto. É assim que a nossa estória começa, num dos mais antigos mitos religiosos. Preferimos morder o fruto do conhecimento, com o risco de perder o Paraíso, pela alegria de um outro gozo: saber...

Ali está, diante de nós, a coisa fascinante. Mas não nos basta ver o que está de fora. É preciso entrar dentro, conhecer os seus segredos, tomar posse de suas entranhas. Não é isso que acontece com a própria experiência sexual? Os judeus, no Antigo Testamento, empregavam uma única palavra para designar o ato de conhecer e o ato de fazer amor. “E Adão conheceu a sua mulher, e ela ficou grávida...”. É assim mesmo que acontece no conhecimento. Primeiro, o enamoramento. Quem não está de amores com um objeto não pode conhecê-lo. Depois vêm os movimentos exploratórios, a penetração, o conhecimento do bom que estava oculto, experiência de prazer maior ainda.

O fascínio do giro das estrelas, dos descaminhos dos cometas, a beleza dos cristais, joias simétricas – ah! quem fez a natureza deve ser um joalheiro para fazer coisas tão lindas assim, e também um grande geômetra, para traçar nos céus os caminhos matemáticos dos astros; quem sabe um músico, que toca músicas inaudíveis aos ouvidos comuns, e somente perceptíveis aos que conhecem as harmonias dos números! – os ímãs, seres parapsicológicos, que puxam o ferro

sem tocar, todos os corpos do espaço, grandes ímãs, se puxando uns aos outros, atração universal, amor universal, as marés que balançam aos ritmos da lua e do sol, as plantas, mistérios, também ao ritmo da luz, suas harmonias com as abelhas, a loucura, os sonhos, esta fantástica loteria que se chama genética, os animais arranjados em ordem de complexidade crescente, tudo sugerindo que uns foram surgindo dos outros, Darwin, a inflação, que bicho é este, que ninguém consegue domar?, nossa permanente intranquilidade, seres neuróticos, psicóticos, altares, os homens e mulheres diante de seres invisíveis, os deuses, a agressividade, o sadismo, por que será que há pessoas que sentem prazer no sofrimento dos outros?, as massas, boiadas estouradas, sem limites e sem moral, “Heil Hitler!”, e as pessoas lutam para deixar de fumar e não conseguem e, de repente, sem nenhum esforço, algo acontece por dentro, e param de um estalo…

Não há limites para os mistérios.

Alguns parecem pequenos, e moram nas coisas simples do cotidiano. E nisso o cientista tem algo que o liga ao poeta. Porque um poeta é isto, alguém que consegue ver beleza em coisa que todo mundo pensa ser boba e sem sentido. Por favor, leia a Adélia Prado, mulher comum que os deuses, brincalhões, dotaram desta graça incompreensível de poder transfigurar o banal em coisa bela, aquilo de que ninguém gosta em coisa erótica. Como no seu poema sobre limpar peixes com o seu marido. O cientista é a pessoa que é capaz de ver, nas coisas insignificantes, grandes enigmas a serem desvendados, e o seu mundo se enche de mistérios. Moram em nós mesmos, nos gestos que fazemos, nas doenças que temos, em nossos sonhos e pesadelos, ódios e amores; na nossa casa, no jardim, pela rua… Outros parecem enormes e têm a ver com o início do universo, as profundezas do espaço, as funduras da matéria. Mas tudo é parte de um mesmo universo maravilhoso, espantoso, que nos faz tremer de gozo e de terror, quando nos abrimos para o seu fascínio e penetramos os seus segredos. Há o mistério das coisas, há o mistério das pessoas, universos inteiros dentro do corpo, mundos bizarros que afloram nas alucinações dos psicóticos, e que nos arranham vez por outra, dormindo ou acordados, as funduras marinhas da Cecília Meireles, as florestas de Rilke, Édipos, Narcisos, pessoas grandes por fora onde moram crianças órfãs, grandes solidões que buscam a presença de outras, os mundos da cultura e da sociedade, das festas populares e das grandes celebrações coletivas e, repentinamente, damo-nos conta de que os enigmas da Via Láctea são pequenos demais comparados àqueles das pessoas que vemos todo dia. Só que nossos olhares ficaram baços, e não percebemos o maravilhoso ao nosso lado. Se fôssemos tomados pelo fascínio, então pararíamos para ver e veríamos coisas de que nunca havíamos suspeitado.

Mas, em tudo isso, é preciso não esquecer de uma coisa: ciência é coisa humilde, pois se sabe que a verdade é inatingível. Nunca lidamos com a coisa mesma, que sempre nos escapa. Aquilo que temos são apenas modelos provisórios, coisas que construímos por meio de

símbolos, para entrar um pouco no desconhecido.

O professor entrou em sala, primeira aula de química, e escreveu no quadro: H20. E perguntou “O que é isto?”. A meninada respondeu, ansiosa por mostrar o que sabia: “É água”. Aí o professor escreveu a mesma fórmula numa folha de papel, colocou dentro de um copo e lhes ofereceu, dizendo: “Então bebam...”.

Não, ciência não é vida. Da mesma forma que H20 não é água. Na ciência a gente só lida com coisas faladas e escritas, hipóteses, teorias, modelos, que a nossa razão inventou. A vida, ela mesma, fica um pouco mais além das coisas que falamos sobre ela.

A vida é muito mais que a ciência. Ciência é uma coisa entre outras, que empregamos na aventura de viver, que é a única coisa que importa. É por isso que, além da ciência, é preciso a sapiência, ciência saborosa, sabedoria, que tem a ver com a arte de viver. Porque toda a ciência seria inútil se, por detrás de tudo aquilo que faz os homens conhecer, eles não se tornassem mais sábios, mais tolerantes, mais mansos, mais felizes, mais bonitos... Ciência: brincadeira que pode dar prazer, que pode dar saber, que pode dar poder.

Há coisas bonitas. E também coisas feias: ortodoxias, inquisições, fogueiras, manipulações de pessoas, ameaças de fim de mundo ...

Mas não há como fugir. E bem pode ser que as pessoas descubram no fascínio do conhecimento uma boa razão para viver, se elas forem sábias o bastante para isso, e puderem suportar a convivência com o erro, o não saber e, sobretudo, se não morrer nelas o permanente encanto com o mistério do universo. Assim, cada um poderá se descobrir como ar/tesão que planta, nas oficinas da ciência, as sementes do mundo de amanhã (parodiando as palavras do poeta...).

AS CIÊNCIAS SOCIAIS E O PROCESSO HISTÓRICO

Arnaldo Lemos Filho

A sociologia não se afirma primeiro como explicação científica e, somente depois, como forma cultural de concepção do mundo. Foi o inverso o que se deu na realidade. Ela nasce e se desenvolve como um dos florescimentos intelectuais mais complicados das situações de existência nas modernas sociedades industriais.

Florestan Fernandes 1971, p. 274

Não se pode negar que duas preocupações se fazem constantemente presentes no espírito humano: dominar a natureza e explicá-la. A primeira é responsável pelo processo civilizatório e pelo aparecimento da sociedade, enquanto a segunda, simultânea e relacionada à primeira, tem determinado a produção de conhecimentos sobre a natureza e a sociedade, tais como o mito, a religião, a filosofia e a ciência.

O objetivo deste capítulo é analisar o processo histórico do aparecimento das Ciências Sociais, isto é, mostrar o momento em que os fenômenos sociais começaram a ser objeto do conhecimento científico e estudar os fatos históricos que propiciaram o surgimento e a formação dessas ciências.

A preocupação em conhecer e explicar os fenômenos sociais sempre se fez presente na história da humanidade. Mas a tentativa de se dar uma explicação científica ao comportamento social e às condições sociais de existência dos seres humanos é um produto recente do pensamento. Foi somente na Idade Moderna, com a emergência da sociedade capitalista, que alguns pensadores se esforçaram em aplicar o método científico ao conhecimento dos fenômenos que acontecem na vida social, tendo em vista as crises e desordens sociais provocadas pelas transformações que ocorreram na sociedade.

A filosofia social

A preocupação dos pensadores em relação aos fenômenos sociais, no período anterior à formação da sociedade industrial, era mais filosófica do que científica. Embora sua atenção fosse despertada pelas causas econômicas e políticas que abalavam continuamente as estruturas sociais do seu tempo, em lugar de tomarem uma atitude objetiva diante dos problemas que se lhes apresentavam, levados por razão de ordem prática, preocupavam-se mais em descobrir os remédios que trouxessem uma solução para as crises sociais. Os estudos a respeito da vida social tinham sempre por objetivo propor formas ideais de organização da sociedade, mais do que compreender-lhe a organização real. Assumiam, portanto, um ponto de vista *normativo*, no sentido de buscarem estabelecer normas ou regras para a vida social, e *finalista*, no sentido de proporem como finalidade da vida social a realização dessa organização social. Florestan Fernandes lembra que mesmo as filosofias greco-romanas e medievais, que deram relevo especial à reflexão sistemática sobre a natureza humana e a organização das sociedades, contrastam singularmente com a explicação científica.[2] É que "elas tinham, com efeito, por objeto, não explicar as sociedades tais e quais elas foram, mas indagar o que as sociedades devem ser, como elas devem organizar-se para serem tão perfeitas quanto possível".[3]

Na Antiguidade, por exemplo, esses estudos eram fragmentários. Limitavam-se a reflexões esparsas a respeito de algumas questões sociais, nunca reunidos, entretanto, num sistema coerente. Embora Platão (427/348 a.C.) com *A República* e *As leis* e Aristóteles (385/322 a.C.) com *A Política* tivessem tomado a sociedade em sua integridade, organizada em Cidade-Estado (pólis), o fator político sob o domínio de um interesse puramente ético tinha prioridade sobre o fator social.

Isso significava que os pensadores antigos, não tomando a própria sociedade como um objeto específico de conhecimento, apreenderam, como objeto essencial de estudo, uma parte da vida social, como a política ou a moral, mas numa perspectiva normativa e finalista.

O longo período da *Idade Média* foi pouco propício ao progresso científico e, consequentemente, ao estudo científico dos fatos sociais. Os pensadores medievais prendiam-se a discussões metafísicas que conduziam à justificação da fé cristã. Tudo girava em torno dos interesses da Igreja que monopolizava todo o pensamento da época. A preocupação com julgamentos de valor apriorísticos, o apelo constante à autoridade e ao dogmatismo religioso impediam o desenvolvimento da investigação científica. A sociedade não era pensada no seu todo e, se havia certa preocupação com os problemas sociais, os estudos eram também fragmentários e caíam no âmbito da filosofia ética e religiosa. Podemos dizer que a filosofia, durante todo o período medieval, permaneceu derivada de uma fonte revelada como preparação da salvação da alma. Voltavam-se os teólogos à construção de um ideal *a priori*, embora

utópico, da vida social, porque eles não concebiam senão uma sociedade fundada sobre os princípios religiosos, uma imagem terrestre da cidade de Deus. É o que caracterizava, por exemplo, a obra fundamental de Santo Agostinho (354-430), *A Cidade de Deus*, e a elaboração da filosofia cristã, a chamada filosofia escolástica, que alcançou o mais alto nível em Santo Tomás de Aquino (1227-1274), com *A Suma Teológica*.

Da filosofia social às ciências sociais

Já no final da Idade Média despontou um movimento de reação à escolástica. Foram os prenúncios da libertação do pensamento ao dogmatismo católico que se efetivou finalmente no período agitado do Renascimento, quando se abriram novas perspectivas ao saber humano. A influência teológica, que não permitia ver as coisas senão à luz dominante da salvação eterna, deu lugar a uma perspectiva muito mais independente que favorecia a livre discussão de questões do ponto de vista racional. Foi sendo elaborado um novo tipo de conhecimento, caracterizado por uma objetividade e realismo que marcaram a separação nítida do pensamento do passa do, modificação tão claramente definida que se poderia dizer que um novo estágio se iniciava na explicação dos fenômenos da natureza e, consequentemente, dos problemas sociais e humanos. Foi o estágio do conhecimento baseado na experimentação de que nos fala Kilpatrick, iniciado ruidosamente por Galileu Galilei (1564-1642) e que fará depois, o século XX, "o século de ouro da ciência", na expressão de Whitehead.

Em relação à interpretação ou à explicação dos fenômenos da natureza, a ciência substitui inteiramente a filosofia, pois torna-se sinônimo de "ciências naturais". Estas desprendem-se do tronco comum que era a filosofia, conseguindo delimitar seu campo de estudo com objetos específicos: A Física, no século XVII, com Galileu, Química, no século XVIII, com Lavoisier, e a Biologia, no século XIX, com Claude Bernard, Haeckel e outros.

As mesmas condições que propici aram a especifi cação das "ciências naturais" favoreceram as chamadas "ciências sociais":

> A mesma paixão pela realidade e o mesmo espírito de investigação que deram largas em descobertas no mundo da natu reza, voltaram-se finalmente para o mundo da natureza humana e para as rel ações sociais, num tentativa de compreender estas de igual. E, de maneira idêntica, mesmo método que provara tão bem no estudo do universo físico for transportado para o novo campo de estudo que fica desde então impregnado do espírito científico.[4]

Em contrapartida, é necessário procurar os fatores específicos da formação das ciências sociais. Eles se encontram nas condições materiais e intelectuais do desenvolvimento do mundo moderno. As ciências sociais não são somente produto da reflexão de alguns pensadores, mas o resultado de certas circunstâncias históricas e de algumas necessidades materiais e sociais (Martins 1984, p. 10).

Para Florestan Fernandes, três séries de convergências parecem responsáveis pela lenta mas progressiva substituição da concepção normativa e especulativa por uma representação positiva de vida social: fatores de natureza sociocultural, fatores de natureza intelectual e fatores decorrentes da própria dinâmica do chamado "sistema de ciências".[5]

Fatores socioculturais

Uma série de mudanças ocorridas na vida política e econômica da Europa, tais como a ascensão da burguesia, a formação do Estado Nacional, a descoberta do Novo Mundo, a Revolução Comercial, a Reforma Protestante, contribuiu para modificar a mentalidade do homem moderno. O século XVIII, principalmente, assistiu a fatos fundamentais que definiram o desaparecimento da sociedade feudal e a consolidação da sociedade capitalista. Um desses fatos foi, sem dúvida, a Revolução Industrial. Iniciada na Inglaterra, nos meados do século, provocou transformações profundas na sociedade europeia, tornando problemática a própria sociedade. Trouxe mudanças na *ordem tecnológica,* pelo emprego intensivo e extensivo de um novo modo de produção com o uso da máquina; na *ordem econômica*, pela concentração de capitais, constituição de grandes empresas provocando a acumulação de riquezas; e na *ordem social*, pela intensificação do êxodo rural e consequente processo de urbanização, desintegração de instituições e costumes, introdução de novas formas de organização da vida social, e, sobretudo, a emergência e a formação de um proletariado de massas com sua específica consciência de classe.

Antes, as formas estabelecidas da vida social se revestiam de caráter sagrado: era como se o próprio Deus tivesse estabelecido as normas que deveriam reger as ações humanas, o que tornava essas normas, de certo modo, intocáveis. No mundo moderno, uma exigência geral de eficiência, no sentido de encontrar solução para as crises e os problemas provocados pelos novos acontecimentos, fez com que muitas formas de organização social, até então sagradas, passassem a ser vistas como produto histórico e sujeitas a transformações. Desse modo, a validade das normas e das formas de organização social estabelecidas deixa de ser vista como algo de absoluto e indiscutível. Tal atitude secularizada, isto é, alheia às coisas sagradas,

favoreceu a difusão de um espírito crítico e de objetividade diante dos fenômenos sociais.

Fatores intelectuais

Simultaneamente às mudanças ocorridas na vida econômica e social, modificações surgiram nas formas de pensamento, nos modos de conhecer a natureza e a sociedade.

A contribuição de alguns pensadores, a partir do século XVI, foi fundamental para a formação das ciências sociais. Já no final da Idade Média houve um florescimento de utopias, descrições pormenorizadas de sociedades ideais: Thomas Morus (1478-1535), com *A utopia,* Jean Bodin (1530-1596), com *A República,* Francis Bacon (1561-1626), com *Nova Atlantis* e Campanella (15681634), com *A Cidade do Sol,* apresentaram os seus projetos de uma nova sociedade.

O emprego sistemático da razão, como consequência de sua autonomia diante da teologia, possibilitou a formulação de uma nova atitude intelectual, o *racionalismo,* não só em relação aos fenômenos da natureza, mas também em relação aos fenômenos humanos e sociais.

Algumas contribuições foram básicas. Maquiavel (1469-1527), com *O príncipe,* e Hobbes (1588-1679), com *O Leviatã,* consideravam ser a vida da sociedade baseada no uso da força. Maquiavel, ao separar a ética da política, favoreceu a constituição de uma ciência política. O já citado Francis Bacon apresentava um novo método de conhecimento, baseado na experimentação, que tomava o lugar do conhecimento teológico. Descartes (1596-1650), em *Discurso sobre o método,* introduzia a dúvida metódica no conhecimento, favorecendo uma nova forma de conhecimento baseado na razão.

De um modo especial, a Filosofia da História foi um fator decisivo na formação das ciências sociais. Foram os filósofos da história que tiveram a responsabilidade por uma nova concepção de sociedade como algo mais do que uma sociedade política ou o Estado, possibilitando a distinção entre Estado e sociedade civil (Bottomore 1918). A ideia geral do progresso que ajudaram a formular influiu profundamente na concepção que o homem tem da história e da sociedade. Vico (1668-1774), em *Os princípios de uma ciência nova,* afirmava que é o homem que produz a história e que a sociedade poderia ser compreendida porque constitui obra dos próprios indivíduos. Adam Ferguson (1723-1816), em *Ensaio histórico sobre a sociedade civil,* discutiu a natureza da sociedade e suas instituições.

Esse interesse pela História e pelo desenvolvimento foi despertado pela rapidez e

profundidade das transformações sociais e econômicas e também pelo contraste das culturas que as viagens dos descobrimentos revelaram. O acúmulo de informações sobre os costumes e as instituições "exóticas" dos povos não europeus colocou a nu a extraordinária variedade das formas de organização social.

Mas sobretudo na França, nos séculos XVII e XVIII, a contribuição da filosofia foi extraordinária. Diante da situação social do país, resultado das contradições das classes sociais, os filósofos franceses pretendiam não apenas transformar as formas de pensamento, mas a própria sociedade. Afirmavam que, à luz da razão (*Iluminismo*), é possível modificar a estrutura da velha sociedade feudal. Condorcet (1742-1794) queria aplicar os métodos matemáticos no estudo dos fenômenos sociais. Montesquieu (1689-1755), em *O espírito das leis*, definia pela primeira vez a ideia geral de lei ("relações necessárias que derivam da natureza das coisas") e afirmava que os fenômenos políticos estavam sujeitos às leis naturais, invariáveis e necessárias, tanto quanto os fenômenos físicos. Rousseau (1712-1778), em suas teorias de *O contrato social*, teve uma influência decisiva na formação da democracia burguesa e, consequentemente, na mudança das instituições sociais.

A Revolução Francesa (1789) trouxe o poder político à burguesia, destruiu os fundamentos da sociedade feudal e promoveu profundas inovações na vida social. Mas, junto com a Revolução Industrial, trouxe crises e desordens na organização da sociedade, o que levou alguns pensadores a concentrar suas reflexões sobre as suas consequências. *Surge então* o *positivismo*. Preocupados em encontrar "remédios" para as crises sociais do momento, os positivistas queriam explicar os problemas sociais que ocorriam e chegaram à conclusão de que os fenômenos sociais, como os físicos, estavam sujeitos a leis rigorosas. Saint-Simon (1760-1825) preconizava a transferência de todo o poder da sociedade para as mãos dos cientistas e industriais, com o objetivo de restaurar a ordem social. Mas é com seu discípulo Augusto Comte (1798-1857) que as ciências sociais, de um modo específico a Sociologia, começaram a se delinear como ciências autônomas. Principal representante do positivismo francês, Comte não só deu o nome à nova ciência, que antes denominara Física Social, mas empreendeu a primeira tentativa sistemática da caracterização de seu objeto, métodos e problemas fundamentais, bem como a primeira tentativa de determinar a sua posição no conjunto das ciências.

A ideia central do positivismo é muito simples: nas ciências sociais, como nas ciências da natureza, é necessário afastar os preconceitos e as pressuposições, separar os julgamentos de fato e os julgamentos de valor.[6] A finalidade é, nas ciências sociais, atingir a mesma neutralidade, imparcial e objetiva, que se atinge na Física, na Química e na Biologia. Daí se evidenciam as implicações ideológicas conservadoras dessa concepção: se as leis sociais são leis naturais, a sociedade não pode ser transformada. Ao contrário dos filósofos iluministas,

considerados negativistas por Augusto Comte, o positivismo privilegia a aceitação passiva do *status quo* social.

O sistema de ciências

A terceira série de fatores, também decisiva para a formação das ciências sociais, está na própria dinâmica do "sistema de ciências". A evolução das ciências está diretamente ligada à necessidade de controlar a natureza e compreendê-la. Vimos que as crises provocadas pelos acontecimentos sociais do século XVIII provocaram uma convicção de que os métodos das ciências da natureza deviam e podiam ser estendidos aos estudos das questões humanas e sociais, e que os fenômenos sociais podiam ser classificados e medidos. No mundo moderno, o conhecimento científico se tornou o sistema dominante de concepção do mundo e, aos poucos, os fenômenos sociais também caíram sob o seu domínio. É evidente que não se pode dizer que essa dinâmica seja a causa do surgimento das ciências sociais, porque, na verdade, as leis científicas não passaram a ser aplicadas à realidade social simplesmente porque eram aplicadas com sucesso no conhecimento dos fenômenos da natureza. Mas, sem dúvida, principalmente a partir do século XVIII, a necessidade de se desenvolverem técnicas racionais para controlar os conflitos criados pelas crises da época acabaria levando à formação das ciências sociais.

As Ciências Sociais

Não é objetivo deste capítulo analisar como se deu a divisão das ciências sociais, isto é, explicar o momento histórico em que o estudo científico da sociedade se subdividiu em várias ciências, cada uma especializada num aspecto particular da vida e da organização da sociedade, como a Economia, a Antropologia, a Sociologia, a Política. Ao analisar a formação das ciências sociais, Bottomore conclui que, no início, elas foram absorvidas pela Sociologia que era uma ciência enciclopédica, evolucionista e positiva. Enciclopédica porque se ocupava da totalidade da vida social do homem e da totalidade da história. Evolucionista porque, sob a influência da Filosofia da História, reforçada pela teoria biológica da evolução, concebia a sociedade como um organismo e tentava formular leis gerais de evolução social. Positiva porque era concebida como uma ciência de caráter idêntico ao das ciências naturais. Mas sobretudo, tornou-se a ciência da nova sociedade industrial, adquirindo não só um caráter científico, mas sobretudo ideológico, pois ideias conservadoras e radicais entraram no seu desenvolvimento, dando

origem a teorias conflitantes e provocando controvérsias que continuam até hoje (Bottomore, *op. cit.*, p. 20).

Atualmente, Sociologia, Antropologia, Economia e Política são ciências com objetos de estudo específicos e que se relacionam mutuamente, pois os fenômenos sociais são extremamente complexos. Mas a definição do objeto de cada ciência social decorre também da resposta que se dê à questão sobre o que torna possível a organização social das relações entre os homens. A tradição das Ciências Sociais possui três respostas clássicas a esta questão: a de Émile Durkheim, a de Max Weber e a de Karl Marx. São considerados os clássicos das Ciências Sociais, não só porque representam pontos de vista distintos a respeito da objetividade científica do conhecimento da vida social, mas porque a riqueza e profundidade teórica de suas obras constituem elementos básicos para a explicação científica dos fenômenos sociais. Durkheim (1858-1917), seguindo a tradição positivista de Comte, preocupou-se em estabelecer um método e definir o objeto da Sociologia, ao mesmo tempo que procurou encontrar soluções para a manutenção da sociedade que surgiu após as revoluções. Para ele a organização social é possível graças ao consenso ou à "consciência coletiva" e a Sociologia tem como objeto o "fato social". Weber (1864-1920) enfatiza os aspectos subjetivos e simbólicos dasrelaçõessociais e delimita o campo de estudo da Sociologia dentro da noção de "ação social". Marx (1818-1883), ao contrário do positivismo, que busca a manutenção e a preservação da sociedade capitalista, parte de uma crítica radical a este tipo de sociedade. Concebe a organização da sociedade como resultante das relações de produção e toma as relações de classe como objeto próprio da Sociologia.

Até hoje as contribuições desses clássicos têm sido fonte de inspiração para os cientistas sociais. Na esteira deles, têm-se desenvolvido estudos que favorecem a consolidação de uma mentalidade científica no tratamento dos diversos campos das relações sociais. Os acontecimentos do século XX, tais como o crescimento do capitalismo, monopolizando produtos e mercados, a eclosão das guerras mundiais, a organização do proletariado, as revoluções socialistas, o desenvolvimento dos meios de comunicação, da informática, ao mesmo tempo que se tornam objeto de análise das Ciências Sociais, trazem questionamentos básicos sobre a sua própria existência.

Muitas vezes as ciências sociais têm sido usadas para produzir conhecimentos de interesse das classes dominantes, tornando-se instrumentos de controle, o que acarreta a burocratização e a domesticação de suas pesquisas. Outras vezes, mantêm uma postura crítica diante da ideologia dominante, trazendo como consequência perseguições e incompreensões.

A verdade é que não existe ciência definitiva, pois o conhecimento renova-se continuamente. Mas, seja enfatizando os fatores de estabilidade e manutenção da organização social, seja concebendo a sociedade como uma realidade de conflitos e contradições, seja

valorizando mais os seus aspectos teóricos, seja dando primazia às pesquisas empíricas, as ciências sociais têm, ao longo do processo histórico, encontrado o seu lugar no quadro das ciências.

Bibliografia

BOTTOMORE, T.B. “O estudo da sociedade”. *Introdução à sociologia*. 4a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

CASTRO, Ana Maria e DIAS, Edmundo F. *Introdução ao pensamento sociológico*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

FERNANDES, Florestan. “A Sociologia: Objeto e principais problemas”. *Ensaios de Sociologia geral e aplicada*. São Paulo: Pioneira, 1960.

MARTINS, Carlos Barbosa. *O que é sociologia*. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Col. Primeiros Passos, vol. 57)

SOCIOLOGIA E SOCIEDADE

Dalva Maria Bertoni Bedone

O nascimento da Sociologia

> *A Sociologia nasceu como resultado de uma situação histórica evolutiva no auge da época designada, com certa imprecisão, como feudal e do período moderno industrial-capitalista; nasceu como consequência do interesse despertado pela descoberta de que relações tidas até então como naturais fossem de fato mutáveis e históricas.*[7]

A Sociologia surgiu num momento de desagregação da sociedade feudal e consolidação da sociedade capitalista. O que propiciou o seu nascimento foram as transformações econômicas, políticas e culturais que ocorreram no século XVIII, como consequência das Revoluções Francesa e Industrial, que iniciaram e possibilitaram a formação de um processo de instalação definitiva da sociedade moderna.

Desde o seu início, a Sociologia tem se preocupado com tudo o que acontece no interior da sociedade, principalmente com os conflitos entre as classes sociais. O seu surgimento aconteceu a partir da necessidade de se realizar uma reflexão sobre as transformações, as crises e os antagonismos de classes, experimentados pela então nascente sociedade industrial. Isso vem possibilitar uma nova forma de pensar, que se caracterizou como positivismo, cuja preocupação básica consistiu na organização e reestruturação da sociedade, buscando a preservação e manutenção da nova ordem capitalista.

A sociologia positivista e a sociedade capitalista moderna

Estando a sociedade desorganizada e anárquica, em razão da duas revoluções sofridas, surgiu um conhecimento positivista, iniciado e desenvolvido por Saint-Simon (1760-1825),

Augusto Comte (1798-1857) e Émile Durkheim (18581917), cujas principais características examinaremos separadamente, por autor.

Saint-Simon é considerado o iniciador do positivismo e o verdadeiro pai da Sociologia, tendo sido altamente influenciado pelas ideias revolucionárias, principalmente dos filósofos iluministas. Vivenciou a sociedade francesa pós-revolucionária, que se encontrava em estado de desorganização geral, e acreditava que o industrialismo trazia consigo a possibilidade de satisfazer as necessidades da população, e que a ordem e a paz, na nova sociedade, poderiam ser propiciadas pelo progresso econômico.

Para Saint-Simon a elite, formada pelos industriais e cientistas, deveria fornecer melhores condições de vida à classe trabalhadora, elaborar normas de comportamento para atenuação dos conflitos existentes entre as classes sociais e propiciar a "ordem, paz e progresso", através de um processo de acomodação.

A inexistência de uma ciência da sociedade consistia numa grande falha na área do saber. Saint-Simon apontava a necessidade de uma ciência que, tendo como objetivo a sociedade e que, utilizando-se dos mesmos métodos das ciências naturais, deveria, ao investigar a realidade social, buscar leis sobre o progresso e sobre o desenvolvimento dos homens na sociedade, principalmente da classe trabalhadora, refreando os possíveis "ímpetos revolucionários".

Augusto Comte (1798-1857) retomou algumas ideias de Saint-Simon, sistematizando-as. Comte foi um grande defensor da moderna sociedade capitalista. A sua obra se fundamentou também no estado de caos em que se encontrava a sociedade europeia após a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. Para ele, "para haver coesão e equilíbrio na sociedade, seria necessário restabelecer a ordem nas ideias e nos conhecimentos, criando um conjunto de crenças comuns a todos os homens" (Martins 1982, p. 46). Acreditava que um espírito positivo dentro da sociedade levaria à sua organização. Ligou a nova ciência, Sociologia, com o positivismo, denominando-a inicialmente de "Física Social".

Tal como Saint-Simon, Comte admitia que a latente sociedade industrial necessitava passar por algumas mudanças, que deveriam ser comandadas pelos industriais e cientistas, para que o progresso pudesse aparecer de uma forma gradual, como consequência da ordem instalada. A Sociologia, ao estudar e explicar os acontecimentos da sociedade, seria o elo que ligaria a "ordem" da sociedade ao "progresso".

Émile Durkheim (1858-1917), preocupado com a questão social, procurou estabelecer o objeto da Sociologia e elaborar um método de investigação próprio.

Durkheim vivenciou um período de crises econômicas que provocaram conflitos

constantes entre as classes trabalhadoras e os proprietários dos meios de produção. No início do século XX, ocorreram progressos econômicos propiciados pela utilização do petróleo e da eletricidade como fontes de energia. Nesse período, as ideias socialistas surgiram, justificando a partir dos fatos econômicos as crises sofridas pelas sociedades europeias. Durkheim discordava dessas ideias, acreditando que os problemas da sociedade eram muito mais "morais" do que econômicos, e que ocorriam devido à fragilidade da época.

Durkheim considerava a sociedade como um sistema formado pela associação de indivíduos e com características próprias e que esta, ao transmitir a cultura aos seus componentes, inculcava crenças e práticas sociais. Via na sociedade "o fim e a fonte da moral". Encarava a moral como "social", em inúmeros sentidos. "As regras morais são sociais na origem, são gerais dentro de uma dada sociedade, e pressupõem a associação humana, impõem obrigações sociais aos indivíduos, proporcionando um quadro de referência externo para o indivíduo, vinculam-no fins sociais, e envolve altruísmo."[8]

Para ele a divisão de trabalho propiciada pela nova formação de produção industrial provocava muito mais solidariedade entre os homens, levando muito mais a uma interdependência do que aos conflitos sociais.

Durkheim acreditava que a ciência poderia, por meio de suas investigações, encontrar soluções para os problemas da época. A Sociologia deveria se ocupar dos fatos sociais. Fato social, em sua opinião, consistia em "toda maneira de agir fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior, que é geral na extensão uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independentemente das manifestações individuais que possa ter".[9]

Assim, o modo de vida, a forma de agir dos indivíduos na sociedade, além de serem criados e estabelecidos pelas gerações passadas, possuiriam a qualidade de serem coercitivos. Nessa óptica, a função da Sociologia seria buscar soluções para os problemas sociais, favorecendo assim a normalidade da sociedade, convertendo-se em técnica de controle social e manutenção do poder vigente.

Sociologia científica ou marxista

Karl Marx (1818-1883), filósofo social e economista alemão, ao lado de Friedrich Engels (1820-1903), elaborou um pensamento sociológico crítico, mediante estudos sobre as relações sociais e o modo de produção capitalista, ligando esses fatores às mudanças capazes de

provocar a transformação da sociedade.

Ao contrário do pensamento positivista que pregava a manutenção da ordem capitalista, o pensamento socialista analisava a nova sociedade como transitória e, ao evidenciar seus antagonismos e suas contradições, realizava uma crítica a esse tipo de sociedade. A partir do pensamento socialista, surgiu, portanto, um pensamento sociológico altamente crítico e negador da sociedade capitalista. Marx e Engels, em suas lutas políticas, buscaram explicar o conjunto da sociedade, colocando em evidência suas dimensões globais.

O pensamento socialista evidenciava a desigualdade social existente na sociedade capitalista, cuja origem se encontrava na dominação exercida sobre a classe trabalhadora. Utilizava-se da teoria sobre materialismo histórico, dialético, a teoria da mais-valia e a luta de classes, para explicar como se processava essa dominação, apontando, a partir daí, uma saída para o proletariado.

A teoria sobre o materialismo histórico constitui um fator fundamental para a análise sociológica, uma vez que não se trata de determinação mecânica do econômico, mas de uma forma específica de tratamento da dominação da sociedade que evidencia a luta de classes como fenômeno político, colocando nas mãos dos homens o poder de condução da sociedade, e apontando o socialismo como fase de transição entre o capitalismo e o comunismo, com o objetivo de se obter uma sociedade sem classes e sem conflitos sociais.

Marx procurou esclarecer os condicionamentos históricos da desigualdade social e da dominação nas sociedades, identificando o capitalismo como marcado pela posse da riqueza econômica, distinguindo os donos dos meios de produção, dos que nada possuem além da sua força de trabalho. O pensamento marxista revelou a historicidade do conhecimento e do ser humano, e da formação socioeconômica, destacando que as sociedades humanas encontram-se em contínua transformação e que os conflitos e as contradições existentes entre as classes sociais constituem o motor da história.

A teoria social que surgiu da inspiração marxista não se limitou a ligar política, filosofia e economia. Tentou estabelecer uma ligação entre teoria e prática, ciência e interesse de classe. O conhecimento da realidade social deve se converter em um instrumento político, capaz de orientar os grupos e as classes sociais para transformação da sociedade. A função da Sociologia, nessa perspectiva, não era a de solucionar os “problemas sociais”, com o propósito de restabelecer o “bom funcionamento” da sociedade, como pensavam os positivistas. Longe disso, ela deveria contribuir para a realização de mudanças radicais na sociedade. Sem dúvida que foi o socialismo marxista que despertou a vocação crítica da Sociologia unindo a explicação e alteração da sociedade, ligando-a aos movimentos de transformação da ordem existente.[10]

A sociologia científica se iniciou a partir da concepção de práxis, por Marx:

a) “A noção de práxis pressupõe a reabilitação do sensível e a restituição do prático-sensível”,[11] ou seja, o mundo humano foi criado e transformado pelos homens. As relações que os seres vivos mantêm entre si fazem parte desse mundo sensível, onde o ser “sujeito” dessa realidade permite-lhe exercer atividade, refletir e ter desejos.

b) “O homem (ser humano) é, antes de mais nada, ser de necessidade”.[12] Em todo ser humano, a necessidade aparece como fundamento. As necessidades apresentam-se como individualizadas, sociais, políticas, imediatas, cultivadas, naturais, artificiais, reais e alienadas. “O estudo das necessidades revela um entrelaçamento de processos dialéticos. O homem difere do animal na medida em que, para conseguir o objeto de suas necessidades, criou instrumentos e inventou o trabalho. A necessidade é, ao mesmo tempo, ato (atividade) e relação, em si mesma complexa, com a natureza, com outros seres humanos, com objetos.”[13] O trabalho se apresenta não somente como produto de objetos e instrumentos, mas também de novas necessidades não somente na produção, como também da produção. A história inteira tem se caracterizado pelo crescimento e desenvolvimento das necessidades.

c) “O trabalho participa do movimento dialético, necessidadetrabalho-gozo”.[14] O trabalho consiste num momento prático e histórico e divide-se biológica, técnica e socialmente. É nele que os homens mantêm relações técnicas e sociais, e é através dele que a desigualdade social se acentua.

> Tanto no social como no homem tudo é ato e obra. Mesmo a necessidade histórica supõe a passagem pela ação – a PRÁXIS – do possível ao real e dá lugar à iniciativa. Toda possibilidade abre dois caminhos: o de uma alienação maior e o de uma desalienação. A alienação tende também a “tornar-se mundo”. A desalienação é atingida pela luta consciente, cada vez mais consciente com a entrada em cena da classe operária, contra a alienação. Por toda parte o homem social sempre inventa e cria; por toda parte ele sempre é vítima de suas obras.
>
> A práxis, no seu mais alto grau (criador, revolucionário) inclui a teoria que ela vivifica e verifica. Ela compreende a decisão teórica como a decisão da ação. Supõe tática e estratégia. Não existe atividade sem projeto; ato sem programa, práxis política sem exploração do passível e futuro.[15]

Ao explicar as relações que os homens estabelecem entre si na sociedade, a teoria social elaborada por Marx e Engels vai fornecer à Sociologia subsídios fundamentais para análise das funções do Estado, da ideologia, da alienação e da compreensão das relações que são estabelecidas entre as classes sociais. Dessa forma, a Sociologia assume a função de realizar a

crítica da sociedade capitalista, e se compromete com a construção de uma nova ordem, baseada na igualdade social.

A Sociologia compreensiva de Max Weber

Max Weber (1864-1920) procurou dar uma orientação compreensiva, conceituando subjetivamente a ação social, baseando-se critérios internos dos indivíduos participantes e no fato de os seres humanos serem diretamente conscientes de suas ações. Definiu como objeto da sociologia a ação social, atribuindo-lhe um caráter subjetivo.

Weber criou um método de comparações para o estudo da realidade social. Suas análises sociológicas foram realizadas a partir da comparação de coisas humanas; comparou o desenvolvimento das sociedades orientais e ocidentais buscando semelhanças em situações históricas semelhantes. Construiu conceitos que servem de instrumentos metodológicos para medir a realidade, chamando-os de "tipos ideais".

Weber lutou pela efetiva separação entre conhecimentos empíricos e julgamento valorativo; entre o conhecimento particular e unilateral e todas as modalidades de captação da totalidade; entre realidade empírica e essência do ser.[16]

De acordo com Weber, o conhecimento empírico pode fornecer meios capazes para implementar ou impedir o alcance dos fins propostos, e identificar como a linha de ação é afetada por outros valores. Mas não se pode generalizar o valor ou o fim. O conhecimento empírico, bem como a valoração, repousam sobre uma cuidadosa separação de ambos.

A Sociologia, segundo Weber, é uma ciência que tem por objeto compreender claramente a conduta humana, fornecendo explicações das causas e consequências de sua origem. Para ele são as atitudes que explicam a conduta social; assim, torna-se necessário pesquisar a natureza e a operação desses fatores, levando-se em consideração se essas atitudes são afetadas ou modificadas por motivos e ações de outros indivíduos. A conduta social seria o caminho para a compreensão da situação social e o entendimento das intenções. Dessa maneira, a Sociologia se caracteriza como o estudo das interações significativas de indivíduos em suas relações com os outros na sociedade, sendo seu objetivo a compreensão da conduta social.

Weber considerava que a *ação social* podia ser:

- *racional, visando aos fins*: que consiste em agir conforme expectativas em relação à

conduta de outros homens ou objetos. Age racionalmente aquele que avalia a sua ação de acordo com os fins, meios e consequências;

- *racional, visando aos valores*: quando a ação é direcionada pelos valores (ético, estético, religioso etc.), próprios de condutas específicas, sem nenhuma relação com o resultado. O sentido da ação reside na própria ação;

- *afetiva, ou conduta emocional*: determinada por estados afetivos ou sentimentais. Também se baseia na própria ação, e não no resultado;

- *tradicional*: determinada pelos costumes, pelas ações cotidianas.

Segundo Weber, dificilmente a ação social orienta-se exclusivamente por um ou outro tipo. Esses são "tipos ideais", criados para fins de pesquisa. A ação social real é mesclada dos caracteres gerais dos tipos apresentados.

Weber colocou o fenômeno da racionalidade como de fundamental importância para o entendimento do mundo moderno, apresentando-a como o caráter fundamental do estilo de vida ocidental. A racionalização promove um sistema de dependência entre os indivíduos, levando-os à mecanização, não somente na economia, como na ciência. A partir de estudos sobre a racionalização da sociedade moderna, Weber estabeleceu uma ligação entre racionalidade e liberdade e autorresponsabilidade dos indivíduos na sociedade.

Weber realizou estudos sobre a dominação, apresentando os diferentes motivos de existência da obediência, evidenciando que é a natureza dos motivos de aceitação que determina os tipos de dominação existentes, e que cada tipo diferencia-se dos demais em função de sua "legitimidade".

Como a sua preocupação centrava-se na racionalidade da sociedade capitalista, ele estudou mais profundamente a dominação legal de caráter racional, que é identificada nas organizações burocráticas. Weber estudou a burocracia para combater seu domínio absoluto sobre a sociedade, embora tenha reconhecido sua necessidade funcional, numa sociedade de massa. Colocou a burocracia como fator social dominante, enquanto prevalecer a unidade de produção dominante no capitalismo, que é a indústria organizada burocraticamente.

Os estudos de Weber consistem numa contribuição muito importante à pesquisa sociológica, abordando temas os mais variados como o direito, a economia, a história, a religião, a política, a arte e a música. Procurou conhecer a fundo a essência do capitalismo moderno, ressaltando a eficiência e a precisão das empresas organizadas racionalmente. Ao contrário de Karl Marx, Weber via no capitalismo a expressão da modernização e a forma de racionalização do homem moderno.

Teoria Sociológica Funcionalista

Talcott Parsons (1902-1979), sociólogo norte-americano, contribuiu para o desenvolvimento da Sociologia, com seus estudos sobre os sistemas sociais e a sociedade moderna. Sofreu forte influência de Weber, definindo como objeto de estudo da Sociologia a ação social. Os seus estudos se fundamentaram no funcionamento das estruturas sociais.

Para Parsons, a sociedade, ou sistema social mais geral, é formada pelos sistemas culturais, sistemas de personalidade e organismos comportamentais, que são definidos como constituintes primários. Entendeu a estrutura social como resultante do processo de institucionalização da sociedade (ideias, valores, símbolos etc.) que se realiza mediante a formação das instituições sociais: família, escola, direito etc.

Para ele, os sistemas sociais possuem quatro funções específicas:

- *Estabilidade normativa* – envolve os valores e sua aceitação pelos membros da sociedade;
- *Integração* – assegura a organização e a coordenação entre diferentes unidades do sistema, visando ao funcionamento do todo;
- *Consecução de fins* – corresponde à definição de objetivos a serem atingidos pelas unidades e pelo todo social;
- *Adaptação* – conjunto de meios para atingir os fins desejados.

Segundo Parsons, o sistema social é aberto e está em constante relação com o meio ambiente, quer físico, quer biológico, a personalidade e a cultura de seus componentes. Ocorrendo mudanças, surge a necessidade de modos funcionais de ajustamento.

Outro sociólogo que muito contribuiu para o enriquecimento dos postulados da teoria funcionalista foi Robert Merton (1910-2003), com estudos relacionados a novos conceitos funcionais da sociedade moderna.

A sociologia latino-americana

A Sociologia na América Latina inicialmente sofreu influências europeia e norte-

americana. Na medida em que a sua preocupação se volta para as questões que envolvem as nações subdesenvolvidas, ou em vias de desenvolvimento, ela vai sofrer influências da teoria marxista.

Os estudos sociológicos latino-americanos buscam analisar os problemas concernentes ao subdesenvolvimento, às relações de dependência e suas interferências no sistema cultural, econômico e político da sociedade; abordam as questões agrária, jurídica, de ensino, aspectos de humanização da vida urbana, formas de controle social etc.

A sociologia brasileira

Nas décadas de 1920 e 1930, o pensamento social brasileiro estava centrado em análises da formação da sociedade brasileira, abordando questões sobre escravatura, abolição, estudos sobre os índios e negros e sobre o deslocamento do eixo de dominação campo-cidade.

Nos anos 40 e 50, a Sociologia voltou-se para questões relativas aos problemas sociais, girando em torno de análises sobre a classe trabalhadora, padrão de vida, salários e estudos de comunidades rurais.

Na década de 1960, a preocupação da Sociologia dirigiu-se para o período desenvolvimentista, que se iniciou com o processo de industrialização do país, preocupando-se com as questões agrárias e os movimentos sociais na cidade e no campo. Foram efetuados também estudos sobre atividades políticas e as inquietações sociais propiciadas pelas mudanças de governo de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, culminando com a instalação do regime militar em 1964.

A partir de 1964, os trabalhos sociológicos voltaram-se para os problemas socioeconômicos e políticos originados pelas crises e tensões da sociedade, em decorrência do regime militar.

Em 1980, passando o país por um processo de redemocratização, ocorreu a profissionalização da Sociologia e sua volta ao ensino médio. Além da preocupação quanto às mudanças econômicas, políticas e sociais, propiciadas pela instalação da “Nova República”, as discussões e os estudos da Sociologia voltam-se para questões relativas à mulher, ao menor, ao trabalhador rural e urbano, à posse da terra, ao ensino etc.

Bibliografia

CASTRO, A.M. e DIAS, E.F. *Introdução ao pensamento sociológico*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Eldorado, 1983.

COHN, G. *Sociologia: Para ler os clássicos*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

DEMO, P. *Sociologia: Uma introdução crítica*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1985.

DURKHEIM, É. *As regras do método sociológico*. 4ª ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1966.

FERRARI, A. T. *Fundamentos de sociologia*. São Paulo, McGraw-Hill, 1983.

FORACCHI, I.A. e MARTINS, J.S. (orgs.). *Ideologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

MARTINS, C.B. *O que é sociologia*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PARSONS, T. *O sistema das sociedades modernas*. São Paulo: Pioneira, 1974.

WEBER, M. *Ensaios de sociologia*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

A ANTROPOLOGIA SOCIAL

Carlos Rodrigues Brandão

Acadêmicos que se chamam antropólogos sociais são de dois tipos. O protótipo do primeiro foi St-James (1845-1941), autor de The Golden Bough. *Ele foi um homem de saber monumental que não tinha experiência direta com a vida dos povos primitivos sobre os quais escreveu. Ele esperava descobrir verdades fundamentais sobre a natureza da psicologia humana, comparando os detalhes da cultura humana numa escala mundial. O protótipo do segundo foi Bronislair Malinowisk (1884-1942), nascido na Polônia e naturalizado inglês, que passou grande parte de sua vida acadêmica analisando os resultados da pesquisa que ele mesmo conduziu por um período de quatro anos numa única e pequena aldeia na distante Melanésia. Seu objetivo foi mostrar como essa exótica comunidade "funcionava" como um sistema social, e como seus membros progrediam do berço ao túmulo. Ele estava mais interessado nas diferenças entre as culturas do que na sua abrangente similaridade.*

(Edmund Leach, Repensando a antropologia)

O que estão fazendo os antropólogos?

Diferenças à parte, ou justamente por causa delas, o que é a Antropologia? O que é a antropologia social?[17] Há muitas maneiras de responder a essas questões e certamente a pior delas seria através de uma simples definição. Sobretudo no caso da Antropologia Social, qualquer definição corre o risco de mais esconder do que de desvelar o sentido e a prática que a fazem ser, hoje, o que ela é. Afinal, vista de longe e apressadamente, a Antropologia Social mais parece a face tardia e quase pitoresca das ciências sociais. A figura do antropólogo que ainda usa o chapéu de caçador, o mesmo que um dia usaram alguns de nossos heróis dos filmes da "África", carregado de apetrechos pendurados pelo corpo e de perguntas exóticas pelos vãos da cabeça, simpático e inutilmente curioso, muitas vezes é sugerida. No entanto, uma razoável e

crescente produção de estudos que percorrem hoje em dia quase todas as sociedades e culturas do planeta sugere que poucas têm sido as ciências da experiência humana que conseguiram aportar tantas e tão necessárias respostas a perguntas que, por debaixo do que aparentam possuir de "pitoresco", encerram questões, necessárias e intrigantes a respeito dessa experiência e das vidas que as vivem em sociedade e *como* culturas.[18]

Mas dizer que a Antropologia lida com o estudo do *homem*, a antropologia cultural com o da *cultura* e a antropologia social com o da *sociedade*, é tão desesperadamente vago quanto afirmar que a Astronomia estuda o *universo*, a Física, a *matéria* e a Biologia, a *vida*. Foi justamente para escapar de observações redutoras desse tipo que, quando o antropólogo Clifford Geertz procurou explicar o que a Antropologia é, ele recomendou que a resposta fosse buscada entre os próprios antropólogos, isto é, no que eles estão fazendo e "assumindo" como Antropologia. E ele estende a receita a qualquer outra ciência.

> Se você quer compreender o que é a ciência, você deve olhar, em primeiro lugar, não para as teorias ou as suas descobertas, e certamente não para o que os seus apologistas dizem sobre ela; você deve ver o que os praticantes da ciência fazem. (Geertz 1978, p. 15)

Muito bem, então o que é que estão fazendo os que se dizem antropólogos e, entre eles, os antropólogos sociais?

> Em antropologia ou, de qualquer forma, em antropologia social, o que os seus praticantes fazem é a etnografía. E é justamente ao compreender o que é a etnografia ou, mais exatamente, o que é a prática da etnografia, é que se pode começar a entender o que representa a análise antropológica como uma forma de conhecimento. (*Idem, ibid.*)

E o que é que os antropólogos estão fazendo agora? O que é sua *etnografia*? Tomemos aqui o exemplo do próprio Geertz, já que ele nos desafia. No mesmo livro, *A interpretação das culturas*, há alguns capítulos que revelam uma notável experiência etnográfica. Em um deles Geertz procura decifrar como as pessoas da ilha de Báli, na Malásia, constroem e usam socialmente sistemas de significação em que os nomes e sentidos da própria *pessoa* mesclam-se aos do tempo – melhor, das várias dimensões do tempo –, às dos espaços e das relações da vida social e, no fim das contas, a praticamente todo o *mundo* que a imaginação e o pensamento ordenado e ancestral dos balineses consegue abarcar e tornar uma *representação*. Ali, como em qualquer outra sociedade, diferentes categorias de *tempo e pessoa* enredam-se com outras, para construírem, juntas e interligadas, como em uma teia muito complexa de símbolos e significações, como que mapas sociais. Mapas que, ao mesmo tempo em que desenham as diversas dimensões do real, sinalizam para todos e cada um os seus caminhos e percursos ali,

ou seja, os sistemas codificados de regras e princípios que dizem a todos, e a cada um, quem é cada sujeito em relação aos outros, a que obrigações ele está *sujeito*, como deve se comportar diante do pai e da mãe, dos irmãos, dos outros parentes consanguíneos (como o irmão da mãe) ou afins (como a sua futura sogra), dos vizinhos e companheiros de trabalho, das pessoas de sua idade, mais moças e mais velhas, das autoridades civis e religiosas e, até mesmo, dos antropólogos.

Regras e princípios que, de um ou de outro modo, a todos são impostos. Imposições com as quais todos lidam, ora acatando-as, porque creem nos seus fundamentos jurídicos, éticos, religiosos, ou associados simplesmente aos costumes, sem os quais as pessoas de qualquer comunidade creem ser muito difícil viver. Mas imposições contra as quais os desejos da pessoa conspiram muitas vezes o que, em boa medida, provoca a própria dinâmica da vida social.

E o que estamos fazendo nós, aqui?

Eis aí um exemplo de antropólogo em ação, logo, aí está uma face da resposta à pergunta feita. Mas se ela fosse trazida ao nosso próprio caso, talvez a resposta pudesse ficar ainda mais próxima. O que estão fazendo hoje os antropólogos no Brasil? Fosse no passado e seria mais fácil responder, porque haveria por certo uma maior uniformidade. Quase todos os nossos primeiros antropólogos, estrangeiros ou nacionais, durante vários anos estiveram envolvidos com pesquisas junto a sociedades indígenas, ou os nossos grupos tribais. Nossos índios foram o seu primeiro "objeto de estudo" e mesmo hoje em dia há antropólogos fazendo pesquisas etnográficas em suas aldeias e tribos.

A alguns é possível que interesse, de modo abrangente, a descrição de todos os aspectos de uma cultura primitiva, desde as relações ecológicas e econômicas, por meio das quais homens e mulheres de uma sociedade lidam com a natureza e distribuem entre si os produtos do seu trabalho, até o sistema de ritos e mitos, com que a cultura da tribo coletivamente constrói o seu universo peculiar de símbolos e significados, que vão da língua à religião.

A outros pode ser que pareça mais produtivo enfocar algum aspecto mais específico, como a organização do sistema de parentesco, os rituais associados à morte da pessoa, ou, ainda, o sistema de classificação de plantas e animais. Entre esses, uns poderão tomar o "aspecto parcial" de sua etnografia, como uma porta de entrada a partir de onde procurarão explicar relações, estruturas e formas de organização e modificação da sociedade e da cultura, mais amplas e necessariamente mais integradas, isto é, mais capazes de se explicarem umas por meio

das outras. Assim, a análise detida de um sistema de ritos funerários pode ajudar a compreender como a cultura de uma tribo constrói socialmente as suas pessoas e as distribui entre diferentes categorias de seres humanos, assim como a maneira como as pessoas "construídas" percebem o seu mundo e a si próprias. Já a outros poderá interessar, pelo menos em um primeiro momento, a simples descrição etnográfica de um aspecto especializado da cultura, como o sistema de composição musical dos índios suyá, ou a maneira como os carajás elaboram uma tecnologia de produção de artefatos de palha.

Concentrar a atenção, a teoria e a pesquisa em sociedades e culturas mais simples, ditas também "de pequena escala"; procurar, a partir dos estudos feitos "ali", explicações densas e abrangentes para algumas questões intrigantes a respeito de "todos os homens", e "todas as sociedades"; buscar insistentemente comparar, integrar e totalizar fatos sociais, eis alguns procedimentos tradicionais da antropologia social.

Ora, uma de suas características presentes é o fato de que, originada no passado como uma espécie de ramo especializado da Sociologia dedicado expressamente à compreensão da vida coletiva por meio do estudo de sociedades "de pequena escala", a antropologia social tomou vários rumos.[19] Assim, dos nossos índios a nós todos não haverá sujeito, dimensão ou aspecto de nossa sociedade que não sejam hoje lugar e assunto de interesse sistemático da Antropologia. A própria biografia de alguns de nossos antropólogos mais conhecidos poderia revelar isso. Saídos quase todos do "mundo dos índios", alguns se dirigiram à análise do que tem acontecido com os "índios", quando eles foram obrigados a mergulhar *no*, ou a conviver *com o* "mundo dos brancos", e esse foi o caminho pelo qual se desenvolveu todo um fértil campo de pesquisas a respeito de *relações interétnicas*.[20] Mas logo tais relações foram estendidas também aos negros e a outras minorias raciais ou nacionais. A outros antropólogos motivou a descrição de nossas comunidades camponesas tradicionais e, junto a seus vizinhos de ofício, os sociólogos, eles deram origem aos "estudos de comunidade" no Brasil.[21]

Daí em diante a antropologia social praticamente não conheceu mais barreiras à sua persistente e rigorosa curiosidade. "Do índio à boca do lixo" foi a manchete com que o jornal *Movimento* um dia quis traduzir o "movimento" de atualização da Antropologia no Brasil. E é evidente que o que acontece entre nós é apenas um reflexo local de alguma coisa que, principalmente de uns 20 anos para cá, acontece em todos os lugares onde a Antropologia se desenvolveu. Não imaginemos, no entanto, que o seu interesse, ao mesmo tempo totalizador e diferenciado, obedece a divisões grosseiras como: "índio", "negro" ou "branco", algo equivalente a "homens da floresta", "do campo" ou "da cidade". Essas repartições, grosseiras e evidentes demais para serem úteis e corresponderem à realidade do que acontece, apenas ocultam os redutos das trocas entre os homens, desde onde pensa e pesquisa a antropologia social de hoje.

Porque é justamente a trama complexa – difícil mesmo de ser decifrada, porque pode sempre se oferecer a novas leituras, cada vez que é perguntada – das infinitas teias de relações entre tipos de sujeitos sociais uns com os outros, uns pelos outros, por meio de seus símbolos, de seus poderes e de suas instituições sociais, aquilo que interessa à Antropologia desvelar. O estudo vagarosamente etnográfico dos índios tapirapés continua sendo hoje tão importante e atual quanto foi há mais de 30 anos. Mas hoje não é menos importante a análise dos motivos, dos significados e das formas pelas quais, quatro vezes por ano, essa tribo mais aparentemente complicada, que somos nós mesmos, abandona a rotina e o trabalho e se dedica com fervor aos ritos do Carnaval. Os estudos tradicionais sobre as comunidades camponesas são renovados com o interesse que despertam os movimentos modernos dos mesmos camponeses, quando em luta por sua terra. A mulher, a criança, o bandido, o capelão de roça, o profeta urbano de um novo surto religioso, os grupos tradicionais ou renovadoramente minoritários, ou então esse ator surpreendente que é o homem comum em seus dias de cotidiano, eis os sujeitos cuja vida ou cujo modo peculiar de participação na vida de todos nós tem suscitado velhas e novas perguntas à Antropologia.

Unidade e diferença

Resta então uma pergunta. Muito bem, se a antropologia social sai do estudo exclusivo dos grupos primitivos que a fizeram ser diferente de outras ciências sociais, e se volta sobre os atores, as relações e as instituições sociais que sempre foram o *objeto de estudo* da Sociologia, da Ciência Política e da História, o que é que dá à Antropologia a sua singularidade?

É preciso responder dizendo de saída que algumas diferenças e oposições que foram importantes no passado, hoje em dia, são francamente secundárias. Ao invés de criar rivalidades e confusões, isso tem contribuído muito para a melhoria da qualidade do diálogo entre todos os cientistas sociais. Obviamente um dos resultados disso tem sido a capacidade de todas as ciências humanas e, entre elas, as sociais, de reverem frequentemente não só as suas fronteiras, como também as suas teorias, métodos e significados. Até alguns anos atrás a ideia de *acontecimento e de história* parecia pouco importante para antropólogos dedicados ao estudo de povos em que a própria percepção do tempo é lenta, às vezes evasiva e até mesmo hostil à história. Mas hoje em dia, tanto para compreender tais povos quanto para desvelar o sentido das trocas que entre si vivem pessoas, povos e grupos sociais imersos na história e variadamente conscientes de serem parte dela, os antropólogos aprendem com os historiadores a incorporar as suas categorias aos seus estudos. Do mesmo modo, a Antropologia tem contribuído bastante para a revisão dos próprios interesses e questões dos historiadores.

Mas, voltemos à questão colocada. Existe alguma coisa que torne a antropologia social uma área específica das ciências sociais? De certa maneira, sim, e sob alguns aspectos isso é relevante. Não demarca mais fronteiras geográficas ou sociais entre ela e a Sociologia, por exemplo. Demarca modos de abordagem, formas de formular perguntas, estratégias próprias de conduzir a investigação, ênfases na busca de explicações.

Vejamos algumas delas. Em primeiro lugar a antropologia social parece não ter perdido a sua vocação *holística*. Traduzo essa palavra com ar de mistério. Mais do que sempre pretender explicar "tudo de todas as coisas" a respeito da sociedade que investiga, a Antropologia opta por explicá-las o mais possível, desde o ponto de vista das relações que produzem, a totalidade dos fenômenos sociais de que são parte. Proveniente da investigação de sociedades "simples", em que o sentido *do todo* domina a razão de ser de cada uma de suas partes de vida social e simbólica, a Antropologia aspira ainda a lidar com estruturas, relações e símbolos sociais como *fatos sociais totais*, feliz expressão de Marcel Mauss, um dos fundadores da antropologia social.

Outra de suas características é o que chamamos de *relativismo* que, para alguns antropólogos, não faz parte apenas de uma das lógicas da ciência, mas é também um artigo de fé. Aqui se defende o ponto de vista de que as culturas humanas se equivalem como valor e experiência, não se reduzindo umas às outras, não sendo mensuráveis umas pela escala de uma suposta "evolução" de outras e explicando-se plenamente, cada uma delas, de acordo com os termos da lógica de seu próprio sentido.

Isso remete a uma aparente contradição com que os antropólogos despertam e vão dormir. Falo da oposição entre duas ideias. A ideia de que cada sociedade cria ao longo de sua história soluções culturais próprias, que apenas se explicam de acordo com a lógica dos sistemas que produzem (e a tarefa do antropólogo é aplicar a lógica de sua ciência para decifrar a da cultura que estuda) e que têm justamente no dado da *diferença* o seu mais expressivo valor como produto e sentido de trocas e dos trabalhos *dos e entre* homens reais e concretos de cada sociedade *versus* a ideia de que o que torna necessário e importante estudar tão a fundo em tantas culturas diferentes é a possibilidade de estabelecer entre elas comparações que tornem possível compreendermos, para além das diferenças, o significado do comportamento humano, das regras, dos princípios e dos códigos que regem diferencialmente tais comportamentos, das instituições sociais que são o resultado de seu trabalho, ou seja, do persistente trabalho coletivo das condutas entre os homens e do sentido que, ao vivê-las, eles e a sua sociedade atribuem a elas: de um jogo de baralho que entre amigos se joga à noite, aos jogos do poder, da ciência, da magia ou da religião.

Mas a esperança da Antropologia é a de que justamente o estudo particular, mas nunca necessariamente isolado, de culturas e suas sociedades seja um meio para que teorias de explicação de fenômenos e sentidos sociais mais abrangentes possam ser pouco a pouco

construídas. O que não significa absolutamente que se possa esperar reduzir toda a complexidade da vida social a um conjunto simplificado e universal de regras ou de leis definitivas. Ao lado das outras ciências sociais, a Antropologia precisou amadurecer para abandonar esse sonho antigo que nunca foi mais do que a sua própria ilusão.

Uma última característica da Antropologia poderia ser ainda lembrada. Tal como as outras, ela não opõe a Antropologia às suas vizinhas, mas reforça uma intenção de ênfase. Desde alguns de seus fundadores entre fins do século passado e o começo do nosso, a antropologia social é essencialmente uma ciência dedicada a compreender a sociedade humana a partir de suas *representações sociais*, aquilo que fazem os seus sujeitos quando *vivem e pensam* a sua vida cotidiana. Melhor ainda, alguns antropólogos preferem defender que a Antropologia estuda a sociedade como um sistema de símbolos e significados.

Bibliografia

BEATTIE, John. *Introdução à antropologia social*. São Paulo: Editora Nacional/Edusp, 1971.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e etnia, construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DA MATTA, Roberto. *Relativizando: Uma introdução à antropologia social*. Petrópolis: Vozes, 1981.

GEERTZ, Clifford. "Por uma teoria interpretativa da cultura". *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MAIR, Lucy. *Introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

POLÍTICA E COTIDIANO:
AS MIL E UMA FACES DO PODER

Adalberto Paranhos

Muita gente torce o nariz ou franze a testa quando se começa a falar de política. Há mulheres que, quando estoura na sala a discussão sobre política, correm para a cozinha, pois, afinal de contas, "política é assunto pra homem". Homens e mulheres, indistintamente, por vezes trocam as palavras pelo silêncio, fugindo às discussões políticas sob o cômodo pretexto de que "religião e política não se discutem". Jovens, numa proporção assustadoramente grande, voltam as costas para as questões políticas, preferindo ficar "na sua", e disparam sua condenação inapelável: "política é caretice". E por aí vai. Torna-se inevitável reconhecer que as ações políticas andam em baixa na bolsa de valores populares.

Política normalmente é identificada a todo um repertório de golpes baixos. Nela prevaleceria o jogo sujo dos interesses particulares e egoísticos, a atração irresistível pelo poder, que funcionariam muitas vezes como o passaporte para a entrada no mundo privilegiado dos ricos e no círculo estreito das pessoas de grande projeção. A demagogia seria, em geral, a sua senha.

Num certo sentido, a caracterização da atividade política como algo que sugere práticas desonestas e promessas não cumpridas, feitas às vésperas das eleições, não deixa de ter procedência. Nessa perspectiva, o baixo conceito – quando não o preconceito – generalizado em relação à política e aos políticos evidencia, pelo menos, um determinado grau de consciência crítica de diferentes segmentos da população, com base em sua experiência cotidiana. As classes trabalhadoras, por exemplo, estão fartas de assistir ao funcionamento da máquina política, acima de tudo, para atender aos interesses das classes dominantes, integradas por grandes industriais, banqueiros etc.[22] Daí a tomarem a política como atividade voltada para as minorias é um passo. Algumas pessoas talvez até preferissem, ainda que momentaneamente, ser surdas e cegas em vez de terem que suportar a demagogia berrada por certas propagandas eleitorais despejadas pelo rádio e pela tv. Cansado disso, alguém, em sinal de protesto, pichou um muro da cidade litorânea de Itanhaém com uma seta apontando para o mar e a seguinte

inscrição: “Oceano Atlântico – obra de Maluf”.

Se essas manifestações captam, com alguma consciência crítica, o que é, na prática, a política institucional, me parece necessário, porém, sair do campo das simples constatações e perguntar: a quem interessa, no fundo, a permanência dessa aura de descrédito que cerca o conceito de política, numa palavra, o aviltamento do seu significado? Não é difícil perceber.

Ora, se encararmos a política, em geral identificada à política institucionalizada, simplesmente como “coisa que interessa a eles, os ricos”, e nos afastarmos de qualquer tentativa de exercer nossa influência política para alterar os rumos da situação, em princípio as classes dominantes até terão motivos para nos agradecer. Será mais fácil para elas conservarem-se como classes privilegiadas. Se se considerar que a omissão consiste numa forma de presença – em muitos casos, a pior delas, bem entendido – a nossa não participação e o nosso alheamento diante da política constituem também um *ato político*, reforçando, por via indireta, aqueles que tiram partido da manutenção da situação vigente.

Por isso, a meu ver, precisamos ir além dos significados mais comuns – e frequentemente muito empobrecedores – que recobrem a política. Conceituar o que vem a ser política não é algo pacífico entre os estudiosos do assunto. Estou entre aqueles que entendem que somos todos, conscientemente ou não, seres políticos, como seres sociais que estabelecem entre si relações de poder na sociedade. Nesse sentido o que me interessa, sobretudo, é resgatar uma dimensão, comumente perdida, do conceito de política como espaço de criação individual e coletiva, múltiplo, contraditório, conflituoso, aberto, no cotidiano da existência humana, à expressão dos mais diferentes desejos e interesses. Redescobrir, revalorizar em outros termos a política assume, do meu ponto de vista, o caráter de trabalho inadiável para todos quantos queiram levar as ações políticas a percorrerem novos caminhos, superando os descaminhos em que elas se meteram.

Com a palavra, Maquiavel

Quando se analisa o significado de política, convém retomar, mesmo que por alto e sem a intenção de delinear a trajetória histórica da chamada ciência política, uma ou outra formulação importante de pensadores e cientistas que se dedicaram ao seu estudo.

O que se denomina de ciência política encontra seu objeto de investigação e análise num elenco considerável de preocupações que envolvem, em termos gerais, as ciências sociais. Toma como eixo a questão do poder, do Estado, do governo, das relações de dominação, da

autoridade, abrindo campo para o estudo, entre muitos outros temas, da ideologia, dos partidos políticos, dos sindicatos, gravitando, assim, prioritariamente, em torno de determinadas instituições políticas e sociais.

Se recuarmos no tempo, verificaremos que em pleno período feudal a reflexão política estava imersa na teologia, sinal de uma época em que a Igreja – aliás, portadora de um tremendo poder econômico, político e social – corporificava a ideologia dominante. Os filósofos medievais acreditavam, na esteira dos ensinamentos de São Paulo apóstolo, que "todo poder está em Deus", afirmando com isso as bases divinas do Estado. Este era concebido como o promotor do bem comum e a política deveria ser então regida pela ética.

Em meio às múltiplas transformações que vão sacudir a sociedade feudal à medida que ocorre a transição para o capitalismo, a Renascença italiana se destaca como impulsionadora de um novo modo de ver a política, sobressaindo, aí, a figura de Maquiavel. Para esse pensador florentino, que rompe as concepções tipicamente medievais, o poder real "é tudo menos divino".[23]

Ele tratou da política como atividade essencialmente humana. Nessa perspectiva, ao analisar, num dos mais notáveis capítulos (XXV) deO Príncipe, a capacidade humana para resistir ao "destino" ou à "sorte", Maquiavel lembra, machismo à parte, que "a sorte é mul her: e é necessário, para dominá-la, bater-lhe e contradizê-la". Além do ma is, ele contribuiu para desgarrar o pensamento político de reflexões meramente idealistas, deixando claro que "por ser da minha intenção escrever coisa útil para quem a compreenda, pareceu-me de mais conveniência procurar a verdade real das coisas, e não o que sobre elas nos é dado imaginar".

Nesse sentido, Maquiavel nos ensina que de nada adianta alimentarmos ilusões acerca da política – tipo "política é a arte de governar voltada para o bem comum" – quando a vida política desmente i sso a cada dia. Na prática – e é esse o significado do realismo de Maquiavel que aqui me interessa valorizar – as aparências frequentemente se confundem com a realidade e muitos governantes, cientes de que na política oficial normalmente a versão é mais importante do que o fato, ou melhor, transforma-se no própriofato, acabam, por exemplo, por buscar justificativas inclusive na re ligião para os mais diversos procedimentos. Afinal, como observou Maquiavel, o governante, ao ser visto e ouvido, deve dar a impressão "de que é todo clemência, todo boa-fé, todo integridade, todo humanidade, todo religião. Quanto a esta última qualidade, é a que mais importa aparentar".

Dono de um realismo que por vezes choca, trazendo, porém, as pessoas de volta à realidade da política institucional, Maquiavel dissertou sobre os mais variados meios utilizados pelos homen s para atingir o poder estatal, nele manter-se e expandir o seu poderio, vendo nisso um atestado de *virtù*, ou seja, de eficácia política. E, sabiamente, constatou, entre outras coisas,

que o príncipe, para evitar ser odiado, deveria abster-se dese apropriar tanto dos bens como das mulheres dos seus súditos, pois “os homens mais depressa se esquecem da morte do pai que da perda do patrimônio”.[24]

Às voltas com a política oficial do seu tempo, Maquiavel estava, enfim, preocupado em estudar empiricamente, isto é, concretamente, como era a vida política, em vez de envolvê-la em nebulosas considerações sobre como ela deveria ser se não fosse o que era. Preocupava-o, sim, o que ela poderia ser na sua Itália, ou, mais especificamente, na sua Florença, a partir do que ela efetivamente era. Daí ser ele reconhecido como um marco na história do pensamento político.

Política e poder, seus usos e abusos

Um sociólogo particularmente interessado nas questões políticas, o alemão Max Weber, discutiu o conceito de política num célebre discurso, pronunciado em 1918, com o título “A política como vocação”. Depois de lembrar que o significado de política é bastante abrangente a ponto de compreender até mesmo a “política de uma esposa prudente que busca orientar o marido”, ele se atém, basicamente, à política num *sentido restrito,* identificada, a rigor, com a política institucional. “Daí ‘política’ para nós – diz Weber – significar a participação no poder ou a luta para influir na distribuição de poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado.”[25]

Nessa perspectiva, a política tem como ponto de referência o Estado. Dessa maneira, por exemplo, para além das disputas entre os partidos políticos que aspiram a assumir o governo, uma luta à primeira vista de natureza “econômica” contra a política salarial imposta pelo governo consiste também numa luta política porque, por intermédio dela, se exerce pressão sobre o Estado visando a influir na repartição do poder. O mesmo se aplica às lutas de mulheres por creches, de setores da juventude pela descriminalização da maconha, de artistas e intelectuais perseguidos pela tesoura da censura, de parcelas da população pela humanização dos presídios etc. Há um denominador comum entre essas demandas, por mais diferentes que sejam: seu alvo é o Estado, numa tentativa de levar o poder estatal a acatar umas tantas reivindicações.

Mas, a meu ver, é preciso dar um passo adiante e valorizar outras dimensões da política, ou melhor, concebê-la igualmente num *sentido amplo.* Vista dessa forma, política implica *relações de poder,* ainda que inconscientes, independentemente de fazer do Estado um ponto de referência. Por outras palavras, nessa concepção, política é algo que atravessa o nosso cotidiano

na medida em que as relações de poder se manifestam, inclusive em circunstâncias e lugares por vezes insuspeitados. Na cama, por exemplo, quando um homem se preocupa tão só com o seu gozo e o seu prazer, pouco se importando com a satisfação da mulher, estamos assistindo, evidentemente, a uma relação sexual que revela, entretanto, componentes de dominação, de poder. Isso também se torna perceptível em hospitais psiquiátricos, onde toda uma bateria de dispositivos disciplinadores, a serviço do adestramento dos pacientes a determinadas modelizações de comportamento, é posta em prática. No trabalho, quando o negro é preterido em favor de um branco, embora, paradoxalmente, se diga que no Brasil não existe preconceito racial porque "o negro reconhece o seu lugar"..., está aí um privilégio para uns e um preconceito contra outros que configura uma relação de poder. Uma relação *política*, portanto.

Concebida nesses termos, é também uma exigência *política,* reveladora da força dos patrões, a imposição de exames de urina para que moças sejam contratadas em certas empresas, bem como a dispensa de mulheres casadas ou ainda a disciplina fabril que limita a x vezes ao dia a ida de operários aos sanitários.

Diante disso, pergunto: alguém pode manter-se à margem das relações políticas estabelecidas na sociedade? Mesmo que não o queiramos, somos permanentemente envolvidos pelas e nas relações de poder que perpassam todos os poros da vida social. Afinal, até a política do avestruz – a política da omissão – é, como já disse, um ato político.

Mas o poder não deve ser encarado exclusivamente como algo que atua *sobre nós,* como se nos limitássemos a ser objeto de sua ação. Ele também é exercido *por nós,* o que nos coloca simultaneamente na condição de *sujeitos* e *objeto* do exercício do poder. Assim, quando homossexuais assumem a luta pelo direito à sua opção sexual – o que, aliás, se sintoniza com a luta pelo respeito à liberdade individual – eles exprimem uma reação aos padrões serializados de comportamento. Nesse aspecto, os homossexuais, normalmente objeto do escárnio dos portadores de uma visão conservadora sobre a sexualidade, não só sofrem a ação do poder dominante como, ao mesmo tempo, reagem contra ele (a rigor, independentemente do seu grau de consciência e do seu engajamento ou não no "movimento gay", o próprio fato de os homossexuais existirem e persistirem em práticas sexuais tidas como "anormais" constitui um ato político). Isso se aplica, igualmente, aos defensores das rádios livres: ao pregarem a realização da "reforma agrária na terra e no ar" eles praticam a pirataria cultural e questionam a propriedade e o usufruto dos poderosos meios de comunicação, recorrendo às "barricadas hertzianas".

Todos, consciente ou inconscientemente, somos *fatores de poder* na sociedade. Tomando essa constatação como ponto de partida, podemos então criticar uns tantos (maus) usos da concepção de poder, que não deixam de trazer embutidas determinadas práticas políticas questionáveis.

Com muita frequência as pessoas tendem a identificar poder com Estado, o que se evidencia inclusive na linguagem da esquerda quando se afirma que "precisamos tomar o poder" ou se formulam fervorosos votos revolucionários de que, um belo dia, "chegaremos ao poder". Em primeiro lugar, esse discurso supõe que o poder é constituído menos por *relações políticas,* concebidas num sentido amplo, e se configura muito mais como alguma *coisa* que se toma ou se arrebata. Nesse sentido, *coisifica-se* o poder: ele estaria especialmente nos aparelhos, ou melhor, no *aparelho-mor,* o aparelho estatal. Em segundo lugar, se "ainda chegaremos lá, ao poder", é porque, de uma forma ou de outra, o concebemos, pelo menos por ora, como algo distante de nós.

A tendência, nesse caso, é a de estabelecermos uma relação de *alteridade* com o poder. A política e o poder são vistos essencialmente como a *política e o poder do outro.* O Estado deteria o poder, que estaria até geograficamente confinado nele. Ou por outra, as classes dominantes seriam os "donos do poder". Levadas essas posições às últimas consequências, de um lado se situariam os poderosos, os que tudo ou quase tudo podem; de outro lado, os oprimidos, os dominados, os que nada ou quase nada podem.

Isso transparece, de algum modo, na nossa maneira de falar. Quantas vezes já não se disse – a partir de um raciocínio economicista – que os despossuídos economicamente seriam, consequentemente, destituídos de poder? Essas visões mais vulgares sobre os usos da noção de poder trazem implícita uma concepção elitista: o poder seria coisa das "elites"; as classes populares são então definidas com base em atributos negativos: elas careceriam de poder. Na falta de poder, só lhes restaria – por uma questão de mera lógica de raciocínio – pôr-se à espera de que as autoridades e as classes dominantes paternalmente viessem em seu socorro para suprir-lhes a carência de poder.

No fundo, quer se tenha consciência disso ou não, esse tipo de discurso faz sobressair a força do poder instituído em oposição à fraqueza do poder instituinte. Contribui para desestimular, mesmo que implicitamente, a capacidade de organização autônoma e independente das classes trabalhadoras como fator de poder. Ora, por mais poder que o Estado e as classes dominantes concentrem em suas mãos, esse poder consiste numa realidade dialética, contraditória, e não se manifesta sem provocar resistências – maiores ou menores, conforme a circunstâncias históricas – das classes dominadas. A reação de trabalhadores sem-terra e de posseiros obrigando o governo Sarney a implementar, ainda que timidamente, um Plano Nacional de Reforma Agrária, é apenas um dentre muitos exemplos disponíveis de *poder popular.*

Que conclusão se pode tirar disso tudo? Se somos todos, como já enfatizei, *fatores de poder* e, além do mais, se o poder não se resume tão somente ao poder estatal, todos aqueles que

se integrem à luta pela democratização da sociedade e das relações humanas são convidados a atacar as relações autoritárias de poder que se expressam tanto no âmbito do Estado como no cotidiano da vida social e afetiva.

Volto a repetir que as relações de poder são multiformes, apresentam mil e uma faces e não escolhem lugar para se manifestarem. Daí Michel Foucault referir-se ao poder como algo que circula, ou seja, como algo que funciona e se exerce em cadeia.[26] Nesse sentido, é necessário ficar alerta para o fato de que o poder não se esgota nas relações de exploração e de dominação entre as classes.

Dividir, rigidamente, o mundo em classes dominantes e dominadas, como se, a partir disso, tudo tivesse a devida explicação, pode nos levar a fechar os olhos diante de situações em que o trabalhador – dominado pelas relações ditatoriais que imperam no mundo das empresas – muitas vezes se comporta, no trato com sua mulher, como agente de dominação, assumindo, pois, o papel de dominador. O que, aliás, não significa dizer que o machismo – como relação de poder – seja privilégio dos homens: sem dúvida, existem mulheres tão ou mais machistas que os homens e, por esse aspecto, a opressão machista também não se reduz a uma equação mecânica segundo o modelo homem (dominador) x mulher (dominada). Esses papéis sociais frequentemente aparecem embaralhados, incapazes de serem percebidos em toda a sua extensão pela ótica dos analistas mais simplistas. Afinal de contas, o machismo não tem sexo.[27]

Por isso, reafirmo que o poder não se localiza espacialmente aqui ou ali, nem se concentra apenas nesse ou naquele sujeito histórico. Ele está por toda parte e diz respeito a todos nós, mesmo que reconheçamos, como é óbvio, que certas classes, grupos sociais ou indivíduos dispõem de mais poder do que outros. E se ele se exprime sempre de maneira contraditória, não há como admitir a dominação absoluta: nos aparelhos do Estado, nas empresas, nas relações cotidianas convivem, contraditoriamente, a dominação e a resistência.[28]

Mais do que isso, o poder, nas suas manifestações profundamente contraditórias, se instala de forma conflitiva também em nós. Por outras palavras, ele não constitui simplesmente algo exterior às pessoas. Como ressalta Félix Guattari, “o inimigo não está só nos imperialismos dominantes. Ele está também em nossos próprios aliados, em nós mesmos, nessa insistente reencarnação dos modelos dominantes”.[29] Daí a atenção que Guattari dirige às *questões micropolíticas*, à economia do desejo, aos modos de produção da subjetividade capitalística, encarados como uma indústria de base do sistema capitalista. E a importância atribuída não somente às transformações macropolíticas como também às *“revoluções moleculares”* que inaugurem novos processos de singularizações, a partir de novas atitudes e novas formas de sensibilidade. Enfim, se o poder é plural, a revolução não pode ser conjugada no singular.

Vale ainda acrescentar outra observação. Qualquer que seja a forma de concebermos o

que é poder,[30] não devemos, a meu ver, identificar inteiramente, ao contrário do que é comum, poder e dominação. Nem toda relação política envolve necessariamente uma relação de dominação. Não admitir isso equivaleria a descartar a possibilidade de expressão política ,como um ato de criação coletiva e individual ,orientada para a negação das múltiplas relações de dominação existentes na sociedade e no cotidiano das relações humanas.

Uma última palavra, que faz as vezes de conclusão. Entendida a política na acepção ampla com que trabalho, a chamada ciência política transborda os seus limites convencionais e dissolve as linhas demarcatórias rígidas entre as diversas ciências humanas. Embora as relações de produção, por exemplo, sejam enquadradas normalmente nos domínios do "econômico" e, consequentemente, da Economia, como isolar, artificialmente, a presença nessas mesmas relações de mecanismos de poder – no caso, de disciplinarização da força de trabalho – associados a práticas e valores de conteúdo ideológico? Ora, o poder político e a dominação ideológica não são ao mesmo tempo *expressão e condição* para a existência de determinadas relações sociais de produção? Ou por outra, como separar nitidamente os campos do "ec onômico" e do "político" se estes se cruzam e se articulam de maneira indissociável? Por isso e muito mais, só nos resta, para não sermos atr opelados pela realidade, te ntar analisar os acontecimentos sociais fora de modelos rígidos preestabelecidos. E, para tanto, um passo decisivo consiste em procurarmos romper os nós da camisa de força com que muitos vestiram a ciência política.

Bibliografia

CASSIRER, Ernst. *O mito do Estado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica (Cartografias do desejo)*. Petrópolis: Vozes, 1986.

LEBRUN, Gérard. *O que é poder*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MANTEGA, Guido (coord). *Sexo & poder*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

MAQUIAVEL. *O Príncipe*. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1965.

PARANHOS, Adalberto. *Dialética da doutrinação (Dominação ideológica e consciência de classe)*. Campinas: Papirus, 1984.

SABINE, George H. *História das teorias políticas*, vol. 1. São Paulo: Fundo de Cultura, 1964.

WEBER, Max. *Ensaios de sociologia*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

ECONOMIA POLÍTICA

Alcides Ribeiro Soares

Objeto

A economia política estuda o modo de produção social nas diferentes etapas de seu desenvolvimento.

Para tornar claro seu objeto é preciso, primeiramente, elucidar o que se entende por modo de produção social. Em seguida, é necessário explicitar quais são essas etapas.

Impõem-se, para isso, esclarecimentos prévios sobre alguns conceitos básicos relacionados com os fundamentos da sociedade, a partir da atividade produtiva do homem.

Sabe-se que a base da vida social é constituída pela produção dos bens materiais, utilizados pelo homem, para suprir suas necessidades.

A produção desses bens decorre fundamentalmente de três elementos: o trabalho, os meios de trabalho e os objetos de trabalho.

O trabalho é a atividade do homem dirigida no sentido da produção da riqueza material. É a atividade do homem orientada no sentido de adaptar os materiais da natureza para a satisfação de suas necessidades.

Ao exercer sua atividade sobre a natureza para a produção dos bens de que necessita, o homem adquire novos conhecimentos e se organiza socialmente. Isolado, o homem é incapaz de adaptar a natureza de maneira que satisfaça suas necessidades. Somente organizado em grupos, socialmente, ele pode realizar essa adaptação.

Consequentemente, o homem, ao transformar os materiais disponíveis na natureza, também se transforma. Portanto, em certo sentido, homem é produto do próprio trabalho.

Os meios de trabalho são todas as coisas que auxiliam o homem a exercer sua ação sobre os objetos de trabalho, adaptando-os para a satisfação de suas necessidades. São meios de trabalho as máquinas e os equipamentos, os edifícios destinados a fins produtivos, as instalações produtivas, as ferrovias, rodovias, instalações portuárias, aeroportuárias, as usinas hidroelétricas, enfim, todo o aparelhamento produtivo. Dentre os meios do trabalho, são os instrumentos de trabalho, principalmente as máquinas-ferramentas, que ocupam posição fundamental, decisiva, no processo produtivo.

Os objetos de trabalho são todas as coisas sobre as quais se exerce o trabalho do homem, mediante o uso dos meios de trabalho. São objetos de trabalho todas as matérias-primas, o solo agrícola, as jazidas minerais, as florestas etc. Em suma, a terra e suas entranhas constituem o objeto universal de trabalho.

Considerados em seu conjunto, os meios de trabalho e os objetos de trabalho formam os meios de produção.

O homem, com seus conhecimentos e habilidades orientados para fins produtivos, mais os meios de produção, sobretudo aqueles por ele criados, constituem as forças produtivas da sociedade.

Na produção dos bens materiais de que se utilizam para a satisfação de suas necessidades, os homens contraem inúmeras relações entre si, denominadas relações de produção ou econômicas. E é somente dentro dos limites dessas relações sociais que se realiza a produção.

"Na produção, os homens não agem apenas sobre a natureza, mas também uns sobre os outros. Eles somente produzem colaborando de uma determinada forma e trocando entre si suas atividades. Para produzirem, contraem determinados vínculos e relações mútuas e somente dentro dos limites desses vínculos e relações sociais é que se opera sua ação sobre a natureza, isto é, se realiza a produção."[31]

Em conjunto, as forças produtivas e as relações de produção constituem o modo de produção. As épocas históricas distinguem-se entre si, não pelo que se produz, mas pelo modo como se produzem os objetos de que o homem se utiliza para satisfazer suas necessidades. O modo de produção caracteriza a própria época histórica.

A economia política é uma ciência social que trata da produção material sob forma historicamente determinada, sobre as leis econômicas peculiares a cada modo de produção. As leis econômicas expressam a essência dos fenômenos e processos econômicos, os nexos internos causais e as relações de dependência que existem entre eles. Cada modo de produção possui uma lei econômica fundamental, que lhe é inerente. Lei esta que determina os aspectos

principais do modo de produção, e que lhe exprime a essência.

A economia política investiga, antes de tudo, as leis específicas de cada fase do desenvolvimento da produção e da troca, e só depois de haver realizado essa investigação, pode formular algumas leis verdadeiramente gerais, aplicáveis à produção e à troca em seu conjunto. Portanto, as diferentes formações sociais, em seu desenvolvimento, não se determinam apenas por suas próprias leis econômicas, mas também pelas leis econômicas gerais e vigentes em todas as formações sociais, como é a lei da correspondência entre as relações de produção e o caráter das forças produtivas. Em outras palavras, as formações sociais, embora se diferenciem umas das outras pelas leis econômicas específicas inerentes a um determinado modo de produção, acham-se unidas entre si por algumas leis econômicas vigentes em todas as formações sociais.

As leis econômicas são objetivas, isto é, existem independentemente de nossa vontade e refletem os processos reais de desenvolvimento econômico.

Modos de produção

De acordo com a maioria dos autores marxistas, a história da humanidade conhece cinco modos de produção: modo de produção comunal-primitivo ou modo de produção da comunidade primitiva (comunismo primitivo); modo de produção escravista (escravismo); modo de produção feudal (feudalismo); modo de produção capitalista (capitalismo); modo de produção comunista (comunismo), cuja etapa inferior é o socialismo.[32]

Segundo os citados autores, esses modos de produção tendem a ser observados entre todos os povos, ressalvadas as particularidades do desenvolvimento de cada um.

Traços distintivos essenciais desses modos de produção social:

1. Modo de produção comunal-primitivo:

- Instrumentos de trabalho extremamente rudimentares e baixíssimo nível de produtividade de trabalho.
- Inexistência da propriedade privada sobre os meios de produção e, consequentemente, inexistência de classes sociais.
- Propriedade coletiva dos meios de produção, trabalho coletivo e distribuição

igualitária dos bens produzidos.

- Divisão natural do trabalho, isto é, por sexo e idade.

Em síntese, a lei econômica fundamental do modo de produção comunalprimitivo consiste na luta permanente para assegurar a sobrevivência em condições precárias dos membros da comunidade, mediante a posse coletiva dos meios de produção, o trabalho coletivo e a distribuição igualitária dos bens produzidos, por meio do uso de instrumentos de trabalho extremamente rudimentares.

2. Modo de produção escravista:

Com a desagregação da comunidade primitiva, resultante de diversos fatores, entre os quais, o avanço tecnológico e o aumento da produtividade do trabalho, torna-se viável, surge e se desenvolve o modo de produção escravista, cujos traços característicos são:

- Propriedade privada dos senhores de escravos sobre os meios de produção, bem como sobre os próprios trabalhadores (escravos).

- Produtividade do trabalho relativamente elevada, permitindo ao trabalhador criar um sobreproduto que é apropriado pelo senhor de escravos (sobreproduto é a produção que ultrapassa aquela necessária à sobrevivência do trabalhador). O sobreproduto é criado pelo sobretrabalho, que é a fração do tempo trabalhado além daquele necessário à produção do mínimo de que o trabalhador (escravo) necessita para sua sobrevivência.

- Divisão social do trabalho: entre a cidade e o campo, entre pastores e agricultores, entre artesãos, entre o trabalho manual e o trabalho intelectual etc.

- Produção destinada essencialmente ao consumo local.

A escravidão é a primeira e mais brutal forma de exploração do homem pelo homem.

O escravismo caracterizou a vida econômica e social da chamada Antiguidade Clássica (Grécia e Roma). Outras antigas civilizações, como as do Egito, Babilônia, Índia e China, desenvolveram-se, também, em grande medida, à base do trabalho escravo.

As relações escravistas de produção esgotaram, porém, suas potencialidades de

desenvolvimento, tornando-se, portanto, estreitas para manter em seu interior o desenvolvimento das forças produtivas.

As forças produtivas entraram, assim, em contradição com as relações sociais de produção, exigindo a superação destas. As novas relações de produção surgidas com a desagregação do trabalho escravo ensejaram um mais livre desenvolvimento das forças produtivas, em comparação com as condições vigentes na sociedade escravista.

Surge, assim, o modo de produção feudal, cujas características essenciais são a seguir mencionadas.

3. Modo de produção feudal:

- Propriedade privada dos senhores feudais sobre os meios de produção.
- Propriedade incompleta dos senhores feudais sobre os servos da gleba. Estes, embora estejam vinculados ao feudo, já dispõem de mais liberdade, possuem instrumentos de trabalho e outros bens próprios.
- Divisão da sociedade em duas classes sociais fundamentais: senhores feudais (donos da terra) e servos da gleba (camponeses).
- Crescente divisão social do trabalho.
- Produção destinada predominantemente ao consumo local.

A lei econômica fundamental da sociedade feudal é o pagamento da *renda da terra* pelos camponeses aos senhores feudais em *trabalho gratuito*, em *produto* ou em *dinheiro.*

Ao esgotar suas potencialidades, as relações feudais de produção cederam lugar às relações capitalistas de produção.

O modo de produção capitalista tem, em síntese, as características essenciais a seguir apresentadas.

4. Modo de produção capitalista:

- Propriedade privada sobre os meios de produção e divisão da sociedade em duas classes sociais fundamentais antagônicas, novas e qualitativamente diferentes das classes sociais dos modos de produção escravista e feudal: a burguesia e o proletariado.

- Avanço sem precedentes dos conhecimentos científicos e tecnológicos.

- Generalização da produção de mercadorias, isto é, da produção destinada à venda, ao mercado. Tudo, na sociedade capitalista, se transforma em mercadoria, inclusive a força do trabalho.

- O trabalhador, diferentemente do que ocorre nas sociedades escravista e feudal, já não é mais um escravo, nem servo da gleba. Ele é livre para vender sua força de trabalho à classe capitalista no mercado. É livre num duplo sentido: pode vender sua força de trabalho ao capitalista que lhe fizer a melhor oferta, isto é, lhe pagar o melhor salário; e é livre, também, porque não possui meios de produção para criar os bens de que necessita para sua subsistência e, dessa maneira, está sempre disponível para o trabalho assalariado.

A lei econômica fundamental do capitalismo é a exploração do trabalho assalariado pelos capitalistas, para a produção da mais-valia.

Como é sabido, o modo de produção capitalista surgiu do modo de produção feudal. Em sua evolução, o capitalismo percorre duas etapas: o capitalismo pré-monopolista e o capitalismo monopolista (imperialismo). A característica inerente a cada uma delas, e que as torna diferentes entre si, é que o capitalismo pré-monopolista é aquele período do desenvolvimento do capitalismo em que existiu a livre concorrência, ao passo que, no capitalismo monopolista, a livre concorrência é substituída pelo monopólio.

Essas duas etapas possuem, porém, um fundamento comum: a propriedade privada sobre os meios de produção e a exploração da força de trabalho pela classe capitalista, para a produção da mais-valia.

Nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha, na França e em outros países economicamente desenvolvidos, o capitalismo pré-monopolista predominou até os últimos decênios do século XIX, quando os processos gerados na economia capitalista conferiram nova característica ao capitalismo: a livre concorrência deu lugar ao domínio dos monopólios, que passaram a desempenhar papel decisivo no desenvolvimento da sociedade.

5. Modo de produção comunista:

O modo de produção comunista nasce do interior do modo de produção capitalista. Seu traço característico essencial consiste na abolição da propriedade privada sobre os meios de produção e no estabelecimento da propriedade social sobre estes.

O princípio que rege a etapa socialista é “a cada um, de acordo com seu trabalho”, enquanto o que orienta a etapa comunista é “a cada um, de acordo com suas necessidades”.

O modo de produção comunista, desde sua fase inferior (o socialismo), além de basear-se na propriedade social, estatal, sobre os meios de produção, assenta-se na economia planificada. A planificação é realizada para o conjunto da economia nacional, por regiões, localidades e unidades produtivas, e, ainda, por ramos da economia do país. A eficácia da planificação econômica socialista está condicionada à ampla participação das massas trabalhadoras na elaboração e execução dos planos.

O estabelecimento do domínio absoluto da propriedade social sobre os meios de produção em todos os ramos da economia nacional faz com que o novo regime se baseie em relações de produção que excluem a exploração do homem pelo homem, abolindo as próprias causas que originam essa exploração: faz surgir a sociedade sem classes.

A propriedade socialista dos meios de produção é a propriedade social, a propriedade coletiva dos próprios trabalhadores. Os membros da sociedade socialista, possuindo em comum os meios de trabalho e os objetos de trabalho, os empregam no processo de trabalho em seu próprio benefício.

Diferentemente do ocorrido com a propriedade coletiva primitiva, gerada pela fragilidade do homem diante da natureza, a propriedade socialista é o resultado de um grande desenvolvimento das forças produtivas da sociedade.

A transição de um modo de produção social para outro

Segundo o ponto de vista do materialismo histórico, os modos de produção mencionados tendem, ressalvadas as particularidades do desenvolvimento de cada povo, a ser observados universalmente.

Dentro da sequência apresentada, cada modo de produção é substituído por outro mais jovem e qualitativamente superior.

Mas é somente após cumprir seu papel histórico, isto é, desenvolver e esgotar suas potencialidades, que um modo de produção dá lugar a outro.

A passagem de um modo de produção social, ou regime de produção social, para outro se

dá sob a forma de saltos qualitativos, após longo período de acumulação de contradições.

As forças produtivas da sociedade, em seu desenvolvimento, atingem níveis tais, que entram em contradição com as relações de produção existentes. Essas relações de produção, peculiares a cada modo de produção, nascem, crescem e amadurecem, cumprem seu papel histórico. Porém, a partir de certo momento, tornam-se estreitas para o nível de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas, passando a constituir um entrave a esse desenvolvimento.

Torna-se, assim, imprescindível uma mudança nas relações de produção, sua substituição por outras mais jovens e qualitativamente superiores. Karl Marx sintetiza seu pensamento sobre o processo histórico, as relações de produção, as formações socioeconômicas e as formas de transição de uma para outra, com as seguintes palavras:

> Em Bruxelas, para onde me transferi em virtude de uma ordem de expulsão imposta pelo Sr. Guizot, tive ocasião de prosseguir nos meus estudos de economia política, iniciados em Paris. O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu de fio condutor aos meus estudos, pode resumir-se assim: na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase do desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social.
> O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade, dentro das quais se desenvolveram até ali. De forma de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social. Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela. Quando se estudam essas revoluções, é preciso distinguir-se sempre as mudanças materiais ocorridas nas condições econômicas de produção e que podem ser apreciadas com a exatidão própria das ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, numa palavra, as formas ideológicas em que os homens adquirem consciência desse conflito e lutam para resolvê-lo. E do mesmo modo que não podemos julgar um indivíduo pelo que ele pensa de si mesmo, não podemos tampouco julgar estas épocas de revolução pela sua consciência, mas, pelo contrário, é necessário explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito existente entre as forças produtivas e as relações de produção. Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para a sua existência.[33]

Cabe, finalmente, observar que o conceito de formação socioeconômica é mais abrangente que o de modo de produção. O modo de produção, como já oi dito, compreende as forças produtivas e as relações de produção. Já a formação socioeconômica é constituída pelo modo de produção e a correspondente superestrutura ideológica (jurídica, política, filosófica, artística, religiosa etc.).

Porém, é necessário deixar claro que o marxismo, estudado em seu conjunto, não afirma a obrigatoriedade de que todos os países e povos, em seu desenvolvimento ascendente da comunidade primitiva ao comunismo (sujeito a zigue-zagues e a retrocessos temporários), devam passar por todas as formações socioeconômicas. A história conhece casos de países que, em decorrência de causas objetivas, passaram ao feudalismo sem ter que viver sob o escravismo. Além disso, na atualidade, verifica-se a passagem de alguns países ao socialismo, evitando a formação capitalista plena.

O marxismo demonstra que o modo de produção constitui a base da formação socioeconômica. Entretanto, isso não significa a subestimação do papel da superestrutura, das relações políticas, jurídicas, filosóficas, religiosas, artísticas etc., no desenvolvimento da sociedade.

Essa subestimação conduz ao economicismo, estranho à dialética marxista.

Bibliografia

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Global Editora.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LENIN, V.I. *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global Editora.

MARX, K. *O capital*, 6 vols. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

_____. *Salário, preço e lucro*. São Paulo: Global Editora.

_____. Prefácio à "Contribuição à crítica da economia política". *In*: MARX, K. e ENGELS, F. *Textos*, vol. 3. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

_____. "Trabalho assalariado e capital". *In*: MARX, K. e ENGELS, F. *Textos*, vol. 3. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

SOARES, Alcides Ribeiro. *Princípios de economia política (Uma introdução à leitura de O capital)*. São Paulo: Global Editora.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Brasil: Radiografia de um modelo*. Petrópolis: Vozes.

O DIREITO E AS NORMAS SOCIAIS

Carlos Alfredo Ramos Checchia

"Ubi jus ibi societas, ubi societas ibi jus."

Esse brocardo latino reflete bem o pensamento romano clássico a respeito do direito. Brocardo é o nome que usualmente se dá aos provérbios, às máximas ou axiomas das ciências jurídicas. Por intermédio desse pensamento, os criadores da ciência das leis pretenderam cristalizar a indissolubilidade do binômio direito/sociedade. "Onde houver direito haverá sociedade, onde houver sociedade haverá direito."

Se incontestável é a afirmativa clássica para as sociedades modernas e não se pode mesmo conceber um grupo social vivendo um estado anárquico, a universalidade de sua verdade não se estende através dos tempos.

Nem sempre sociedade e direito coexistiram na história da humanidade. Fizéssemos talvez uma pequena correção no brocardo romano, ou seja, "onde houver norma social haverá sociedade, onde houver sociedade haverá norma social", daí sim sua validade seria irretorquível e atemporal.

O que é uma norma social

É o nome que se dá às leis da sociedade.

Toda lei, independentemente do campo em que se situe, quer seja ela do mundo natural ou físico, ou do mundo social, é sempre um produto da inteligência humana.

Todas as leis são genéricas, abstratas. Estabelecem elas as relações necessárias para que

ocorra um fenômeno. As leis descrevem a maneira pela qual os meios necessários devem ser dispostos para que ocorra um determinado resultado. À disposição conveniente dos meios chamamos ordem. Dessa forma, a lei é sempre a fórmula da ordem.

Na sociedade, por meio das leis ou normas sociais, os meios sociais são dispostos convenientemente para que os resultados sociais desejáveis sejam alcançados.

Norma social e sociedade

O homem não existe fora da sociedade. Eventualmente se tem notícia de algo que possa contrariar essa afirmativa. Às vezes, em virtude da imaginação fértil do romancista, como o fez Defoe com seu Robinson Crusoé, ou em decorrência de um fato extraordinário, como aquele do soldado japonês que permaneceu sozinho numa ilha do Pacífico, guardando-a contra a invasão norte-americana de 1944 a 1980, quando a guerra terminara em agosto de 1945.

O homem fora da sociedade não se submete a regras de convivência, já que possui total liberdade. As normas sociais são imperativos que restringem a liberdade do indivíduo.

Imaginemos, pois, como se possível fosse, um homem sozinho na natureza. Teria ele liberdade plena, já que poderia fazer tudo aquilo que lhe aprouvesse, como: caçar ou domesticar animais, percorrer todos os lugares, apanhar frutos, trazer para junto de si minerais preciosos etc. O limite de sua liberdade seria única e exclusivamente aquele imposto pela sua capacidade física. Sua liberdade só não seria absoluta porque suas faculdades são limitadas. Não poderia ele voar ou dar volta ao mundo em poucos minutos. Mas de resto, sua simples vontade seria o único elemento orientador de seu comportamento.

Se porventura fosse colocado um outro homem junto àquele preexistente, e que viessem ambos a compor uma sociedade, para que possível fosse a convivência, indispensável seria a organização dessa sociedade.

É importante fixarmos que, no aspecto objetivo, os homens vivem e orientam sua conduta na busca da felicidade. É aquilo que chamamos realização.

Essa realização se dá à medida que os homens se apropriam de coisas que lhes são externas, ou seja, da própria natureza, quer materiais, concretas ou abstratas.

O homem sozinho no universo tem liberdade total porque pode apropriar-se daquilo que

tenha vontade. Porém, se forem dois os homens convivendo nesse mesmo universo, para que haja a paz entre eles é necessário que suas condutas sejam limitadas, pois o universo continua um só e cada um deles não pode pretender a apropriação de todas as coisas, sob pena de impedir a realização do outro.

A limitação das condutas humanas é realizada pela própria inteligência do homem por meio das normas sociais.

Se tivesse existido esse exemplo imaginário de um homem só no universo e a posterior companhia de outro indivíduo, forçosamente, só se constituiria uma sociedade mediante a norma social. Provavelmente bastaria traçar-se um risco no chão, ficando um lado para cada um.

Se essa norma social tornou plausível a sociedade, também acabou tirando 50% da liberdade do homem preexistente, para que o outro pudesse ter um espaço de liberdade equivalente, que lhe garantisse a possibilidade de realização.

Se um terceiro homem for adicionado àqueles dois, nova adequação dos meios terá de ser estabelecida. Novas regras terão de ser observadas para que se garanta a possibilidade de realização de todos os componentes do grupo. Cada qual deverá permanecer com 33% da liberdade disponível.

E assim por diante. Cada indivíduo que é adicionado a um grupo social implica sempre a perda de uma parcela de liberdade dos preexistentes.

Nós nem sempre percebemos claramente essa realidade, tendo em vista a complexidade da sociedade moderna, altamente diferenciada em suas partes.

A maneira de compensarmos o excesso populacional é aumentar a produção de bens de consumo, de tal maneira, que a oferta destes possa atender à demanda decorrente das necessidades individuais. Eis aqui a razão pela qual

o conceito de *excesso populacional* não é um problema de densidade demográfica, mas muito mais da capacidade de produção de um grupo social.

As normas sociais e os grupos primitivos

As sociedades primitivas possuíam uma estrutura organizacional bastante simples.

Apresentavam um detalhe importante: a intensa solidariedade entre os indivíduos. Todos no grupo faziam a mesma coisa, coabitavam, guerreavam juntos, amavam os filhos da mesma tribo. Assemelhavam-se tais sociedades às colônias, que são comunidades de animais, como o formigueiro, a colmeia, a alcateia. Quando observamos as colônias, temos a impressão de que os indivíduos estão mais preocupados com o todo do que com si próprios. Todos no grupo comportam-se sempre da mesma maneira.

Nas sociedades primitivas, todos os homens agem também da mesma forma. A solidariedade intensa deixa pouco espaço para que alguém se conduza fora do convencional.

Nesses grupos primitivos existem normas sociais e a natureza delas varia de acordo com o objeto do interesse do homem com sua conduta.

O comportamento mais simples é a moral, que é o nome dado à conduta do homem em relação ao seu semelhante. Os comportamentos morais mais frequentes no grupo tendem a cristalizar-se em regras de conduta. Chamamos tais regras de normas morais.

A religião é outra forma primitiva de conduta humana. Nela o homem diferencia sua postura. Aliás, essa diversidade de posturas dos homens na sua conduta, dependendo do objeto de sua relação, diferencia nitidamente os seres racionais dos animais que têm um repertório único de condutas diante do universo.

Se Deus não existisse, o homem o teria inventado, como realmente o fez o primitivo. Os deuses daquelas épocas nada tinham a ver com o nosso Deus. A divindade era atribuída aos entes que atemorizavam ou deslumbravam o homem. O sol, a lua, o trovão eram deuses nas tribos primitivas.

As normas religiosas eram estabelecidas das maneiras mais singulares possíveis. Se durante dias a tribo era castigada por tempestade e de repente parava a chuva e saía o sol, a coincidência de qualquer fato ocorrer naquele instante seria o bastante para tornar-se regra religiosa que pudesse agradar o deus da chuva. Aos deuses mais importantes, eram imoladas as virgens mais formosas, pois ficariam agradecidos e retribuiriam com benesses divinas.

Os homens, como seres que consomem para sobreviver, vão aprender a produzir, não dependendo apenas da depredação da natureza, fato esse que lhes impunha o nomadismo. Surgem também nesses grupos pré-históricos normas sociais de cunho eminentemente econômico, como *economizar* (quem não economiza acaba na miséria), *estocar* (quem não guardar no verão morrerá de fome no inverno) e muitas outras.

O *trato social* é um outro comportamento humano que se diferencia do moral, porque nele os indivíduos se comportam com polidez sem que sua conduta seja totalmente resultante de

uma manifestação consciente de vontade. É o caso das pessoas que se cumprimentam ao cruzar na rua, podendo às vezes até nutrir antipatia entre si.

As normas sociais, que conforme seu objeto são morais, religiosas, econômicas, de trato social e muitas outras, são leis que regulam a conduta dos homens.

Esses grupos primitivos são organizados por normas sociais que, embora não sejam escritas, estão na consciência de todos e muito bem guardadas num *armário* a que chamamos costume.

Costume é, pois, o repositório das normas sociais de um povo.

Os grupos sociais primitivos não possuem o direito e isso não lhes faz falta.

Aquela solidariedade social, intensa, é fator suficiente para provocar no grupo o atendimento geral dos preceitos contidos nas normas morais.

A sociedade primitiva tem como fim ela própria, ou seja, os homens vivem em sociedade para preservar o todo.

A evolução das sociedades primitivas e as normas sociais. Surge o direito

À medida que o homem se desenvolve culturalmente, aprendendo, entendendo e modificando a própria natureza, a sociedade vai também se alterando estruturalmente.

A produção é fundamental para a sobrevivência humana, desde que a pura e simples depredação vai desaparecendo com a fixação dos grupos em determinados territórios e com a diminuição do nomadismo.

Em nome da otimização da produção em relação ao trabalho, as partes sociais vão se diferenciando a fim de atingirem a especialização.

Os homens, que antes faziam todos as mesmas coisas no grupo, passam a se aplicar nas tarefas mais compatíveis com suas tendências, inclinações ou habilidades. Dessa forma, os mais pacientes dedicam-se à agricultura, os mais fortes à guerra, as mulheres às tarefas de suporte, e outros, ainda, mais habilidosos manualmente, à fabricação de armas e utensílios.

Quanto mais se especificam as partes sociais, menor é a solidariedade remanescente no

grupo. Os homens, perdendo o diuturno contato com outros homens, libertam-se daquele compromisso maior que é o todo, para agir mais em função de seus objetivos individuais.

E as normas sociais, que, sobretudo, são regras de preservação de cada indivíduo em coesão ao todo, passam a ser descumpridas com maior frequência. Tais violações das regras contidas nos costumes põem em perigo a integridade do grupo, pelas comoções internas que fatalmente provocam.

Imprevisível imaginarmos as consequências sociais decorrentes das violações das leis sociais. Infrações leves poderiam provocar represálias, reações em cadeia que levariam grupos à desintegração. Como infrações graves, ficassem, talvez, restritas às frustrações das vítimas ou prejudicados.

Alguma coisa teria de ser feita para que os homens pudessem preservar seu *habitat* social. Justamente a providência que será tomada é a separação das normas sociais mais importantes. Não importa sua natureza. Podem ser normas morais, religiosas, econômicas, de etiquetas e outras mais. O único critério é a valoração de cada uma mediante juízos médios subjetivos.

Essas normas, já separadas das demais, vão ser elevadas a uma nova categoria. Passam a ser normas especiais cujo cumprimento passará a ser exigido de todos os membros do grupo. São agora essas normas especiais obrigatórias. A única maneira de os homens serem obrigados a fazer ou deixar de fazer é pela força.

As normas jurídicas, nome que se dá a essas normas obrigatórias, passam a ser cobradas de todos, pela força. Com o aparecimento das normas jurídicas, surge o direito, que é a ciência pela qual se organiza a sociedade e, com ele, surge também o governo, que é a entidade responsável por dizer quais são essas normas, bem como pela fiscalização de seu cumprimento pelos componentes do grupo.

O direito é, sobretudo, um conjunto de normas sociais que são assumidas pelo governo e, em nome do grupo, exige de todos o seu cumprimento.

Os governos democráticos, que levam em conta a vontade popular, adotam um direito compatível com a identidade do grupo, recolhido da melhor tradição, do costume desse mesmo grupo.

Os governos deturbados, sempre autoritários e antidemocráticos, quase sempre desconsideram as normas sociais naturalmente desenvolvidas no costume local, para impor leis criadas em seu próprio interesse.

Direito legítimo é aquele que consagra a vontade popular. Suas leis representam a vontade

do povo. Direito ilegítimo é aquele ditatorialmente imposto. Suas leis são elaboradas no sentido de atender a interesses particulares dos governantes.

A ciência do direito

O conjunto das leis de um povo é chamado *direito objetivo.* A palavra *direito* tem vários sentidos análogos ligados às ciências jurídicas. No sentido mais amplo possível, direito significa a própria ciência jurídica. Engloba todas as leis existentes e mais um grande número de princípios que são fixados como verdadeiros axiomas e que dão a individualidade característica da própria ciência.

Direito é, sobretudo, conjunto de leis. É algo mais ainda. Não tivesse a ciência do direito seus princípios próprios, seria praticamente impossível fazer-se a adequação das normas gerais e abstratas aos fatos sociais, individualizados e concretos.

Bibliografia

ALTAVILA, Jayme de. *A testemunha na história e no direito.* São Paulo: Melhoramentos, 1967, 163 pp.

CHAVES, Antonio. "Direito das obrigações". *Tratado de direito civil,* vol. 2, t. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1984.

RÃO, Vicente. *O direito e a vida dos direitos,* vol. l, t. l. São Paulo: Saraiva, 1978.

TELLES, Jr., Goffredo da Silva. "Autoridade. Autorização, autorizar...". *Enciclopédia Saraiva do direito,* vol. 9. São Paulo: Saraiva, 1978.

PSICOLOGIA SOCIAL E COMPORTAMENTO SOCIAL

Marise Aparecida de Lima

A psicologia social começou a ser estudada e a se desenvolver após a Primeira Guerra Mundial. Foi nos Estados Unidos que a psicologia social teve, nesse momento, seu destaque como um estudo científico e sistemático.

Por que nesse momento? Existia uma preocupação e uma necessidade de compreender as crises sociais que surgiam mundialmente. Os psicólogos sociais começaram a estudar fenômenos de liderança, comunicação, conflitos, relações grupais e outros, buscando respostas para uma maior compreensão da realidade. Pesquisas e experimentos foram realizados na busca de técnicas e procedimentos que pudessem ser utilizados para intervir nas relações sociais e proporcionar uma vida melhor para os homens.

Em geral, todos os estudos se preocupavam em descobrir fórmulas de ajustamento de comportamentos individuais ao contexto social. Isso se dava porque os psicólogos sociais compreendiam que a ação do indivíduo era causada por fatores internos, tais como traços de personalidade, motivos, ou até mesmo por instintos. A sociedade era colocada apenas como o local em que o comportamento do indivíduo se concretizava.

Esse momento configura o grande equívoco: a psicologia social isolando o indivíduo da sociedade. Os psicólogos sociais admitiam que um poderia influenciar o outro, mas colocavam de um lado o homem, de outro a sociedade, considerando-os como fenômenos distintos. Negavam, dessa forma, a sua interdependência; não viam que entre os diversos fenômenos não existe apenas uma relação de condicionamento e influências múltiplas e intermináveis, mas que são partes de um mesmo todo que se movimenta incessantemente. Há a necessidade de uma análise dialética explicando que fenômeno algum pode ser compreendido isoladamente. Os fenômenos podem ser compreendidos e explicados se levarmos em consideração as suas ligações indissolúveis com os outros fenômenos que os circundam.

A psicologia social não considerava, em nenhum momento, a existência de classes sociais com interesses antagônicos. Os conflitos eram encarados como uma doença social, algo a ser

prevenido, evitado ou *curado* como uma anomalia num corpo sadio. Dentro dessa concepção, uma greve de trabalhadores seria analisada como uma anomalia e não como uma consequência da luta de classes numa sociedade onde os trabalhadores estão submetidos à exploração capitalista.

A psicologia social, da década de 1950 até os primeiros anos da década de 1960, persistiu nesse caminho, tentando dar respostas aos problemas sociais. Começaram a surgir questionamentos e críticas e, ao final da década de 1960, principalmente na França, surgiram críticas mais incisivas à psicologia social. Essas críticas se referiam ao caráter ideológico da psicologia social que mantinha as relações sociais sem qualquer possibilidade de alteração. Uma concepção, portanto, conservadora.

A psicologia social, na América Latina, era reproduzida a partir dos conhecimentos desenvolvidos nos Estados Unidos.

A crise da psicologia social foi denunciada em 1976 em Miami, no Congresso de Psicologia Interamericana, que contava com a participação de psicólogos sociais de vários países da América Latina. Foi em 1979, no congresso realizado em Lima, Peru, que a redefinição da psicologia social surgiu como uma necessidade. Era urgente o desenvolvimento de uma psicologia social voltada para as condições próprias de cada país. No Brasil, foi fundada a Abrapso (Associação Brasileira de Psicologia Social) e a preocupação tem se pautado em conhecer o indivíduo no conjunto de suas relações sociais e inserido numa sociedade dividida em classes. Os caminhos da psicologia social se clarificaram no sentido de que não se pode conhecer o comportamento humano isolando-o, como se existisse em si mesmo.

Atualmente, a psicologia social reúne condições para estudar o indivíduo e suas manifestações específicas, grupais e sociais num contexto histórico, concebendo o homem como sujeito, transformador não só de sua própria vida, mas também da sociedade em que vive.

No entanto, a psicologia social, no Brasil, ainda não tem conseguido responder às questões específicas do nosso momento histórico. Decorrência da dependência cultural, os temas investigados geralmente desprezam aspectos relevantes, sem levar em consideração a aplicabilidade ao contexto brasileiro.

Todo saber serve direta ou indiretamente à prática. E o que é a prática? É a atividade social, na qual se compreende o trabalho do homem, sua atividade nos terrenos político e social, na produção dos bens materiais e na experimentação científica. E se o saber da psicologia social não tem conseguido intervir diretamente no contexto brasileiro, esse saber está contribuindo para a manutenção da situação atual:

> Se o homem não for visto como produto e produtor, não só de sua história pessoal, mas da história da sua sociedade, a psicologia estará apenas reproduzindo as condições necessárias para impedir a emergência das contradições e a transformação social.[34]

Como sabemos, a neutralidade só existe nos discursos daqueles que querem a manutenção da nossa sociedade tal como está. E a psicologia social tem que se posicionar firmemente ao lado daqueles que querem transformá-la.

Dentre os temas importantes para a psicologia social, alguns se destacam, tais como: socialização, processo grupal e relações de trabalho.

Socialização

O primeiro grupo social fundamental no processo de socialização é o grupo familiar. Toda criança passa por um processo de maturação biológica e o seu desenvolvimento depende da intervenção dos adultos. Porém, essa intervenção se dará de formas diferentes, dependendo da condição social da criança.

Na sociedade capitalista, em cujo meio se estabelecem relações entre classes sociais antagônicas, ou seja, relações entre explorados e exploradores, a origem de classe da criança determina uma condição específica de infância. Não há por que acreditarmos numa natureza infantil, pois não existe igualdade nas condições de “ser criança”.

Portanto, a concepção de uma natureza infantil mascara as diferentes condições a que são submetidas as crianças, dependendo de sua origem de classe.

Processo grupal

Num primeiro momento, a socialização ocorre dentro do grupo familiar que vai favorecer a internalização de certos aspectos. Evidentemente, esses aspectos serão decorrentes da classe social da família e, consequentemente, da percepção que seus membros possuem da realidade. Esse processo de internalização se amplia com a inserção da criança em outros grupos sociais, dentre os quais a *escola*.

Posteriormente, a complexidade das relações de produção leva o indivíduo a internalizar as representações ideológicas da sociedade, incorporando uma concepção de mundo que o mantenha *ajustado*. Assim sendo, não há como analisar o indivíduo sem remetê-lo ao grupo a que ele pertence, à sua classe social. A ação grupal só pode ser compreendida dentro de uma perspectiva histórico-social que leve em consideração as determinações econômicas, institucionais e ideológicas da sociedade. Portanto, qualquer grupo tem a função histórica de manter ou de transformar as relações sociais.

Relações de trabalho

> *O trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem, quaisquer que sejam as formas de sociedade, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana.*
>
> *Karl Marx*

As relações de trabalho do homem determinam o seu comportamento, sua linguagem, seus planos para o futuro, seus afetos e suas esperanças. Os horários em que deve levantar-se e deitar-se também são determinados pelo lugar onde trabalha. Esse lugar também determina a preocupação ou não com a vestimenta e a aparência de um modo geral. A linguagem também sofre alterações sob influência direta do trabalho.

O estudo da psicologia social, assim como de outras ciências sociais, deve partir das relações de produção. O modo de produção capitalista permeia toda a atividade do homem. Implica a existência de duas classes sociais: uma, que detém o capital e os meios de produção, e outra, que vende sua força de trabalho.

Quando Marx colocou a questão do duplo caráter do trabalho, permitiu que se chegasse à essência da exploração capitalista, na qual a força de trabalho é uma mercadoria especial que, ao ser consumida no processo de produção, cria valor.

É imprescindível que a compreensão do homem na sociedade capitalista leve em consideração a sua dimensão histórica de agente transformador. Torna-se cada vez mais importante romper com a visão fragmentada do homem, que trata separadamente o que é inseparável. É necessário combater a visão de *neutralidade*, porque ela não existe.

Esse é o grande desafio para quem se compromete com o avanço democrático no Brasil. Para os profissionais da área de humanas, o desafio é maior por serem também responsáveis na produção do conhecimento. Numa sociedade capitalista dependente que acaba de sair de um período de ditadura militar, essa não é uma tarefa fácil, mas evidências históricas permitem acreditar na sua possibilidade.

Bibliografia

CODO, Wanderley e LANE, Sílvia T.M. (org.). *Psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HARNECKER, Marta e URIBE, Gabriela. *Cadernos de educação popular*, 7 vols. São Paulo: Global Editora, 1980.

LANE, Sílvia T.M. *O que é psicologia social.* São Paulo: Brasiliense, 1985. (Primeiros passos).

A HISTÓRIA COMO CIÊNCIA HUMANA

Coraly Gará Caetano

> *O que os homens procuram no passado são as transformações do sujeito da ação no relacionamento dialético homem-mundo, são as transformações da sociedade humana.*[35]

Tal como nas demais ciências humanas, a história tem como objetivo compreender o significado das ações humanas em suas múltiplas e diversas manifestações: seus desejos, problemas, valores artísticos, religiosos, morais, políticos, éticos e econômicos. "A história nos ajuda a conhecer quem somos, por que estamos aqui, que possibilidades humanas se manifestaram."[36] Mas, mesmo tendo como preocupação fundamental o estudo do homem em sociedade e compartilhando o mesmo objeto das demais ciências sociais, na prática, o fazer a história, os diversos modos com que os historiadores se apropriam desse objeto, a maneira como relacionam seus instrumentos de análise com as fontes, os documentos com que trabalham, tudo isso acaba por tornar a história uma ciência distinta no conjunto das ciências humanas.

Segundo Jaques le Goff, historiador contemporâneo, a palavra história vem do grego antigo *histoire,* forma derivada da raiz indo-europeia *weid,* ver.

> Essa concepção da visão como fonte essencial de conhecimento leva-nos à ideia de que o *histor* – aquele que vê – é também aquele que sabe; *historien* em grego antigo é procurar saber, informar-se. *Histoire* significa, pois, procurar. Ver, logo saber, constitui para o autor um primeiro problema. Em outras línguas, a palavra história apresenta outras definições e pode significar: 1 – a procura das ações realizadas pelos homens; 2 – o objeto da procura é o que os homens realizaram; 3 – a história como narração de uma série de acontecimentos.[37]

Apesar de não existir uma definição precisa sobre o que é a história, sabemos, no entanto, que a história existe duplamente: uma história real, concreta, a dos acontecimentos do dia a dia, e uma outra que é tecida nesse mesmo espaço – a que interpreta, problematiza, constrói explicações e busca dar inteligibilidade a essa história real. É da história como modo de

conhecimento, de estudo, que falaremos aqui.

Como um modo de conhecimento, a história, sob o aspecto de *construção dos historiadores*, é determinada pelas condições em que estes vivem. E é a partir da maneira como eles se inserem na sociedade, do modo como participam e se comprometem com o seu tempo histórico, que atribuem significados ao dado real, que elaboram suas interpretações históricas. Nesse sentido *não há uma única história*. A história real é interpretada, escrita, reescrita de vários pontos de vista, de geração a geração, variando, ampliando seus objetos, métodos, segundo condições historicamente determinadas.

Grosso modo, os historiadores procuram compreender as transformações pelas quais passaram as sociedades humanas e, para captarem o significado dessas transformações, elaboram conceitos, categorias, instrumentos que lhes possibilitem recriar artificialmente o objeto, a particularidade da totalidade do social que, no entender deles, é importante resgatar.

Um instrumento de que se utilizem para isolar, comparar, diferenciar seu objeto da totalidade do social é a definição do *tempo histórico*.[38] Com esse artifício é possível estabelecer uma distinção abstrata entre o passado e o presente, da mesma maneira como se podem distinguir cronologicamente mudanças rápidas e lentas, alterações, perpetuação, bem como fazer comparações e diferenciações na sociedade humana.

Outro instrumento elaborado pelos historiadores para resgatar, no tempo e no espaço, a problemática que busca analisar e explicar o presente é a construção do *fato histórico*. Entre os múltiplos acontecimentos que compõem a tessitura da realidade social, o historiador escolhe aqueles que, segundo a sua visão de história, são capazes de esclarecer a questão a que se propôs investigar ou narrar.

Um acontecimento ou um conjunto de acontecimentos são transformados em fatos históricos a partir do grau de importância (ou verdade científica) que os historiadores lhes atribuem. Nessa medida, podemos afirmar que os *fatos históricos* são construções do historiador, pois é ele que lhes atribui um significado ou um sentido. Cabe aqui uma reflexão: como é que acontecimentos são transformados e legitimados como fatos históricos e acabam por se institucionalizar, direcionando a vida social? Como e por que é legitimado o acontecimento morte de Tancredo Neves, que é transformado em símbolo da democracia? Por que não os partidos, os movimentos populares, os sindicatos e os trabalhadores que vêm lutando há tempos pela democracia?

Para a construção dos fatos históricos, os historiadores têm como suporte os documentos, que podem ser escritos, orais, iconográficos etc. Os documentos compõem uma parte da memória coletiva, que ficou e foi preservada segundo interesses ou intenções de quem os

produziu, ou de quem entendeu ser importante guardá-los.

Os documentos, sua produção e preservação, não são, portanto, neutros. Cabe aos estudiosos da história identificar, situar e interpretar a natureza desses materiais e proceder a uma análise crítica que possibilite verificar que elementos corporificam e dão identidade ao documento e que aspectos podem contextualizar o próprio documento e revelar outros traços, outros significados que o documento negligenciou, ou mesmo quis silenciar. Nessa direção, podemos sugerir que a história, baseada em documentos, permite não só apreender parte da realidade, mas desvendar suas contradições, descobrir novos fragmentos e pode também apagar, até mesmo pela imposição de documentos aprioristicamente selecionados, a memória coletiva ou o passado, se não na sua totalidade, pelo menos nas partes que não interessam ao construtor do fato histórico.

Vista por esse ângulo, a história, como um modo de conhecimento, como uma busca de explicação científica, está diretamente vinculada às concepções de verdade, à ideologia e aos interesses políticos que o historiador, como sujeito social, defende.

Dessa forma, nos defrontamos com várias tendências na produção historiográfica baseadas em diferentes concepções de verdade com que os sujeitos históricos, no caso os historiadores, se identificam, tais como o idealismo, o positivismo, o marxismo, o estruturalismo etc. Evidentemente, numa sociedade como a nossa, em que o saber e a ciência conferem poder, a história se vincula à questão mais ampla da luta política.

É preciso, portanto, reformular e escrever a história constantemente e repensar, considerando-se a nossa situação na sociedade, que tipo de história é divulgada, ensinada e transmitida, e que tipo de história pode esclarecer e nos ajudar a compreender as contradições sociais existentes na sociedade burguesa em que vivemos.

Bibliografia

BORGES, Vavy Pacheco. *O que é história*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais.* Lisboa: Presença, 1972.

CERTEAU, Michel. *A escrita de história*. Rio de Janeiro: Forense, 1975.

GARDINER, Patrick. *Teorias da história*. Lisboa: Fund. Callouste Gulbenkian, 1972.

GOLDMANN, Lucien. *Ciências humanas e filosofia*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

LEFORT, Claude. *As formas de história*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

LE GOFF, Jaques. *Reflexões sobre a história*. Lisboa: Edições 70, 1972.

_____. *A nova história.* Lisboa: Edições 70, 1982.

LE GOFF *et alii.* "Memória – história". *Enciclopédia Einandi*, vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda.

RICOEUR, Paul. *História e verdade*. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

SCHAFF, Adam. *História e verdade*. Lisboa: Estampa, 1974.

THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria (Um planetário de erros)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças (História e sociologia).* São Paulo: Brasiliense, 1983.

A GEOGRAFIA HUMANA E O ESPAÇO SOCIAL

Waldyr Verinaud Mayer

O estudo da geografia humana e do espaço social, dentro de uma perspectiva abrangente em que o componente internacional está presente, é um complexo de relações dinâmicas entre espaços de diferentes níveis e funções.

Esses diferentes espaços são organizados pelo homem, apresentando variados níveis de integração, onde se reflete o sistema de funcionamento político, econômico e social. Mas essa organização espacial atua também como um componente do espaço, oferecendo, por exemplo, maiores ou menores facilidades às mudanças, numa perspectiva espaço-temporal de desenvolvimento.

Para situarmos a ação do homem dentro do espaço, apresentaremos as diferentes concepções desse termo, um pequeno histórico da geografia humana, bem como sua relação com o espaço social e a conclusão do assunto.

Espaço – organização do espaço e espaço de relação

A superfície da Terra é composta de massas continentais que representam 510 milhões de km^2, diferenciadas por espaços, com características próprias e originais, e é nesses espaços que encontramos as nações do globo.

As coletividades humanas se desenvolvem nesses espaços dentro de um jogo de *forças históricas*, milenares, que vêm demarcando as fronteiras políticas e imprimindo a cada uma delas características sociais, culturais, econômicas e políticas, diferenciando assim os espaços entre si. Esse desenvolvimento das coletividades humanas está ligado não só às *forças históricas*, como também às *forças naturais*. Com base na definição de espaço dada por Oliver Dollfus:

> Espaço geográfico é o esteio de sistemas de relações, algumas determinadas a partir de dados do meio físico (arquitetura de volumes rochosos, clima, vegetação) e outras provenientes das sociedades humanas, responsáveis pela organização do espaço em função da densidade demográfica, da organização social e econômica, do nível das técnicas, em uma palavra: de toda essa tessitura pejada de densidade histórica a que damos o nome de civilização.

Podemos afirmar que os diferentes povos da Terra estão impregnados de história, uma história que foi estabelecida através desse sistema de relações a que se refere Dollfus, que é o resultado das relações provindas das manifestações dos homens. Desses diferentes tipos de relações é que decorreram as diferentes formas de ocupação da Terra ou, ainda, as diferentes formas de organização do espaço.

A definição de Pierre George vem esclarecer essa organização do espaço:

> A organização do espaço corresponde aos atuais empreendimentos destinados a modelar o espaço herdado, para neles se introduzirem as estruturas técnicas, jurídicas e administrativas que derivam de um espírito de sistematização da sua utilização.

Portanto, dentro desse tipo de organização espacial surgiram as diferentes formas de espaço: o espaço agrícola, o espaço industrial, o espaço urbano e o espaço não organizado, que é o espaço ocupado pelas sociedades primitivas.

Dentro desse quadro de existência espacial, o espaço social é o mais abrangente, pois ele faz parte de todas as outras formas de espaço e é dentro do espaço social que cada um de nós está colocado, assumindo a vida, com posições ou papéis os mais diferenciados, dentro da sociedade do mundo contemporâneo.

Sobre o assunto, Pierre George, em seu livro *Geografia da população*, faz a seguinte referência: “A mais inelutável das razões da desigualdade entre os homens é hoje a sua origem geográfica, isto é, o lugar onde nascem.”

O problema espacial do mundo contemporâneo é tão sério para a sociedade atual, que a própria geopolítica considera os grandes espaços como uma forma de poder, não só para aqueles que o possuem, mas também para aqueles povos que o exploram – é o caso dos países desenvolvidos e dos países subdesenvolvidos – pois as coletividades humanas, nos dias atuais, estão submetidas a sistemas de relações fixados não mais em termos de pequenas comunidades locais e regionais, mas sim em termos mundiais, isso porque com os avanços da tecnologia, dos sistemas de transportes e comunicações, o mundo pode ser considerado como uma grande ilha e, consequentemente, o espaço social deve ser analisado nas suas particularidades próprias e originais assim como no seu conjunto.

Dentro dessa filosofia apresentada, as atividades assumidas por aqueles que detêm o poder de decisão repercutem não mais de modo isolado, mas sim no todo. Para provar isso, está aí o caso das duas grandes potências – os EUA e a antiga URSS – que, politicamente, assumiram o poder de decisões no mundo contemporâneo, com suas sérias repercussões sociais, políticas e econômicas.

Atualmente, dentro dos estudos da geografia humana, podemos afirmar que o mundo atual é hoje um só, pois o espaço geográfico é um grande espaço de relação.

Pierre George, em seu livro *Sociologia e geografia*, define o *espaço de relação*:

> Deve ser compreendido como sendo as diferentes categorias de espaço envolvidas pelas atividades humanas. O espaço de relação é um dado concreto. No caso de uma área de influência política ou econômica pode ter dimensões continentais ou mesmo planetária.

Após essa análise espacial, faremos uma pequena revisão do histórico da geografia humana, a partir das primeiras ideias que surgiram na Antiguidade.

Pequeno histórico da geografia humana

Os primeiros estudos da geografia humana apareceram na Antiguidade. Muitos escritores observaram e constataram que, na superfície da Terra, existiam profundas diferenças entre os costumes dos homens. Muitos viajantes, desde Heródoto, as têm descrito, muitos historiadores e mesmo moralistas, desde Tucídides, as têm tomado como base de suas reflexões filosóficas.

A ideia de a geografia humana constituir uma ciência somente surgiu no fim do século XVIII. Até essa época, o estudo dos fatos agrupados com o nome de geografia humana consistia no modo de vida dos homens na superfície da Terra, modos de agrupamento, em uma simples descrição, olhada, sobretudo, como um conhecimento de caráter utilitário e prático, ou como uma imagem pitoresca dos costumes e das diferentes maneiras de ser dos povos.

Embora até essa época muitos autores houvessem tratado do problema das relações do homem com o meio, foi somente no século XIX que o assunto mereceu maior atenção. Os primeiros passos foram dados na Alemanha por Alexandre von Humboldt (1769-1859) e Karl Ritter (1779-1859), que procuraram demonstrar em suas obras que entre os fenômenos físicos e os fenômenos da vida há relações constantes de causa e efeito.

Humboldt, autor de *Cosmos*, como naturalista, interessou-se em estudar os fenômenos físicos e em mostrar, por exemplo, a influência de fatores, como a altitude, a temperatura, a umidade, a seca, sobre a formação dos vegetais.

Ritter publicou sua obra, com 19 volumes, intitulada *A geografia de acordo com a natureza e a história do homem*, e mostra que em geografia humana a natureza não é o único poder causal e que o próprio homem é, na superfície da Terra, um agente de transformação e de vida. *A natureza e o homem* (*Natur und Geschichte*), como dizia Ritter, "são os dois termos perpetuamente associados" entre os quais deve gravitar o pensamento do geógrafo.

Entretanto, coube a Friedrich Ratzel (1844-1904) a glória de ter sido o verdadeiro criador da geografia humana quando publicou, em 1882, a obra *Antropogeografia.* Seguiram-se notáveis estudos feitos por cientistas alemães.

No século XX ocorre um maior destaque dos geógrafos franceses e norte-americanos. Na França, Vidal de la Blanche (1845-1918), Jean Brunhes, Camille Valaux, Lucien Febvre, Albert Demangeon, Pierre Deffontaines e outros.

As doutrinas de Ratzel e de La Blache foram divulgadas em quase todos os países do globo, inspirando diversas obras que vieram contribuir para vulgarizar a nova ciência, nas várias esferas do conhecimento humano.

Evolução da geografia humana e o espaço social

Para estudar a evolução da geografia humana, a partir do início do século XX até os dias atuais, teríamos que analisar a própria evolução da ciência geográfica; como o assunto é muito complexo e não dispomos de espaço suficiente para essa análise completa que deveria ser feita da geografia tradicional, da nova geografia, da geografia humanística, da geografia idealista, da geografia radical e da geografia têmporo-espacial, analisaremos a geografia humanística e a geografia radical, ciências geográficas que estão diretamente ligadas à geografia humana e ao espaço social.

Para os estudos da geografia humanística tomamos como base os trabalhos de Yi-Fu Tuan, Anne Buttimer, Edward Relph e Mercer e Powell, que possuem a fenomenologia existencial como filosofia subjacente. As raízes mais antigas da ciência estão em Kant e em Hegel, mas os significativos mais recentes da fenomenologia são atribuídos à filosofia de Edmund Husserl (1859-1939).

A análise do espaço social dentro da geografia humanística é bastante complexa, pois essa geografia valoriza a experiência do indivíduo ou do grupo, visando a compreender o comportamento e as maneiras de sentir das pessoas em relação a seus lugares. Para cada indivíduo, para cada grupo humano, existe uma visão do mundo que se expressa por intermédio de suas atitudes e valores para com o quadro ambiente. É o contexto pelo qual a pessoa valoriza e organiza o seu espaço e o seu mundo, e nele se relaciona. Dentro desse contexto, os geógrafos humanistas chegam à conclusão de que sua abordagem merece o rótulo de *humanista*, pois estudam os aspectos do homem que são mais diretamente humanos: significação, valores, metas e propósitos (Entrikin 1976). Dentro desses estudos, as noções de espaço e lugar surgem como muito importantes para essa tendência geográfica.

O lugar é aquele onde o indivíduo se encontra ambientado, no qual está integrado. Ele faz parte do seu mundo, dos seus sentimentos e suas afeições e é o "centro de significância ou um foco de ação emocional do homem". O lugar não é toda e qualquer localidade, mas aquela que tem significância afetiva para uma pessoa ou grupo de pessoas.

Em 1974, ao tentar estruturar o setor de estudos relacionados com a percepção, as atitudes e os valores ambientais, Yi-Fu Tuan propôs o termo *topofilia*, definindo-o como "o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou quadro físico".

Dentro do nosso estudo, o espaço social estaria diretamente relacionado com a filosofia que se desenvolve dentro do centro de significância ou um foco de ação emocional do homem.

O espaço social e o seu relacionamento com a *geografia humana* tornam-se mais complexos ainda quando a abordagem é feita dentro de uma *geografia radical*, que teve a sua origem na década de 1960.

Surge a *geografia radical* dentro de um mundo contestatório, época em que os Estados Unidos se defrontavam com a Guerra do Vietnã, época da luta pelos direitos civis, da crise da poluição e da urbanização, e é dentro dessa nova geografia que uma corrente geográfica passa a ser crítica e atuante nas diferentes formas de espaço e, principalmente, visando aos aspectos socioeconômicos das populações.

Para analisar os modos de produção e as formações socioeconômicas, os geógrafos radicais têm por base a *filosofia marxista*. Quando inserida no contexto radical do movimento científico, ela tem por objeto colaborar ativamente para a transformação radical da sociedade capitalista em direção à socialista, pelo incentivo à revolução; por essa razão a *geografia radical* deve ser marxista (Folke 1972).

Como a própria filosofia desenvolvida pela *geografia radical* está demonstrando, as

modificações do espaço social são muito complexas e profundas, pois tais modificações podem ocorrer nos mais diferentes espaços do globo, apresentando para esses espaços sociais novas características relacionadas com os aspectos econômicos e com os setores da economia.

A *geografia radical* já apresenta algumas tendências para a realização de seus trabalhos. Maria Dolores Garcia (1978), em sua análise sobre a *geografia radical* anglo-saxônica, apresenta quatro tendências básicas:

1. Orientação anarquista, centralizada na Universidade de Simon Fraser e na de Clark, nesta última salientando o trabalho de Richard Peet. Essa linha remonta suas origens aos trabalhos de Peter Kropotkin e Elisée Reclus;

2. Orientação popular radical, que se caracteriza pelo contato direto dos geógrafos com as populações das áreas e dos bairros a serem investigados. O geógrafo participa e orienta a população para solucionar seus problemas e traçar suas reivindicações. A obra de Willian Bringe (1971) é exemplo desse tipo de procedimento;

3. Orientação para o Terceiro Mundo, exemplificada pelos trabalhos de J.M. Blaut (1973, 1975, 1976), destinada a propor análises sobre o desenvolvimento e o imperialismo, entre vários outros temas;

4. Orientação marxista, que se baseia no estudo das obras de Marx e Engels, na procura de fundamentos teóricos e na sua aplicação aos problemas socioeconômicos de expressão espacial. Os trabalhos de David Harvey (1973, 1974, 1975, 1976) são expressivos como exemplos dessa orientação.

No Brasil já encontramos diversas traduções relacionadas com a *geografia radical*. Mencionamos as seguintes obras: Yves Lacoste, *A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra* (1977); Massimo Quaine, *Marxismo e geografia* (1979) e David Harvey, *Justiça social e a cidade* (1980).

Entre os geógrafos brasileiros, Milton Santos vem se salientando nessa perspectiva geográfica com diversos artigos e obras mais expressivas desenvolvidas, como *Geografia nova* (1978) e *Economia espacial* (1979). Carlos Gonçalves (1978) e Ruy Moreira (1979) também elaboram artigos relacionados com a *geografia radical*.

A título de conclusão

Sendo a geografia uma disciplina científica e a geografia humana uma parte dessa disciplina, todos os esforços devem ser orientados na busca de conhecimento da realidade, independentemente de posturas, correntes, modismos e temas de interesse.

Da análise que fizemos do espaço e da geografia humana, observamos que a diversidade dos fenômenos que podem ser envolvidos na perspectiva espacial e social, bem como as grandes mudanças que estão ocorrendo na geografia, fazem com que a especialização se torne uma necessidade e uma realidade.

Com a evolução e o avanço do conhecimento científico e a necessidade da grande especialização no campo da geografia, muitos temas que agora são tratados pela geografia humana passarão a ser analisados por outras disciplinas.

No caso do estudo do espaço social, os geógrafos devem se preocupar com a explicação da realidade e, para isso, buscar a essência, desenvolver e testar constantemente as teorias e não devem se preocupar em estabelecer limites em termos de técnicas, métodos, temas e campo de atuação, desde que esteja presente a preocupação com a dimensão espacial. Importantes subsídios para atingir essa finalidade são dados pela sociologia.

Bibliografia

ADAS, Melhem. *Estudos de geografia*. São Paulo: Editora Moderna, 1981.

BETTANINI, Tonino. *Espaço e ciências humanas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHISTOFOLETTI, Antonio. *Perspectivas da geografia*. São Paulo: Difel, 1982.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1982.

METODOLOGIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Dulce Maria Pompeo de Camargo Leme

O que entendemos por metodologia?

Nem todos os nossos alunos percebem o que seja a metodologia, porque o conhecimento metodológico sugere uma postura perante a realidade e a prática social. As dificuldades encontradas, no entanto, não devem levar à mistificação da questão.

Ao aluno deve ficar claro que qualquer pessoa pode se manifestar acerca da realidade social, e que, por mais simples que pareça, essa reflexão supõe uma concepção de mundo. Portanto, encontrando-se o homem inserido numa determinada realidade social, este precisa ser constantemente motivado no sentido de interrogar, problematizar e dar respostas às inúmeras questões que lhe são apresentadas. Essa relação do homem com o meio em que vive leva-o a procurar uma explicação, um conhecimento dos fenômenos para poder superá-los e, consequentemente, transformá-los. É por meio da reflexão que o sujeito se assume como problematizador do real.

As diferentes visões de mundo apresentadas pelo sujeito perante o objeto do conhecimento relacionam-se às diferentes concepções metodológicas perante a realidade.

Em nosso entender, a *metodologia* é o conjunto de técnicas, de instrumentos, que acompanham o método – a trajetória teórico-prática – no processo de conhecimento do social.

Em certo sentido, *métodos* e *técnicas* são atividades distintas, apesar de existir uma relação indissolúvel entre ambos. O *método* exige *técnicas* condizentes à postura adotada pelo sujeito. Enquanto o *método* decorre da concepção de mundo diante das relações objetivas que existem no real, a *técnica* constitui um conjunto de processos destinados a produzir os instrumentos necessários para o conhecimento dessas relações. Em síntese, a *metodologia* é o conjunto de decisões a serem tomadas a partir de uma visão de mundo do sujeito perante o objeto para a obtenção do conhecimento.

Nesse processo, classes ou determinados setores de classes desenvolvem sua própria concepção de mundo, interpretando a realidade com base em pressupostos que lhes são próprios e específicos. Uma vez que a realidade social se compõe de fenômenos que se relacionam entre si, é importante destacar que essas relações não se dão livremente, ao acaso, mas sim obedecem sempre a determinações históricas, ou seja, são configuradas num espaço-tempo determinado que lhes garante a especificidade.

No entanto, dependendo dos pressupostos adotados, não são todas as abordagens metodológicas que aceitam a historicidade do método, ou melhor, que inserem os fatos no espaço-tempo que lhe são próprios.

Em suma, é o método que permitirá a delimitação de fronteiras claramente definidas, permitindo delinear os objetivos do conhecimento e as formas de investigação. Uma determinada visão da realidade pressupõe uma opção metodológica correspondente.

Perspectiva histórica

Para entendermos um pouco mais as colocações anteriores, é importante lembrarmos que as ciências humanas se originaram no século XIX, das ciências naturais, que lhes emprestaram inicialmente o método. Seu precursor foi Augusto Comte (1798-1875), que defendeu a possibilidade de utilização do método de análise das ciências naturais pelas ciências sociais.

É com Émile Durkheim (1857-1917) que tem início a trajetória metodológica das ciências sociais. Em *As regras do método sociológico* (1895), Durkheim propõe uma interpretação particular do social e com ela um conjunto de regras para orientar o desenvolvimento da sociologia como ciência das realidades, partindo da observação e tratando os fatos sociais como coisas. Para ele, o apelo à realidade concreta era o critério de cientificidade no processo de conhecimento.[39]

Após a progressiva emancipação das ciências humanas, ocorreram profundas alterações no método dessas ciências. Do saber contemplativo, em que o sujeito é mero espectador passivo do real, em que há supervalorização das técnicas de investigação e onde a verdade está contida nos fatos, dispensando a intervenção da teoria, passa-se à concepção de um sujeito ativo que constrói os seus próprios esquemas de observação, verificação e transformação da realidade.

Nessa segunda concepção, a realidade científica não será, portanto, a realidade espontânea e passivamente observada, mas uma realidade constantemente reconstruída. O conhecimento do

social não se reduzirá apenas à existência e ao estudo dos fatos que são, isso sim, elementos para reflexão e construção desse saber. Diz Marx (1818-1883): "(...) Na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais...".[40]

Porém, há necessidade de se ressaltar uma terceira abordagem que defende em excesso a valorização teórica do sujeito no processo de conhecimento. Por exemplo, o método compreensivo de Max Weber (1864-1920) considera que o cientista possui dons especiais. Para ele a ciência não responde aos problemas da vida prática nem pode modificar o mundo. Essa postura defende a neutralidade do cientista perante o objeto de conhecimento.

O ensino das ciências sociais no Brasil

Historicamente, as ciências sociais no Brasil passaram, inicialmente, dos anos 50 até mais ou menos os anos 70, por um processo de ensino voltado fundamentalmente para a pesquisa empírica, sem a preocupação de uma fundamentação teórica para o assunto estudado.

A partir dos anos 70, como uma reação a essa postura, desenvolve-se uma tendência oposta, ou seja, a de descarregar no aluno as informações mais diversas, priorizando-se modelos de análise distantes da nossa realidade social.

Tanto uma como outra dessas abordagens metodológicas, além de desconsiderar o contexto histórico do fato em estudo, não oferecem ao aluno condições para que este estabeleça relações entre a teoria e a prática. Contribuem elas para que as análises metodológicas, ainda hoje, estejam profundamente marcadas pelo conservadorismo. Ou o trabalho do aluno limita-se à pesquisa empírica, às constatações do senso comum, ou limita-se à mera pesquisa bibliográfica, geralmente, sem coerência metodológica.

As diferentes ciências humanas (economia, sociologia, política e antropologia), da forma como estão sendo ensinadas, distanciam o aluno da realidade e dos problemas da sociedade. Isso se justifica pelo fato de que a realidade social, dada a complexidade da sociedade atual, não se encontra compartimentada, exigindo, no seu estudo, a ação conjugada das ciências sociais. No entanto, frequentemente, o formalismo do ensino separa as ciências sociais entre si, desconsiderando o contexto social, histórico e cultural.

Assim, ou se priorizam *modelos* que não levam em conta o contexto histórico e social ou,

por outro lado, não se permite ao aluno ultrapassar o nível do cotidiano, das noções que lhe são estritamente familiares. Enquanto a visão *acrítica* não oferece subsídios para que o aluno ultrapasse as evidências do senso comum, a postura de *dono da verdade* leva o aluno apenas a construções teóricas puras, sem nenhuma relação com a realidade, tornando-o incapaz de dialogar ou questionar as situações concretas. Seu discurso se limitará apenas ao uso de noções teóricas, sem uma perspectiva crítica.

Para que o educando faça sua opção, há necessidade de que lhe sejam apresentadas diferentes abordagens metodológicas. Isso é fundamental, porque, se o aluno não tem essa visão metodológica, ele não conseguirá acompanhar criticamente as disciplinas que cursa na universidade. Ele não será capaz de captar ou até mesmo de identificar as posições conservadoras ainda presentes no pensamento intelectual nacional, onde a tendência principal é apenas transmitir a teoria abstratamente. Oferecer aos alunos informações sobre os teóricos, como, por exemplo, Durkheim, Marx e Weber, não contribui em nada para que eles consigam fazer a *ponte* para o real. Da mesma forma, o simples contato com essa realidade, sem a reflexão teórica necessária, não permite a produção de conhecimento, uma vez que as observações não ultrapassam o nível do aparente.

Ensino e metodologia crítica

Diante do exposto, resta-nos enfatizar que uma metodologia crítica deve sempre procurar proporcionar ao aluno o contato com a realidade que o cerca. Devemos prepará-lo para saber relacionar a teoria à prática. Se o aluno consegue situar o conhecimento dentro de sua própria evolução histórica, ele acaba por descobrir que muitas vezes o real difere das interpretações que lhe foram ensinadas anteriormente. É importante, portanto, que o educando tenha consciência de sua dimensão espaço-temporal, para poder questionar os processos de mudança social por meio de uma crítica metodológica continuada. Ele deve, a partir de um determinado ponto de vista, tomar consciência do processo que está vivendo. Por exemplo: o fato de viver num país da América Latina que possui uma problemática específica e ao mesmo tempo universal. Ao aluno devem ser colocadas as abordagens metodológicas existentes sobre a questão, chamando a atenção para a predominância de óticas abstratas e generalizantes, cobertas de conceitos e tipologias que não permitem aparecer, por exemplo, a luta de classes.

Finalmente, há necessidade de ressaltar, novamente, que a produção de conhecimento em ciências sociais implica que os principais acontecimentos sociais, econômicos, políticos e culturais do problema investigado sejam tratados em sua unidade. Daí a importância de recorrer

à interdisciplinaridade, para não correr o risco de obter um conhecimento parcial e fragmentado do real.

Reafirmamos, ainda mais uma vez, que todo homem, para produzir conhecimento, deve ser crítico, questionador e ter uma postura metodológica cujas técnicas de investigação sejam coerentes com a sua visão de mundo, aliando a forma ao conteúdo dominado.

Bibliografia

BRANDÃO, Carlos R. (org.). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRUYNE, Paul *et alii. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

CASTRO, Ana M. e DIAS, Edmundo F. *Introdução ao pensamento sociológico*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1985.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. Várias edições.

GOHN, M. Glória M. "A pesquisa das ciências sociais: Considerações metodológicas". *Cadernos Cedes* nº 12, 1984.

GOLDMANN, Lucien. "O método em ciências humanas". *In: Ciências humanas e filosofia: O que é a sociologia?* São Paulo: Difel, 1972.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização >Brasileira, 1981.

LOWY, Michel. *Método dialético e teoria política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARX, Karl. Prefácio à "Contribuição à crítica da economia política". Várias edições.

_____. Posfácio à 2ª edição alemã de *O capital*. Várias edições.

THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1981.

_____. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1985.

WEBER, Max. *Ciência e política: Duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1972.

DEPARTAMENTALIZAÇÃO E UNIDADE DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Nelson Carvalho Marcellino

A discussão sobre a unidade e departamentalização do conhecimento não é exclusiva das ciências sociais. Está presente quando se enfoca qualquer um dos níveis do conhecimento científico e faz parte do debate que hoje se trava não só no âmbito acadêmico das instituições de ensino e pesquisa, mas também na aplicação das teorias, tendo em vista a solução de problemáticas específicas.

Essa breve abordagem do assunto prende-se ao campo das ciências sociais e, longe de pretender fornecer elementos originais ao debate, tem a finalidade de chamar a atenção daqueles que se iniciam no terreno do social para esse ponto polêmico e de difícil solução, mas de cujo entendimento depende muito a postura que se adotará no trato das questões sociais.

A unidade do mundo social, com o entrelaçamento de aspectos econômicos, culturais, políticos etc., pode ser constatada pela simples observação do cotidiano, sem haver necessidade de recorrer à ciência. Basta que se lance mão de alguns temas, a título de exemplo, como a violência urbana, a reforma agrária, ou a marginalidade e participação política, para que se conclua que uma única questão social comporta análises de vários ângulos, mas que qualquer um deles, isoladamente, não dá conta da sua totalidade.

O campo de investigação das ciências sociais é caracterizado por uma unidade – a vida do homem em sociedade, complexa e composta de uma multiplicidade de aspectos que se interpenetram.

Falando em termos de *objetos* das ciências, esse seria o objeto material das ciências sociais, aquilo que elas investigam de modo geral e que deveria assegurar também uma unidade dos conhecimentos produzidos. No entanto, para continuarmos raciocinando em termos de *objetos*, cada ciência possui também o seu objeto formal, aquilo que é investigado especificamente. Por intermédio de seus objetos formais de investigação, cada ciência social se

propõe a dar conta de um aspecto da realidade social, abordando essa realidade complexa de uma perspectiva particular.

Como os diversos aspectos da vida social se interpenetram, não é por acaso que os campos de investigação das ciências sociais são de difícil delimitação, não existindo claros e rígidos limites divisores.

A especialização das disciplinas científicas acelerou-se a partir do século XIX, graças ao triunfo do positivismo. Como indica Japiassu, esse triunfo "... suscitou a repartição do espaço mental do saber em departamentos isolados e com fronteiras rígidas".[41] Esse procedimento foi levado a efeito tendo por base a necessidade de fixação dos *objetos* particulares das disciplinas. O *territorialismo positivista,* como denomina o autor, tem seu espaço cada vez mais dividido pela especialização. "Tudo se passa como se o aprofundamento de um domínio qualquer do saber só fosse possível ao preço de uma restrição da superfície do campo estudado. A fragmentação, produto da divisão das ciências, torna-se esmigalhamento".[42]

O *esmigalhamento do saber* permite que Georges Gusdorf, no prefácio do livro de Japiassu, conclua que o desenvolvimento e a diversificação das disciplinas fazem com que elas percam, cada vez mais, a ligação com a realidade humana. E Gusdorf vai além, afirmando que "devemos considerar como alienada e alienante toda ciência que se contenta em dissociar e em desintegrar seu objeto". Conclui que "é absurdo, é vão, querer construir uma pretensa ciência do homem, se tal ciência não encontra na existência humana, em sua plenitude concreta, seu ponto de partida e seu ponto de chegada".[43]

Outro ponto a considerar com relação à departamentalização do conhecimento das ciências sociais é que a especialização não ocorreu de maneira racional ou obedecendo a um esquema definido, como bem observa Mills. Segundo ele, as disciplinas se desenvolveram sozinhas, fruto de exigências e condições específicas e sem nenhum plano geral orientador. Além disso, são muitos os desacordos sobre suas relações e a especificação de cada uma. O mesmo autor chama a atenção para o risco de se valorizar em demasia a departamentalização das ciências sociais, uma vez que o rigor no estabelecimento dos limites pode fazer crer que as instituições estudadas, econômica, política etc., constituam sistemas autônomos.[44]

Mas o aprofundamento do conhecimento exige a especialização e, portanto, a delimitação e a autonomia de cada ciência, o que não implica a impossibilidade da colaboração entre as várias disciplinas. Cada uma delas significa uma possibilidade de conhecer a realidade, nunca de maneira única ou na sua totalidade, mas parcialmente, reduzindo-a a uma de suas dimensões. O entrecruzamento e as mútuas interpretações entre as ciências humanas são lembrados por Foucault, que destaca também a multiplicação das disciplinas intermediárias. Para ele, "(...) a sobreposição de vários modelos não é um defeito de método. Só há defeito se os modelos não

foram ordenados e explicitamente articulados uns com os outros".[45]

Sendo assim, é necessário que os especialistas nas diversas disciplinas tenham consciência da parcialidade e relatividade das suas áreas de domínio e, dessa forma, tomem contato com disciplinas diferentes, evidentemente não em busca de novas especializações, mas para que, com uma sólida cultura geral, possam perceber os pontos de ligação existentes entre elas, intercambiar elementos e saber onde buscar teorias e métodos capazes de auxiliar o seu trabalho em situações específicas.

A grande questão que é colocada, quando se abordam a departamentalização e a unidade das ciências sociais, prende-se à busca de alternativas que, sem deixar de reconhecer as especializações das várias disciplinas, procurem a integração dos seus domínios, o que de fato se verifica na realidade social. E essa questão não se coloca somente no campo do conhecimento, mas também no campo da ação, de intervenção na realidade social.[46]

É sobretudo no campo da ação que vêm se caracterizando algumas propostas alternativas viabilizadas pela realização de trabalhos em equipes multidisciplinares ou pluridisciplinares. Ambas as equipes reúnem especialistas em duas ou mais disciplinas para o estudo de uma determinada questão. Na verdade, as duas propostas "realizam apenas um *agrupamento*, intencional ou não, certos 'módulos disciplinares' sem relação entre as disciplinas (o primeiro) ou com algumas relações (o segundo): um visa à construção de um sistema disciplinar de apenas um só nível e com diversos objetivos; o outro visa à construção de um sistema de um só nível e com objetivos distintos, mas dando margem a certa cooperação excluindo toda coordenação".[47] O que ocorre é a justaposição de várias disciplinas, em que certos conhecimentos são emprestados, sem que cada um dos setores envolvidos seja modificado ou enriquecido.

Embora signifiquem avanços com relação às visões monodisciplinares, tanto a multi quanto a pluridisciplinaridade deixam muito a desejar no que diz respeito à relação entre a unidade do conhecimento e a unidade da realidade analisada. No fundo, ambas são somatórios de visões monodisciplinares, simples agrupamento de ciências, cada qual com sua linguagem fechada, sendo que os especialistas, por sua própria formação, permanecem ilhados no seu saber, ignorando os demais.

A alternativa que parece realmente contemplar a busca da unidade das ciências sociais é a interdisciplinaridade. Não raro, os termos multi, pluri e interdisciplinar são confundidos, aplicando-se incorretamente a denominação interdisciplinar ao mero agrupamento de especialistas em torno de uma questão proposta. Na realidade, como nos lembra Gusdorf, no prefácio já referido, "a exigência interdisciplinar impõe a cada especialista que transcenda sua própria especialidade, tomando consciência de seus próprios limites para acolher as

contribuições de outras disciplinas. Uma epistemologia da complementaridade, ou melhor, da convergência, deve, pois, substituir a da dissociação".[48]

A diferença entre as três propostas situa-se na "intensidade de trocas entre os especialistas" e no "grau de integração real das disciplinas".[49] O interdisciplinar exige muito mais do que a soma de conhecimentos; o que se busca é superar os limites de cada disciplina, e ele "pode ser caracterizado como o nível em que a colaboração entre as diversas disciplinas ou entre os setores heterogêneos de uma mesma ciência conduz a interações propriamente ditas, isto é, a uma certa reciprocidade nos intercâmbios, de tal forma que, no final do processo interativo, cada di sciplina saia enriquecida".[50] Há incorporação de resultados, empréstimo de métodos e técn icas e de esquemas conceituais, na procura da ultrapassagem das fronteiras entre as diversas ciências.

Pode-se dizer que o interdisciplinar é uma reação à fragmentação do conhecimento e à departamentalização do saber acadêmico, divorciados da realidade social que os origina e com a qual deveriam guardar relação, não compartimentada, mas na sua globalidade. O empreendimento interdisciplinar, na procura da unidade das ciências sociais, não se prende somente a uma crítica à departamentalização da universidade, como também procura estabelecer de fato a sua ligação com a sociedade, na tentativa de colaborar na solução das questões colocadas pela dinâmica social, questões essas que não podem ficar na dependência de esferas setorizadas de conhecimento. Por isso, o interdisciplinar constitui também uma tentativa de adequar o ensino e a pesquisa às atividades profissionais requeridas pelas comunidades.

Nesse último aspecto se situa *o grande risco da alternativa interdisciplinar*, ou seja, a possibilidade de que ela se converta na mera adequação da ciência aos conhecimentos fundados nas necessidades imediatistas de setores *produtivos* da sociedade. Como destaca Japiassu, "o grande risco do interdisciplinar está justamente em converter-se na ideologia da tecnoestrutura, em suas três dimensões: burocracia industrial, tecnocracia ou gestão profissional, saber técnico necessário ao processo de inovação".[51]

A proposta interdisciplinar está baseada numa nova forma de entendimento do método científico. Este deixa de se restringir a uma pesquisa particular sobre fatos para basear-se sobretudo nas relações verificáveis na realidade social. A adoção da comparação é um imperativo que se coloca na procura da unidade do conhecimento sobre a complexidade da vida social. "O trabalho comparativo, técnico ou empírico, é o aspecto mais promissor para o desenvolvimento da ciência social hoje".[52]

Uma série de obstáculos, no entanto, tende a dificultar a realização da colaboração entre as diversas disciplinas, na tentativa de amenizar os efeitos da departamentalização do conhecimento. A própria organização das universidades em departamentos isolados, e com

frequência sem relações uns com os outros, faz com que o conhecimento fique setorizado em compartimentos estanques e que um economista, por exemplo, não tenha contato com a psicologia ou a antropologia e, por sua vez, o antropólogo ou o psicólogo não tenham nem sequer noções de economia. A própria estrutura da universidade não favorece esse intercâmbio e, além disso, os corpos docente e discente parecem mais seguros sobre o estudo e a pesquisa em apenas um ramo bem delimitado do conhecimento.[53] Dessa forma, o planejamento dos currículos, as exigências das diferentes carreiras acadêmicas ligadas ao mercado de trabalho setorizado, e até mesmo a confusão da linguagem específica de cada uma das ciências, constituem dificuldades práticas para o estabelecimento de relações substanciais entre as várias ciências sociais.[54]

Enfatizando, como venho fazendo, a necessidade da busca da unidade do conhecimento sobre a realidade social, posso dar a impressão de estar negando a validade da especialização. Absolutamente não é essa a posição que defendo. O fato de pregar a necessidade de cooperação e coordenação entre as diversas ciências não exclui a especialização. Pelo contrário, só se pode falar em interdisciplinaridade desde que cada disciplina tenha elementos competentes no seu ramo, com sólida especialização. Para que se estabeleça o diálogo entre as disciplinas é fundamental que cada uma seja autônoma. “Onde não houver independência disciplinar, não pode haver interdependência das disciplinas.”[55] A competência específica em cada setor do conhecimento é pré-requisito para o interdisciplinar, uma vez que este não pode suprir a incompetência setorial. É necessário deixar claro que “a unidade das disciplinas não significa que se queira reduzir certos fenômenos a fenômenos de outra natureza. Também não exclui a diversidade de interpretações, mas reclama um pluralismo de perspectivas, já que se trata de realizar uma *unidade* e não uma *unificação*”.[56]

Quero ressaltar é que a especialização não deve se fechar aos outros domínios do conhecimento. Se considerarmos como Japiassu que *especialização* não implica necessariamente *isolamento*, toda especialização assim entendida deve ter por base uma sólida cultura que possa determiná-la.[57] Não é necessário, como afirma Mills, que se *domine o campo* de todas as ciências, mas que o cientista se familiarize com elementos que possam ser interessantes no seu domínio de investigação. Nesse sentido, esse autor chega a propor que a especialização deve ser baseada em *problemas*, e não obedecendo aos limites acadêmicos.[58]

Mills recomenda, na tentativa de análise de qualquer das questões significativas de nossa época, uma visão integrada que leve em conta o momento histórico, a abrangência do estado-nação como moldura do estudo, a visão de conjunto, englobando o exame dos diversos componentes e variáveis do assunto em pauta, e, finalmente, que se parta da problemática e não de limites acadêmicos impostos.[59] Evidentemente essas recomendações não podem ser seguidas por um especialista fechado em seu campo de conhecimentos, sem abertura para as

ligações que se verificam com as demais ciências sociais.

Na busca da superação dos limites da departamentalização das ciências sociais é necessário que nos lancemos na tarefa de caminharmos em direção à sua unidade. Trata-se de contemplar o desejo da síntese do conhecimento sobre o social, fragmentada pela especialização. Nessa caminhada, além de uma nova concepção da especialização, fundada na cultura geral e aberta aos outros domínios do saber, é necessário que se lance mão, também, da filosofia. “Um saber sobre o homem, capaz de integrar todas as explicações propostas pelas diversas ciências, não pode prescindir da filosofia”.[60] Seu papel não deve ser superestimado, como *instância superior* ditadora de princípios *prontos* e trazidos *de fora*. Ela deve ser encarada como *instância crítica interna*, “na medida em que ela se apresenta como a única disciplina em condições de fazer a unidade do objeto das ciências humanas, e na medida, também, em que impede cada uma delas de hipertrofiar-se em mito totalizante”.[61] Como destaca Severino, “a interdisciplinaridade favorecerá o encontro convergente das perspectivas das ciências humanas com a filosofia, em busca da significação profunda”. Esse autor chama a atenção especificamente para o papel da filosofia social: “As ciências sociais representariam assim o momento da adesão ao existir social enquanto a filosofia social representaria aquele esforço para um distanciamento. Em síntese, etapas de um mesmo processo de constituição de um mesmo discurso fundante”.[62]

Quero, pois, enfatizar a necessidade da cooperação entre as diversas especialidades das ciências sociais e da filosofia, visando a uma complementaridade que caminhe na busca da superação dos rígidos limites do conhecimento departamentalizado, para que se possa, por intermédio de uma prática interdisciplinar, fundada na competência específica, caminhar para a efetiva correspondência entre a unidade do mundo social e do conhecimento das ciências que o têm por objeto.

Bibliografia

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas; uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1981, pp. 361-404. (Capítulo 10 – “As ciências humanas”).

JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

MILLS, C. Wright. *A imaginação sociológica*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, pp. 144-155. (Capítulo 7 – “A variedade humana”).

SEVERINO, Antonio Joaquim. “A situação da filosofia social na sistemática filosófica”. *Reflexão* nº 14, pp. 91-97. Campinas: PUC-Campinas.

O BRASIL E A SOCIEDADE DE CLASSES

Doraci Alves Lopes

Os estudantes, quando ingressam na universidade e entram em contato com disciplinas introdutórias das ciências sociais, sentem-se perdidos. Se os temas de estudos abordarem aspectos da sociedade brasileira, o problema é ainda maior. Em geral, estão motivados a conhecer a realidade em que vivem, mas a maioria desconfia do que vai encontrar pela frente, pois aprendeu desde cedo que as chamadas *matérias decorativas* só existem para serem decoradas mesmo, ou então para dar um *verniz* no currículo acadêmico.

As queixas, principalmente contra *estudos sociais*, repetem-se anualmente. A obrigatoriedade de decorar nomes de grandes personagens, datas, fatos e locais, desde o ensino fundamental é motivo de queixas constantes. No entanto, os alunos entendem que o estudo de história é imprescindível para se desenvolver qualquer conhecimento no campo das ciências sociais. Mas habituaram-se a conhecer a sociedade brasileira por meio de *heróis* da classe dominante, que desfilam na memória dos estudantes como um álbum de fotografias estranhas, sem nenhum sentido entre si. Os processos políticos, tais como a Independência, a Abolição, a República, e assim por diante, compõem uma sequência de bravuras estanques, para serem mais facilmente *digeridas*.

Os processos econômicos também não ficam atrás; são reduzidos à ideia de *progresso técnico* e uma evolução *natural* de mecanismos econômicos. Essas imagens definem um conceito universal para a sociedade capitalista, sem tempo e lugar histórico definidos, e longe do cotidiano de cada um de nós.

Esse tipo de ensino coloca os estudantes na condição de *público espectador*, de *assistentes* de uma ação histórica que se dá fora de seu alcance e compreensão. Tal modelo pedagógico visa à desqualificação política permanente de todo estudante (ou qualquer cidadão) que decida deixar a condição de agente passivo da história presente ou futura.

Na universidade, esse sentimento deimpotência e de exclusão política pode provocar alguns conflitos, porque muitos es peram (inclusive estudantes) que o desenvolvimento de

aspectos fundamentai s da vida social, o senso crítico e um conhecimento científico aconteçam dentro dos limites desse ensino tradicional.

Como vimos, a tendência do primeiro e segundo graus é a de consolidar uma visão elitista de mundo, onde o desenvolvimento da sociedade dependerá sempre da direção e do controle de alguns poucos homens *ilustres*.

No terceiro grau, o fantasma das *matérias decorativas* pode reaparecer; o perigo está na supervalorização do ensino teórico em prejuízo, mais uma vez, de um conhecimento alternativo e crítico da sociedade em que vivemos. A fixação de conceitos e teorias é feita por meio de definições soltas, provocando uma mistificação do saber científico, do pensamento de determinados autores, e ocultando o contexto social e político onde este saber foi produzido. Essa postura acadêmica reforça a mesma filosofia de ensino anterior, transferindo para alguns *especialistas* a *competência* para analisar e propor alterações e mudanças em todos os níveis da sociedade, inclusive no plano científico.

Nossa intenção, ao problematizar essavisão dominante, vivenciada pelos estudantes desde o primeiro grau, é justamente introduzir a preocupação de pensar o Brasil (no passado, presente e futuro) como uma sociedade de classes. Para tanto, iremos tecer algumas considerações sobre o conceito de *classes sociais*.

Classes sociais: Uma abordagem inicial

Ressaltamos que, apenas para efeito de exposição, vamos recorrer ao uso abstrato dos conceitos de *classe dominante* e *classe dominada*. Na realidade, elas não existem de forma tão transparente em nenhuma sociedade de classes. Estamos utilizando, portanto, uma representação esquemática para abrir uma discussão em torno do conceito de *classes sociais*. Tal como ocorre com as análises históricas, há antes um debate polêmico e não um consenso sobre o assunto. Assim mesmo, tentaremos caracterizar pelo menos duas posições importantes a esse respeito.

Existem autores que entendem o conceito do ponto de vista da *estratificação social*: isso significa que existem tantas *classes* quantas forem as necessidades de classificação dos indivíduos de uma sociedade ou grupo social. Ao levantarem, por exemplo, o nível de renda, de *status*, o grau de escolaridade, religião, cor ou profissão dos indivíduos, estão constituindo diferentes *classes sociais*, o que corresponde, muitas vezes, à mesma noção de *camadas*, *grupos* ou *setores sociais*. Desse modo, poderemos pertencer a uma *classe superior* em termos de escolaridade (ter pós-graduação), mas cair numa *classe inferior* em função do nível de renda.

Por outro lado, um feirante pode pertencer a uma *classe baixa* do ponto de vista do *status* profissional, mas ser incluído numa *classe alta* devido ao seu nível de consumo.

As *classes* ou *grupos* decorrentes dessa visão de sociedade aparecem mais como uma hierarquia e somatório de indivíduos isolados, que podem ser estruturados e reestruturados em função dos interesses que estão orientando essas análises e pesquisas. A leitura da realidade, nesse caso, é fragmentada e recortada por aspectos acentuadamente quantitativos, vinculada a objetivos mais imediatos, tais como medir o padrão de consumo e a dinâmica de determinadas relações de mercado, ou mesmo do comportamento social.

Outros autores, por sua vez, defendem o conceito com base no caráter histórico da *estrutura social*. Quer dizer, as classes sociais não são imutáveis nem podem ser criadas pelo nosso pensamento. Cada período histórico tem uma estrutura social particular. Assim, as classes sociais não existem por definição, mas somente quando se expressam na realidade concreta. Portanto, só temos condições de compreender o conceito se nos ocuparmos do estudo da história propriamente dita, se dá o enfrentamento entre as classes dominante e dominada.

É fundamental reconhecer, no entanto, a existência de grupos (camadas ou setores) sociais com influências e condições político-econômicas distintas no interior da classe dominante e da classe dominada. Essa posição, longe de dificultar, facilita o estudo da formação e características da estrutura social brasileira, além de explicitar as principais contradições sociais que marcam de maneira única cada período histórico do país, evitando uma noção de sociedade linear e predeterminada em seu desenvolvimento.

Podemos dizer, resumidamente, que as contradições sociais expressam o projeto político mais amplo tanto da classe dominante como da dominada. O projeto da primeira é conservar e garantir a posição privilegiada de dominação e exploração, enquanto o da segunda é colocar um fim à situação de desigualdade social e subordinação a que está submetida.

Caberia observar ainda que, por mais complexa e heterogênea que uma estrutura de classes possa ser, não *dissolve* ou descaracteriza a contradição entre os que detêm o capital e os que possuem apenas a força de trabalho. Muitas outras contradições podem ser identificadas entre grupos sociais de uma mesma classe social, mas isso não significa que elas vão adquirir um potencial político suficiente para fazer desaparecer a contradição principal, mesmo quando são capazes de rupturas na ordem existente (como a Revolução de 30 ou o Golpe de 64).

Alguém pode perguntar pelo que se costuma chamar de *classe média*[63] neste momento. Diríamos que a tendência dos setores médios é oscilar entre um e outro projeto de classe. Mas encontramos situações nas quais alguns setores se comprometem mais diretamente com os interesses da classe dominante, enquanto outros setores, com os da classe dominada.

Há, ainda, os que acreditam na capacidade da dita *classe média* de formular um projeto de sociedade próprio. Veem a possibilidade de sua autodeterminação política, constituindo-se, enfim, numa *terceira força* social, independente do jogo de forças políticas estabelecido entre as classes antagônicas.

Após essas noções gerais sobre o conceito, gostaríamos de retornar à nossa questão inicial.

É preciso "redescobrir" o Brasil

A preocupação atual de muitos setores do ensino, especialmente aqueles ligados à área das ciências humanas, é chamar a atenção dos estudantes para a história dos que são rotulados de *ausentes*, *marginais* e até mesmo *irracionais* pela visão dominante.

Para que isso seja possível, é preciso *redescobrir* o Brasil, conhecê-lo de outra maneira. O estudo da história social do trabalho passa a ter então um papel fundamental para que possamos compreender como e por que índios, negros, trabalhadores rurais e urbanos têm ousado resistir e se opor (de maneira pacífica ou armada) às mais variadas formas de exploração ao longo do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

É sempre bom lembrar que a classe dominada – os *vencidos* – nunca esteve em condições políticas, econômicas e culturais favoráveis para transmitir a sua versão dos fatos sociais para o conjunto da sociedade. Por isso mesmo, é grande a responsabilidade da universidade em trabalhar, com os estudantes, interpretações históricas críticas e diversas, que demonstrem o caráter de classe de nossa sociedade, evidenciando seus movimentos de rupturas, avanços e retrocessos.

Trata-se, concluindo, de defender e recuperar uma indispensável dimensão da realidade, para aprofundar e dinamizar as discussões teóricas e conceituais das disciplinas das ciências sociais.

Tentar ignorar esse problema significa impedir uma articulação que deve ser constantemente perseguida entre o cotidiano acadêmico e a realidade, entre a teoria e a prática, o discurso e a necessidade concreta de solução das questões sociais.

Bibliografia

CABRINI, Conceição *et alii*. *O ensino de história: Revisão urgente*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FENELOS, Déa Ribeiro (org.). "Sociedade e trabalho na história". *Revista Brasileira de História* nº 11, vol. 6, set. 1985/fev. 1986. São Paulo: Marco Zero.

GOLDMANN, Lucien. *Ciências humanas e filosofia: O que é a sociologia?* 10ª ed. São Paulo: Difel, 1986.

IANNI, Octávio (org.). *Karl Marx: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1979.

NUN, José. "A rebelião do coro: Novos personagens irrompem na cena política". *Revista Desvios* (2), agosto, 1983.

SILVA, Marcos A. (org.). *Repensando a história*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

VELHO, Otávio G.C.A.; PALMEIRA, Moacir G.S. e BERTELLI, Antonio Roberto (orgs.). *Estrutura de classes e estratificação social*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

VILLALOBOS, André *et alii*. *Classes sociais e trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/São Paulo: Cedec, 1978.

ZENTENO, Raul Benítez (coord.). *As classes sociais na América Latina: Problemas de conceituação*. Tradução de Galeno de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SUBDESENVOLVIMENTO E CULTURA

José Luis Sanfelice

O desafio que agora nos é apresentado sugere-nos a participação em um livro que pudesse servir como base para o encaminhamento das discussões em sala de aula e referencial para a busca de posteriores aprofundamentos em bibliografias específicas. Deseja-se ter, no conjunto da obra, textos introdutórios abrangentes, na área das ciências sociais, voltados para a realidade brasileira. O público principal ao qual devemos nos dirigir é aquele composto por alunos que cursam a disciplina de Introdução às Ciências Sociais ministrada nos primeiros anos dos cursos de ciências econômicas, contábeis, administrativas e outros.

Como atender a essas exigências, num limite de seis laudas, abordando o tema "Subdesenvolvimento e cultura"?

Propomos que nosso diálogo se inicie com uma consulta ao *Novo Dicionário Aurélio* para que ele nos informe sobre os significados das palavras *subdesenvolvimento* e *cultura*. Procedendo dessa maneira, logo constatamos que o substantivo *subdesenvolvimento* (de sub+desenvolvimento) expressa: "1. Desenvolvimento abaixo do normal. . Estado de um país ou de uma região cuja estrutura social, política e econômica reflete uma utilização deficiente dos fatores de produção, isto é, os recursos naturais, o capital e o trabalho, e uma deficiente articulação entre eles."

Ainda com o auxílio do *Novo Dicionário Aurélio,* observamos que a palavra *cultura*, por sua vez, designa: "1. Ato, efeito ou modo de cultivar. 2. Cultivo. 3. O complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e doutros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade... 4. O desenvolvimento de um grupo social, uma nação etc., que é fruto do esforço coletivo pelo aprimoramento desses valores; civilização, progresso..."

Dispondo desses significados das palavras *subdesenvolvimento* e *cultura*, destaquemos os seguintes aspectos:

a) O conceito de subdesenvolvimento, genericamente designando qualquer *desenvolvimento* abaixo do normal, expressa *um certo tipo de desenvolvimento:* o *desenvolvimento* abaixo do normal. Pode parecer um mero jogo de palavras, mas não é. Nem sempre percebemos que, ao utilizarmos a palavra subdesenvolvimento, estamos nos referindo a *um certo desenvolvimento*;

b) O conceito de subdesenvolvimento expressando especificamente o *estado* de um país ou região com uma utilização *deficiente* dos fatores de produção, embora seja de uso frequente, pode nos conduzir a equívocos. A ideia *estado, situação* de um país ou região, não é muito dinâmica. *Estado* ou *situação* parecem manifestar aqui realidades mais ou menos estáticas, fechadas em si mesmas e *deficientes.* Além do mais, nos dois casos citados, sempre podemos questionar os critérios do que se esteja estabelecendo por desenvolvimento normal ou abaixo do normal e questionar também os critérios que se estabelecem para o que será ou não considerado deficiente.

c) Por sua vez, os significados atribuídos pelo *Novo Dicionário Aurélio* à palavra cultura lembram-nos, logo ao ser anunciado o primeiro deles, algo tão simples e ao mesmo tempo tão complexo que raramente nos provoca a atenção. Cultura é o "ato, efeito ou modo de cultivar". Cultura é *cultivo,* ou seja, antes de tudo cultura é trabalho, trabalho humano transformando a natureza. Não é por acaso que dizemos *cultura* do milho, do arroz, da cana-de-açúcar etc., apontando para um longo processo de relação do homem com a natureza que implica trabalho, uso de técnicas, aplicação de conhecimentos e obtenção de resultados;

d) A palavra cultura, todavia, identifica de forma mais explícita o amplo conjunto de resultados adquiridos coletivamente pelos homens no transcorrer do processo de transformação que exercem sobre a natureza, sobre os resultados culturais anteriores ao seu momento histórico e entre si mesmos. É por isso que a palavra cultura pode designar "o complexo de padrões de comportamento, das crenças, das instituições e doutros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade...";

e) Finalmente, e por decorrência do tema que nos é proposto, não podemos não registrar que a palavra cultura pode expressar também "o desenvolvimento de um grupo social, uma nação etc., que é fruto do esforço coletivo pelo aprimoramento desses valores; civilização, progresso..." Os conceitos de *cultura* e *desenvolvimento* interpenetram-se e comunicam aspectos comuns de uma mesma realidade. Dessa forma, podemos dizer que toda a cultura de uma determinada sociedade constitui a materialização da maior ou menor complexidade do seu desenvolvimento.

Todos esses esclarecimentos, entretanto, parecem-nos ainda muito abstratos. Propomos então um segundo passo para o nosso diálogo: compreendermos um pouco os próprios fenômenos que se convencionou denominar de subdesenvolvimento e de cultura.

Segundo nosso entendimento, o melhor caminho para realizarmos esse percurso é efetuar uma abordagem dos fenômenos subdesenvolvimento e cultura indagando pelo processo por intermédio do qual se produzem o subdesenvolvimento e a cultura, ou seja, analisando a origem desses fenômenos e ao mesmo tempo relacionando-os. Cabe-nos, pois, buscar novos esclarecimentos.

Nós já apontamos que o conceito de subdesenvolvimento, nos seus significados gerais e específicos, necessariamente se relaciona com o conceito de desenvolvimento. O conceito de subdesenvolvimento sempre resulta de um critério comparativo porque ele se aplica às situações em que se identifica *um desenvolvimento* aquém dos padrões considerados normais, aquém dos níveis considerados eficientes ou de qualidade superior. Daí decorre o fato, por exemplo, de os especialistas estabelecerem normas, medidas, características econômico-sociais e culturais a serem consideradas para identificar se um país, ou região, é desenvolvido ou subdesenvolvido. Já apontamos, entretanto, que o uso da palavra subdesenvolvimento nem sempre nos dá a ideia de que ela se refere a uma realidade com *um certo tipo de desenvolvimento*. Isso é um equívoco.

Simplesmente opor desenvolvimento a subdesenvolvimento por critérios comparativos é ocultar a dinâmica das relações estabelecidas entre si pelas diversas sociedades capitalistas. A comparação parece indicar patamares, estágios autônomos de cada sociedade isoladamente: sociedades desenvolvidas de um lado e subdesenvolvidas de outro, mas tendo estas a possibilidade de um dia se igualarem às primeiras. Na realidade, não temos evidências nem de uma coisa nem de outra.

Em primeiro lugar é preciso que consideremos, do ponto de vista lógico, a possibilidade de afirmarmos que todas as sociedades se encontram em desenvolvimento. Com exceção de um estado puramente natural, isto é, a natureza considerada independentemente do homem, sem a presença humana, portanto, sempre temos um processo de desenvolvimento porque os homens e as sociedades estão, de maneira contínua, produzindo sua existência. O que podemos constatar, pois, é a realidade das *situações naturais* não desenvolvidas – não procede dizer subdesenvolvidas – e das *situações sociais* em desenvolvimento.

Por outro lado, a ideia de que as sociedades consideradas subdesenvolvidas alcancem um dia as sociedades desenvolvidas é uma suposição que nos dá a entender que as sociedades desenvolvidas param seu desenvolvimento, enquanto as outras continuam a tê-lo ou, pelo menos, que as sociedades ditas subdesenvolvidas conseguem desenvolver-se mais velozmente

do que as já desenvolvidas, possibilitando-lhes assim igualarem-se. Ora, mas ocorre exatamente o contrário. As relações entre as sociedades capitalistas implicam que as desenvolvidas extraiam das demais ainda melhores condições para o seu próprio dinamismo e, claro, em prejuízo das outras. Observemos, entretanto, que para explicitar tais situações podemos nos utilizar do conceito de subdesenvolvimento porque assim estaremos designando que o *desenvolvimento* de um país ou região se dá de forma subordinada ao desenvolvimento de outros. Uma espécie de condição colonial permanente, embora instável e mutável porque ao longo da história tem adquirido diferentes manifestações. No caso específico do Brasil, por exemplo, a subordinação se deu primeiro no âmbito do antigo sistema colonial; depois na associação ao tipo de colonialismo criado pelo imperialismo das primeiras grandes potências capitalistas mundiais (Inglaterra) e na atualidade se manifesta na vinculação ao desempenho do capitalismo monopolista que integra as economias nacionais.

O conceito de subdesenvolvimento, portanto, não é um conceito abstrato para comparar diferenças entre países, como se cada um deles constituísse uma realidade estática e não relacionada entre si. Desenvolvimento e subdesenvolvimento são aspectos de um mesmo processo do modo de produção capitalista. Esses aspectos resultam historicamente das relações que o modo de produção capitalista – sempre visando à maior acumulação de capital e à concentração da propriedade privada dos meios de produção – estabelece entre as diferentes sociedades com a finalidade de continuar sua expansão. Em contrapartida, as sociedades em condição de subordinadas desenvolvem, internamente, as características desse mesmo capitalismo com sua estrutura de classe, formas de representação política e organização do Estado, ou seja, constituem-se também em capitalistas. O fenômeno desenvolvimento-subdesenvolvimento pode assim reproduzir-se no interior do próprio país economicamente subordinado – o que ocorre nas relações entre o Sudeste e Nordeste brasileiros, por exemplo – beneficiando a burguesia local já aliada à burguesia internacional.

Como diz Florestan Fernandes:

> (...) cumpre observar que o capitalismo monopolista está alterando rapidamente o quadro dos ajustamentos entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, estimulando o aparecimento de um 'padrão de interdependência' que subjuga de forma sem precedentes (sem nenhum vínculo 'colonial' ou 'imperialista') as economias satélites. Esse processo afeta até as economias nacionais autônomas; mas é nas nações subdesenvolvidas da Europa, da América Latina, da Ásia e da África que as conseqüências estão assumindo os aspectos mais dramáticos. (1975, p. 47)

Postas essas observações acima, voltemos às relações possíveis de serem estabelecidas pela proposta do tema "Subdesenvolvimento e cultura".

Temos que falar novamente do ponto de vista lógico para concluirmos que: se os

conceitos de cultura e desenvolvimento interpenetram-se; se desenvolvimento e subdesenvolvimento são aspectos relacionados das características próprias do modo de produção capitalista; se o subdesenvolvimento é um certo tipo de desenvolvimento; se todas as sociedades estão em desenvolvimento porque produzem sua existência; então, todas as sociedades produzem também a cultura, mas se há uma subordinação do desenvolvimento de certos países ou regiões a outros, nesses casos a cultura dos subordinados tendencialmente será também subordinada. “Ao nível do fluxo civilizatório, o eixo da verdadeira história cultural da sociedade capitalista dependente se desloca para fora, para os núcleos de produção e de difusão da civilização consumida. As sociedades subdesenvolvidas, independentemente do seu atraso ou avanço relativos, não possuem recursos materiais e humanos para inverter sua condição de focos de consumo da cultura, e dia a dia vêm aumentar a distância histórica que as afasta quer daqueles núcleos, quer da própria autonomização cultural.” (Fernandes, *op.cit.*, p. 48.)

Nas condições do capitalismo monopolista, portanto, havendo uma universalização das leis desse modo de produção, tendencialmente ocorre também uma universalização dos valores culturais e ideológicos ao mesmo tempo em que a produção cultural, ou seja, a forma mesma pela qual as sociedades subordinadas produzem seu próprio desenvolvimento, efetiva-se também de maneira subordinada. Nos países subordinados montam-se, por exemplo, produtos de tecnologia sofisticada para o consumo, sem que esses mesmos países possuam o domínio dos conhecimentos científicos e tecnológicos necessários para a referida produção.

Embora todas as sociedades estejam produzindo cultura, é certo que, com diferentes características, nem todos participam igualmente dos resultados culturais universalmente obtidos e isso difunde a ideia de que as sociedades desenvolvidas são cultas e as subdesenvolvidas incultas. Difunde-se também a ideia de que as sociedades são subdesenvolvidas em decorrência da sua própria falta de cultura, escondendo-se assim as condições históricas e objetivas nas quais estas sociedades estão mergulhadas no quadro geral das relações capitalistas: fornecedoras de matéria-prima; importadoras de produtos industrializados; possuidoras de farta mão de obra barata disponível às multinacionais e aos capitalistas locais; consumidoras de tecnologias importadas sem dominá-las; consumidoras de produtos culturais alienígenas de qualidade bastante questionável (músicas, literatura, modismos etc.); empobrecidas e endividadas inclusive pela condescendência da burguesia local em face da burguesia internacional; carentes de uma política educacional e cultural estimuladora do desenvolvimento das suas próprias características; detentoras de altíssimos índices de analfabetismo, mortalidade infantil e miséria absoluta; politicamente autoritárias inviabilizando a participação e expressão da vontade da grande maioria das suas populações; com as pessoas tendo uma perspectiva de tempo de vida reduzido e alienadas, pela exploração interna e externa, na constante produção da mais-valia, condição real na qual existem.

A conclusão que podemos tirar, portanto, é que os países ou regiões que se encontram numa situação de subordinados economicamente tendem a produzir uma cultura também subordinada, mas, considerando a finalidade didática deste texto, gostaríamos de encerrar com a provocação das seguintes questões: Existe alguma possibilidade de que os países subordinados venham a ser autônomos? Existe a possibilidade de que uma cultura produzida de forma tendencialmente subordinada venha a se constituir em elemento significativo para a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento e cultura autônomos?

Bibliografia

FERNANDES, F. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, 267 pp.

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974, 117 pp.

IANNI, O. *Sociologia e sociedade no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975, 137 pp.

PINTO, Álvaro V. *Ciência e existência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969, 537 pp.

SALVADOR, A.D. *Cultura e educação brasileiras*. Petrópolis: Vozes, 1974, 257 pp.

SAVIANI, D. *Educação: Do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Cortez Editora & Editora Autores Associados, 1982, 224 pp.

SOARES, Alcides R. *Monopólio, dívida externa e inflação: A política econômico-financeira no Brasil, a partir de 1964, e suas consequências para a classe trabalhadora*. São Paulo: Fix, 1980, 60 pp.

SODRÉ, N. Wernek. *Síntese da história da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, 136 pp.

A AUTOMAÇÃO E AS CIÊNCIAS HUMANAS

Regis de Morais

Fala-se hoje em duas revoluções industriais havidas. A primeira delas ter-se-ia iniciado no final do século XVIII, substituindo cada vez mais o trabalho movido à energia muscular por atividades movidas por novos recursos energéticos: combustão de carvão, energia a vapor d'água, eletricidade etc. Essa primeira fase passou a ser conhecida como a era da *automatização*, pois foi caracterizada pela invenção de engenhos mecânicos que eram sistemas abertos funcionando a uma velocidade suficientemente baixa para que o operário humano pudesse sempre intervir na atividade da máquina.

Atualmente, afirma-se, já superamos o predomínio da *automatização* e entramos em cheio no período da *automação.* Trata-se agora de uma segunda revolução industrial, na qual se procura cada vez mais substituir certas operações da inteligência humana por façanhas da inteligência eletrônica. A *automação* se caracteriza pela invenção e pelo aperfeiçoamento de máquinas eletrônicas, que funcionam à base de microcircuitos e são sistemas fechados, isto é, o homem só tem o papel de programar e aproveitar resultados. Ele não pode intervir no funcionamento do computador, uma vez que os processamentos se dão a velocidades inimagináveis.

Ora, as coisas ditas assim nos deixam no nível do que apenas vem ocorrendo com as máquinas. É preciso termos bem claro que, se a *automatização* produziu uma revolução social de costumes no século XIX, a *automação* está promovendo uma revolução que promete ser ainda mais profunda. De repente, esse homem que não faz tanto tempo assim vivia na floresta e lidava com arcos e flechas, vê-se diante de um computador – máquina cuja velocidade de raciocínio matemático transforma o ritmo do nosso próprio raciocínio numa coisinha ridícula.

O computador *transcodificou* toda a nossa vida. Vale dizer: depois desse invento assombroso, os códigos sociais de vida foram de tal modo transformados que já não dá mais para *ler* o nosso mundo com uma chave interpretativa (conjunto de valores e princípios) do chamado *mundo pré-tecnológico*. Fala-se até desta nova fase como uma *pós-história,* pois se

houve uma *pré-história* em razão da falta de textos escritos que documentassem e relatassem o viver humano, e depois houve uma *história* em razão do surgimento desses textos escritos, hoje em dia, quanto mais os fatos do nosso tempo são digitados e armazenados matematicamente nas memórias dos computadores, tendem a desaparecer de novo os documentos e textos. É a *pós-história.*

Antes da primeira revolução industrial, o tipo humano básico foi o *camponês*: comungante com a natureza, dela dependente, paciencioso e marcadamente conservador em seus costumes e valores, até mesmo em razão do predomínio da tradição oral. A industrialização criou o *operário*, concentrando-o em cidades crescidas – espaços de acentuada contradição humana – e fazendo-o sentir-se mais dependente das máquinas (inclusive da máquina administrativa). Por sua vez, o operário pôde perceber-se mais claramente explorado, o que fez dele não um conservador, mas, diversamente, um revolucionário. Hoje, foi de tal profundidade a transformação operada pela automação (e ainda está sendo, mais e mais), que o tipo humano básico passou a ser o *funcionário:* distanciado da natureza, descrente da política, de mente burocratizada e corpo amestrado, atento apenas à eficiência e às promoções para subir na vida, melhorar o *status* financeiro.

A introjeção de um mundo excessivamente tecnificado empurra o funcionário para a atrofia da qualidade interior de si como pessoa. Ele vê a sociedade transformada num imenso aparelho e sente dificuldade de se sentir pessoa dentro da mecânica social. A *sociedade organizacional* o envolve: nasce em organizações (maternidades), cresce em organizações (escolas), trabalha no interior de organizações (empresas), envelhece dependendo de organizações (institutos de previdência) e, quando finalmente morre, a organização funerária se incumbe de sepultá-lo ou de cremá-lo.

Em nome da tecnologia chega-se a coisas espantosas. O governo japonês construiu uma cidade-laboratório chamada Ohara, onde instalou, para o dia a dia dos moradores, uma tecnologia "do século XXI". Famílias aceitaram, para receber bom salário, ir morar em Ohara a fim de que suas reações diárias fossem estudadas por psicólogos, médicos, sociólogos e outros. Num ambiente de completa automação, de um conforto impensavelmente sofisticado, as crianças de Ohara começaram a se matar. Com cerca de 6 mil moradores, Ohara registrava (1984) o mais elevado índice de suicídio infantil do mundo, na faixa etária que percorre dos 5 aos 10 anos de idade. Lazer eletrônico e tédio desumanizante: armas terríveis.

Pois bem. Esse homem invadido e violentado pelo mundo tecnocientífico, que atravessa profunda crise de identidade – esse homem que é mais um enigma, é o objeto das atuais ciências humanas. Pensemos um pouco nisso.

O complexo objeto das ciências humanas

Desde o início dos tempos o ser humano se mostrou uma realidade fugidia, contraditória, dinâmica e mutante e, por isso mesmo, uma realidade complexa. E as ciências humanas vêm se dedicando à acurada pesquisa sobre os modos de ser do homem, sendo que falta-lhes sempre uma coisa prévia: antes de avaliar o agir de um ser, refletir este próprio ser em sua dimensão ontológica. Não é próprio do homem ser indiferente, pois este é uma realidade *de paixão*. Já dizia o filósofo Schopenhauer que a *vontade* humana é um gigante que carrega no ombro um anãozinho chamado *razão*. O anão cochicha e cochicha ao ouvido do gigante, e este, vez ou outra, concede cumprir o que o pequeno ser lhe sugere.

Uma coisa é certa: o ser humano é o mais formidável experimento cósmico, que veio sendo aperfeiçoado através dos milhões de anos que medeiam entre o seu surgimento e o nosso hoje. Nós, homens do século XX, nos sentimos em profunda crise e, em consequência disso, não nos percebemos como um experimento cósmico assim tão feliz. É que trazemos em nós como que a nostalgia de um paraíso perdido e temos dificuldade de nos situar neste nosso tempo em que tudo se encontra em questão, nossa época que um pensador francês chamou apropriadamente de "o tempo da dinâmica do provisório", quando um nomadismo de valores e costumes deixa-nos estonteados. Uma coisa, todavia, é indiscutível: compreender as peculiaridades do *agir* sem antes haver refletido sobre as peculiaridades do *ser que age* é algo um tanto despropositado e que deixa a qualquer um o sabor da confusão.

Na antiguidade grega havia o *médico* e o *fármaco*. Médicos recebiam os enfermos, ouviam a história dos seus males, observavam-nos, até que chegassem àquilo que era o momento mais alto do seu trabalho: *o diagnóstico*. A diagnose era o trabalho por excelência do médico. Descoberta a origem da doença e a sua localização, o enfermo era enviado (de posse do diagnóstico) ao *fármaco*, o farmacêutico que era – este sim! – incumbido de medicar e desenvolver a terapia de cura. Assim, a medicina e a farmácia se punham como duas atividades complementares. Sou tentado, hoje em dia, a imaginar que o papel das ciências humanas é o do médico: o do interesse pela diagnose social, traçando a história e o perfil real dos males que enfermam um dado grupo. E imagino também que compete às políticas administrativas e à assistência social (respeitada em sua dignidade profissional) o papel do fármaco grego. Cientistas humanos – ou hermeneutas, mais propriamente – não curam; mas oferecem todo o mapeamento necessário aos administradores e aos servidores sociais. Aliás, pensando melhor, se as ciências humanas informassem com simplicidade e rigor ao meio social, o papel da cura passaria a competir, num primeiro plano, aos já citados; num segundo plano, a toda a sociedade.

Há de se perguntar, com razoável sofreguidão, em tudo isso, onde está o papel da automação junto às ciências humanas?

Em nenhuma outra época da história humana tantos e tão profusos dados foram coletados sobre o homem, graças às memórias dos computadores em grande medida. São dados médicos, sociais, econômicos, históricos, arquitetônicos, prospectivos e de mil outras naturezas. Por isso, a automação vem a ter, na facilitação da prática memorativa das ciências, um papel formidável. A capacidade de retenção de dados do computador é sua mais formidável façanha, sendo que a isso se segue a inimaginável velocidade de processamento desses dados a partir de um sistema preparado para a obtenção de um determinado tipo (ou mais de um) de raciocínio matemático, desenvolvido por linearidade ou por confronto.

Hoje não podemos, em sã consciência, dizer que as ciências todas e dentre estas as ciências humanas, possam prescindir da contribuição da informática. Vejamos um pequenino e curioso exemplo. Quando, na indústria aeronáutica, surgiu o problema de se calcularem os pontos de atrito (*pontos de ataque*) das asas do magnífico avião Concorde, foi feito um cálculo estimativo de quantos matemáticos seriam necessários para realizar aquelas contas usando uma técnica pessoal. Verificou-se que seriam necessárias duas equipes de calculistas que trabalhassem revezando-se durante 800 anos. Pois bem; computadores altamente avançados receberam a programação devida e realizaram todos os cálculos desejados para as asas do Concorde em cerca de 56 minutos.

Ora, a prática das análises humanas às vezes exige sistemas sofisticados de entrecruzamento de dados, e tudo isso pode ser imensamente beneficiado pela computação, desde que se possa contar com programadores de alto gabarito. Todavia, por mais que atualmente esteja sendo pesquisada a *inteligência artificial*, em sentido até mesmo de substituição futura à inteligência humana, o que ainda temos – e isso me parece muito bom! – é que a *interpretação essencial* dos resultados de processamento ainda precisa correr por conta dos seres humanos, pois concerne à sensibilidade intuitiva e à busca de sensatez: coisas que o computador ainda não pode ter ou fazer.

As ciências humanas podem verdadeiramente e devem se beneficiar dos recursos da automação, desde que não façam do computador um *deus Moloch* e se deixem subverter pelo deslumbramento de uma mecanização desumanizante em nome – veja-se que ironia! – das ciências humanas.

Promessas e ameaças da automação

Chesterton já dizia que o imprevisto é uma lei básica da história. E hoje estamos perplexos

porque, se no século XIX Alexander Herzen, maravilhado com a invenção da telegrafia, disse: "Seria terrível ver Gêngis Khan com um telégrafo na mão", agora temos muito medo de, em pleno obscurantismo moral do nosso século, vermos novos Gêngis Khan com um computador à mão.

As nações ricas do dito Primeiro Mundo ameaçam dominar a informática e, por intermédio dela, lançar o restante da humanidade numa situação de ainda mais completo servilismo. A catalogação e o processamento dos dados humanos pode passar a servir a um determinado tipo sectário de ciências humanas, de intenção despudoradamente manipuladora. Algo parecido com europeus que inventaram, no interior da etnologia, a antropometria e a frenologia e vieram cá para os países pobres medir crânios e ossos faciais para demonstrar *cientificamente* que éramos gente ainda muito atrasada e de *instintos* criminosos.

Foi preciso um grande cientista humano francês chamado Claude Lévi-Strauss corajosamente dizer: nós, europeus, temos bancado idiotas no confronto com os tais povos que chamamos, ideologicamente, de primitivos. O fato para o qual os cientistas europeus ainda não tinham acordado, segundo Lévi-Strauss era o de que há culturas *viajantes e aquisitivas* (caminham sempre em busca de algo e com uma meta estabelecida e, enquanto caminham, vão se apossando do que encontram pela estrada), enquanto que há culturas *divagantes e fruitivas*: as que divagam pelo gosto de divagar sem caminharem para lugar algum determinado e têm como ideal para os seus dias simplesmente *fruir* a doce aventura de viver.

Um dos principais criadores do computador, o Dr. Norbert Wiener, tinha clara noção de que nesse invento residiam todas as possibilidades: com ele, os homens poderiam resolver os graves problemas da entropia do seu mundo (degeneração em todos os níveis), bem como os homens poderiam concluir a destruição de sua vida sobre a Terra. Assim, a função maravilhosa e positiva, tanto quanto a função desastrosa e apocalíptica da automação – isso ficaria por conta da nossa capacidade de traçar um projeto lúcido de vida, ou rabiscar um plano macabro de morte.

Algo fica claro: o relógio da civilização não pode ser atrasado. Sociedades altamente complexificadas precisarão sempre de ajuda da informática computacional. Estamos com uma vida transcodificada. Toda ciência e, nesse âmbito geral, as ciências humanas não podem simplesmente virar as costas aos auxílios que podem ser dados pela computação.

De qualquer forma vivemos um momento tenso. Ao final do século XX, somos seres privilegiados, porque: ou somos os últimos homens, ou seremos os parteiros de uma nova civilização que se anuncia.

SOBRE OS AUTORES

Adalberto Paranhos é licenciado em Ciências Sociais, cursou pós-graduação em Ciência Política (Unicamp), professor de Política da PUC-Campinas, autor do livro *Dialética da dominação: Dominação ideológica e consciência de classe* (Papirus). Ex-diretor da revista *Cara a Cara*.

Alcides Ribeiro Soares é bacharel em Ciências Econômicas, mestre e doutor em Ciência, professor titular do Departamento de Economia da PUC-SP e da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da PUC-Campinas.

Arnaldo Lemos Filho é licenciado em Filosofia e Teologia, mestre em Ciências Sociais e professor do Depto. de Ciências Sociais da PUC-Campinas e das Faculdades Padre Anchieta, Jundiaí-SP.

Carlos Alfredo Ramos Checchia é bacharel em Direito, especializado em Direito Civil, com extensão em Filosofia e Teoria Geral do Direito, advogado militante, professor da Faculdade de Direito da PUC-Campinas.

Carlos Rodrigues Brandão é antropólogo, doutor em Ciências Sociais pela USP, professor do Departamento de Ciências Sociais da Unicamp, autor de diversas obras antropológicas, pedagógicas e literárias.

Coraly Gará Caetano é licenciada em História, mestre em História (Unimep), professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia-MG.

Dalva Maria Bertoni Bedone é licenciada em Ciências Sociais, mestranda em Sociologia e Educação, professora do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Campinas e socióloga do Centro de Atenção Integral da Saúde da Mulher (Caism), da Unicamp.

Doraci Alves Lopes é bacharel em Ciências Sociais, mestranda em Sociologia (Unicamp) e professora do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Campinas.

Dulce Maria Pompeo de Camargo Leme é licenciada em Ciências Sociais (PUC-Campinas), com especialização em História (Unimep), mestre em Sociologia (Unicamp), doutoranda em Educação (Unicamp) e professora do Departamento de Metodologia do Ensino da Faculdade de Educação da Unicamp.

José Luis Sanfelice é mestre e doutor em Educação, atualmente professor do Departamento de Filosofia e

História da Educação da Faculdade de Educação da Unicamp.

Marise Aparecida de Lima é licenciada em Psicologia, psicóloga especializada em Psicologia Escolar e Aprendizagem, professora do Instituto de Psicologia da PUC-Campinas, na disciplina Psicologia Social.

Nelson Carvalho Marcellino é licenciado em Ciências Sociais, mestre em Filosofia da Educação, doutorando em Educação pela Unicamp. É professor do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Campinas.

Regis de Morais é mestre em Filosofia Social pela PUC-Campinas; doutor em Educação pela Unicamp; professor de ambas as citadas universidades e autor, entre outras obras, de *Filosofia da ciência e da tecnologia* (Papirus).

Rubem Alves é filósofo, educador, doutor em Filosofia pela Universidade de Princeton (New Jersey), professor da Faculdade de Educação da Unicamp, autor, entre outras obras, de *Filosofia da ciência* (Brasiliense).

Waldyr Verinaud Mayer é professor titular do Departamento de Geografia e da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da PUC-Campinas; doutor em Ciências modalidade Geografia; representante das Universidades Particulares do Brasil na Comissão Internacional de Geografia.

OUTROS LIVROS DOS AUTORES

LAZER E EDUCAÇÃO
Nelson Carvalho Marcellino (org.)

LAZER E RECREAÇÃO: REPERTÓRIO DE ATIVIDADES POR FASES DA VIDA
Nelson Carvalho Marcellino (org.)

LAZER E RECREAÇÃO: REPERTÓRIO DE ATIVIDADES POR AMBIENTES – VOLUME I
Nelson Carvalho Marcellino (org.)

LAZER E RECREAÇÃO: REPERTÓRIO DE ATIVIDADES POR AMBIENTES – VOLUME II
Nelson Carvalho Marcellino (org.)

LEGADOS DE MEGAEVENTOS ESPORTIVOS
Nelson Carvalho Marcellino (org.)

REPERTÓRIO DE ATIVIDADES DE RECREAÇÃO E LAZER: P/ HOTÉIS, ACAMPAMENTOS, PREFEITURAS, CLUBES E OUTROS
Nelson Carvalho Marcellino (org.)

Siga-nos nas redes sociais:

>> >> >> >>

Acesse também nosso catálogo on-line

Capa: Francis Rodrigues
Copidesque: Ana Elisa de Arruda Penteado
Revisão: Ademar Lopes Jr., Maria Alexandra Cardoso de Almeida, Silvia Dutra Valderramas e Verônica M. Shiba

ePUB
Coordenação: Ana Carolina Freitas
Produção: DPG Editora e Papirus Editora
Revisão: Edimara Lisboa

eISBN 978-85-308-1110-5

Exceto no caso de citações, a grafia deste livro está atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa adotado no Brasil a partir de 2009.

Proibida a reprodução total ou parcial da obra de acordo com a lei 9.610/98. Editora afiliada à Associação Brasileira dos Direitos Reprográficos (ABDR).

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:
© M.R. Cornacchia Livraria e Editora Ltda. – Papirus Editora
editora@papirus.com.br | www.papirus.com.br

[1] A classificação das Ciências Sociais é bastante polêmica, variando segundo os diferentes autores. Sem entrar no mérito das "classificações", cuja discussão envolve a inclusão ou não da História e da Geografia, e tendo em vista a necessidade fundamental de situar os estudantes na sua dimensão espaço-temporal, incluí capítulos destinados a essas disciplinas. Outros ramos de conhecimento não puderam ser abordados por absoluta falta de espaço.

[2] Florestan Fernandes 1960, p. 31.

[3] Émile Durkheim, *Sociologie et sciences sociales.* Paris, 1914, *apud* Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 31.

[4] Neumeyer Osborn, *A comunidade e a sociedade : Introdução à sociologia.* São Paulo: Ed. Nacional, 1961, p. 355.

[5] Florestan Fernandes, *op. cit.*, p. 31.

[6] Michael Lowy, "Objetividade nas ciências sociais". *Método Dialético e teoria política*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p. 11.

[7] R. Darendorf. "Sociologia e sociedade industrial". *In*: M.A. Foracchi e J. de S. Martins (orgs.). *Sociologia e sociedade,* p. 120.

[8] S. Lukes. "Bases para a interpretação de Durkheim". *In*: G. Cohn. *Sociologia: Para ler os clássicos,* p. 32.

[9] Durkheim 1966, p. 12.

[10] Martins, *op. cit.*, p. 56.

[11] H.A. Lefebvre. "'Práxis': A relação social como processo". *In*: M.A. Foracchi e J.S. Martins (orgs.), *op. cit.*, pp. 180.

[12] *Idem*, p. 181.

[13] *Idem*, p. 182.

[14] *Idem*, pp. 183 e 188.

[15] H.A. Lefebvre. "'Práxis': A relação social como processo". *In*: M.A. Foracchi e J.S. Martins (orgs.), *op. cit.*, pp. 183 e 188.

[16] K. Jasper. "Método e visão do mundo em Weber". In: G. Cohn, op. cit., p. 128.

[17] As diferenças aqui são tanto científicas quanto nacionais. Antropologia Social é um termo essencialmente britânico *Antropologia Cultural*, norte-americano e *Etnologia e Etnografia*, até algum tempo atrás, francês. Neste pequeno estudo usarei o termo mais amplo Antropologia, que alguns associam à ideia de *Antropologia Geral*, e *Antropologia Social*. De fato, é com essa nomenclatura e com uma ênfase originalmente mais inglesa que a Antropologia se desenvolveu no Brasil. Assim, quase todos os cursos de pós-graduação para a formação de antropólogos se reconhecem como "programas de Antropologia Social", como no caso dos cursos de mestrado do Museu Nacional, da Universidade de Brasília e da Unicamp. Vejamos como um antropólogo inglês, cuja "introdução" pode ser lida com proveito, estabelece a relação de nomes: "Na Grã-Bretanha o termo 'antropologia' designa de um modo vago uma série de diferentes ramos de estudo que estão mais ou menos associados, embora a associação derive algumas vezes mais do fato histórico de terem desenvolvido juntos como estudos 'evolucionistas' do homem sendo originalmente pensados juntos, do que qualquer relação intrínseca. Assim, a antropologia física, a arqueologia pré-histórica, a tecnologia primitiva, a etnologia, etnografia são reunidas à antropologia social sob a rubrica de antropologia, enquanto a sociologia não o é, muito embora seus problemas e métodos envolvam em grau considerável os da antropologia social. Assim, não é de se surpreender que a palavra 'antropologia' signifique coisas diversas a pessoas diferentes" (Beattie 1971, pp. 22-23).

[18] Vou usar aqui várias vezes os termos *sociedade* e *cultura*. Melhor esclarecer a sua diferença complementar de uma vez. Recorro a um texto muito claro de Roberto da Matta: "Iniciemos nossa visão das diferenças entre *sociedade* e *cultura* descartando a visão eclética segundo a qual os dois fenômenos são parte de uma mesma coisa, a realidade humana, com suas diferenças ocorrendo em nível de angulação, como se tudo dependesse apenas da posição do investigador... O fato concreto é que existe no plano mesmo da prática antropológica erudita ou ingênua, uma noção dessas diferenciações. Um exemplo simples

tornará mais claro o que digo: posso ver uma sociedade de formigas em funcionamento. Mas formigas não falam e não produzem obras de arte que marquem diferenças entre formigueiros específicos. Em outras palavras, embora a ação das formigas modifique o ambiente – sabemos que elas são, em muitos casos, uma praga – esse ambiente é modificado sempre do mesmo modo e com o uso das mesmas matérias químicas, caso se trate de uma mesma espécie de formigas. Essa constância e uniformização diante do tempo permite que se explicite um primeiro postulado importante: *entre as formigas (e outros animais sociais) existe sociedade, mas não existe cultura*. Ou seja, existe uma totalidade ordenada de indivíduos que atuam como coletividade. Existe também uma divisão de trabalho, de sexos e idades. Pode haver uma direção coletiva e uma orientação especial em caso de acidentes e perigos – tudo isso que sabemos ser essencial nas definições de sociedade. Mas não há cultura porque não existe uma *tradição viva*, conscientemente elaborada que passa de geração para geração, que permita individualizar ou tornar singular e única uma dada comunidade relativamente às outras (constituídas de pessoas da mesma espécie)" (Da Matta 1981, pp. 47-48).

[19] Vejamos como a antropóloga inglesa Lucy Mair traça tal descendência: "Uma perspectiva alternativa é que a Antropologia Social é um ramo da Sociologia, sendo as outras Ciências Sociais os seus vizinhos mais próximos... Portanto a Sociologia é o estudo da sociedade, sendo a Antropologia um ramo daquela ciência" (Mair 1972, p. 9).

[20] Sobre esta questão gostaria de sugerir ao leitor o livro *Identidade e etnia, construção da pessoa e resistência cultural*. Mas, pelo menos para quem deseje realizar estudos mais aprofundados sobre o assunto, recomendo com ênfase redobrada a leitura dos artigos indicados em minha resenha bibliográfica, ao final do livro.

[21] Vejamos, uma vez mais, como Roberto da Matta sintetiza exemplarmente a situação: "Este elenco relativamente pequeno de instituições exprimia também um elenco reduzido de assuntos considerados como relevantes para a pesquisa. Para o estudante atento e dotado de espírito crítico, havia algumas áreas privilegiadas para a pesquisa. Elas eram, resumidamente, as seguintes: a) a dos estudos monográficos de 'índios' (na linha de Baldus, Fernandes, Wagley e Galvão e, sobretudo, Curt Nimuendaju); 'brancos' (na tradição dos estudos de 'comunidade' norte-americanos, como surge no trabalho de Emílio Williems, Donald Pierson, Wagley e Galvão, Antônio Cândido e tantos outros) e 'negros' (na tradição clássica de Nina Rodrigues, Arthur Ramos e, modernamente, Pierson, Landis e Edson Carneiro); b) a dos estudos de contato ou de integração de minorias étnicas ou religiosas à sociedade nacional brasileira. No fundo estávamos no tempo em que toda a Antropologia Cultural se resumia em estudos de 'brancos', 'índios' e 'negros', com muito pouca consistência crítica a respeito da constituição destas categorias como objeto de estudo e com pouco interesse na análise de suas relações concretas em casos específicos" (Da Matta, *op. cit.*, pp. 179-180).

[22] Para uma análise clássica do Estado, na visão marxista, como um Estado de classe, *vide* Engels, 1985.*Vide* ainda Gramsci, 1978.

[23] Sobre o assunto, *vide* Sabine 1964, e Cassirer 1976.

[24] Citações extraídas de *O Príncipe*, de Maquiavel, respectivamente pp. 108, 68, 78 e 74.

[25] Weber 1974, pp. 97-98.

[26] *Vide* Foucault 1981.

[27] Sobre a face erótica da dominação, *vide* Mantega (coord.) 1979.

[28] A propósito, *vide* Paranhos 1984.

[29] *Vide* Guattari e Rolnik 1986, p. 48.

[30] Sobre distintas concepções acerca do poder, *vide* Lebrun 1981.

[31] Marx e Engels 1977, vol. 3, p. 69.

[32] Esta classificação possui caráter essencialmente didático. Para um estudo mais aprofundado da questão, recomenda-se a leitura das seguintes obras, entre outras: Marx, *Prefácio à Contribuição à crítica da economia política*, *Formações*

econômicas pré-capitalistas e *O Capital*; Engels, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*; Marx e Engels, *Manifesto do Partido Comunista*.

[33] Marx e Engels 1977, vol. 3, pp. 301-302.

[34] Codo e Lane (org.) 1985, p. 15.

[35] Goldmann 1967, p. 23.

[36] Thompson 1981, p. 57.

[37] Le Goff *et alii*, p. 158.

[38] A definição de tempo histórico é uma construção social: por exemplo, a civilização cristã europeia, a chinesa, a árabe apresentam recortes temporais distintos.

[39] Durkheim 1895, pp. 17-18.

[40] Marx, 1977, p. 301.

[41] Japiassu 1976, p. 101.

[42] *Ibid.*, p. 49.

[43] *Ibid.*, p. 20.

[44] Mills 1975, pp. 152-153.

[45] Michel Foucault 1981, p. 375.

[46] Japiassu, *op.cit.*, p. 44.

[47] *Ibid.*, p. 73.

[48] Japiassu, *op.cit.*, p. 26.

[49] *Ibid.*, p. 74.

[50] *Ibid.*, p. 75.

[51] *Ibid.*, p. 216.

[52] Mills, *op.cit.*, p. 151.

[53] Japiassu, *op.cit.*, pp. 90-102

[54] Mills, *op.cit.*, p. 153.

[55] Japiassu, *op.cit.*, p. 129.

[56] *Ibid.*, p. 204 (grifos meus).

[57] *Ibid.*, p. 195.

[58] Mills, *op.cit.*, p. 155.

[59] Mills, *op.cit.*, pp. 144-155.

[60] Japiassu, *op.cit.*, p. 203.

[61] *Ibid.*, p. 145.

[62] Severino, p. 92.

[63] A utilização do conceito de *classe média* é extremamente problemática, pois determinadas correntes de autores não acatam a sua existência, preferindo utilizar outras definições: pequena burguesia, camadas intermediárias, setores médios. Ver, por exemplo, Nicos Poulantzas, “As classes sociais”. *In:* Zenteno (coord.). *As classes sociais na América Latina*, pp. 91-116.